

Carla Cristina Barbosa  
Cesar Henrique de Queiroz Porto  
Denilson Meireles Barbosa( Org.)

# SERTÃO

---

## CULTURA E TERRITÓRIO





Carla Cristina Barbosa  
Cesar Henrique de Queiroz Porto  
Denilson Meireles Barbosa ( Org.)

---

# SERTÃO

---

## CULTURA E TERRITÓRIO

EDITORA  
  
**Unimontes**  
Montes Claros  
2020



Carla Cristina Barbosa  
Cesar Henrique de Queiroz Porto  
Denilson Meireles Barbosa ( Org.)

---

# SERTÃO

---

## CULTURA E TERRITÓRIO

EDITORA  
  
**Unimontes**  
Montes Claros  
2020

© - EDITORA UNIMONTES - 2020  
Universidade Estadual de Montes Claros

**REITOR**

Prof. Antonio Alvimar Souza

**VICE-REITORA**

Profa. Ilva Ruas de Abreu

**EDITORA UNIMONTES**

**EDITOR GERAL**

Prof. Antônio Dimas Cardoso

**CONSELHO EDITORIAL**

Profa. Adelica Aparecida Xavier;  
Prof. Alfredo Maurício Batista de Paula;  
Prof. Antônio Dimas Cardoso;  
Prof. Carlos Renato Theóphilo;  
Prof. Casimiro Marques Balsa;  
Prof. Elton Dias Xavier;  
Prof. Laurindo Mékie Pereira;  
Prof. Marcos Esdras Leite;  
Prof. Marcos Flávio Silva Vasconcelos Dângelo;  
Profa. Regina de Cássia Ferreira Ribeiro.

**REVISÃO LINGUÍSTICA**

Waneuza Soares Eulálio- Correções de Português

**DIAGRAMAÇÃO**

Bernardino Mota

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

---

S489

Sertão : Cultura e território [recurso eletrônico] / Carla Cristina Barbosa, César Henrique de Queiroz Porto e Denilson Meireles Barbosa (organizadores). – Montes Claros: Editora Unimontes, 2020. (Coleção Sertão).  
237 p.; 23 cm. E'book PDF.

Modo de acesso: world wide web  
<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-08-6

1. História. 2. Cotidiano. 3. Violência. 4. Território. 5. Religiosidade.  
I. Barbosa, Carla Cristina. II. Porto, César Henrique de Queiroz. III.  
Barbosa, Denilson Meireles. IV. Título.

CDU : 930.1

---

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro  
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil  
CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126  
[www.unimontes.br](http://www.unimontes.br)  
[editora@unimontes.br](mailto:editora@unimontes.br)

Filiada à

  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**

# Sumário

Apresentação	9
Povos, Culturas e Colonização no Sertão Edneila Rodrigues Chaves	15
AS RIQUEZAS DA “CASA DA CASCA”: uma análise do roteiro lendário paulista e dos processos de conquista dos sertões das Minas Gerais no século XVIII Adriano Toledo Paiva	47
Violência Cotidiana e Relações Interpessoais na Cidade de Grão Mogol: 1889-1930 Gy Reis Gomes Brito	80
A Produção Artesanal da Rapadura e as Práticas Territoriais na Comunidade Rural de João Moreira em São João da Ponte-MG Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Tayne Pereira da Cruz	116
A SANTA DA PEDRA DE SÃO JOÃO DO PACUÍ: apontamentos sobre a Festa a partir das narrativas romeiras Ana Lúcia da Silva Almeida HeiberleHirsgberg Horácio	155

“O CARROCEIRO TEM QUE TER O DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE”:o cotidiano dos trabalhadores que utilizam veículos de tração animal em Montes Claros/MG Pedro Jardel Fonseca Pereira	187
SOBRE OS AUTORES/ORGANIZADORES	235

# APRESENTAÇÃO

Laurindo Mekie Pereira

---

Antes de me entregar o presente, a mulher avisou, aguçando minha curiosidade: “é um livro extraordinário sobre o sertão. E não é Guimarães Rosa.” À medida que lia *A Saga de Antônio Dó*, obra-prima de Petronio Braz, eu confirmava sua avaliação. Quando terminei, quase disse “eita!”, expressão recorrentemente usada pelo serrano de Pilão Arcado<sup>1</sup>. Eita! O sertão é um universo inesgotável de histórias, trabalho, arte, injustiça e dor.

E quantas histórias ficaram por contar? O quanto das memórias já se perdeu? A universidade cumpre importante papel ao dar voz e espaço para muitas das gentes que ocupam e fazem esse território.

“A história é feita pelos homens”, lembra Julio Aróstegui (2006). À primeira vista banal, a afirmação remete-nos para o fato de que, embora não possamos ignorar as vinculações coletivas, a exemplo da classe, geração, território, gênero ou campo de poder, e jamais ignorar seus condicionamentos

---

<sup>1</sup> Em edição anterior, Petronio Braz usou o título de Serrano de Pilão Arcado para sua obra, explicando que seu personagem era nascido em Pilão Arcado-BA e que Serrano se referia ao fato de Antônio Dó ter feito de Serra das Araras, em São Francisco-MG, o seu quartel-general.

sobre o sujeito, são as pessoas de carne e osso que, dos seus movimentos mais comezinhos até aqueles que julgamos mais relevantes, deixam marcas no tempo e no espaço. Indígenas, colonos brancos, lavradores, garimpeiros, comerciantes, fabricantes de rapaduras, romeiros e carroceiros estão presentes nas páginas deste livro.

Marcas e vivências que são cultura. Cultura que apenas analiticamente se separa da economia e da política. Como bem define Rogério Haesbaert, o território é um “híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço” (2004, p. 79).

O território que hoje é oficialmente designado como norte de Minas Gerais é o recorte espacial comum a todos os textos que integram este livro.

Nativos, colonos e descendentes são os personagens de Edneila Rodrigues Chaves em seu estudo sobre a colonização do vale do Rio Pardo, recorte em um espaço maior tido pelos colonizadores como o lugar distante e selvagem. O avanço dos bandeirantes, movidos pelo sonho das pedras preciosas, só descobertas na segunda metade do século XVIII, operando com a realidade da pecuária e da agricultura, fez-se ao custo de vidas indígenas e negras. É expressivo que, como observa Chaves, o Rio Pardo era parte da sesmaria concedida a Matias Cardoso de Almeida como recompensa pelo seu trabalho contra o quilombo de Palmares.

Para além dos tempos coloniais, a autora adentra ao século XIX, revelando o cotidiano de brancos e índios “mansos” e “bravos”, descrevendo as relações de encontro, exploração e

hierarquia. Na cultura então prevalecente, o Brasil era visto como inferior à Europa, o sertão estava abaixo do litoral e, na escala local, abaixo dos brancos, estavam os índios, triplamente inferiores.

A conquista do sertão é também objeto de estudo de Adriano Toledo Paiva, que explora a intrigante história da “Casa da Casca”, local de indizíveis riquezas, conforme o imaginário compartilhado no século XVIII por indígenas e sertanistas. O lugar nunca foi encontrado, mas, observa o autor, a lenda atravessou todo o século e a “certeza” de sua existência incidiu no processo de conhecimento e classificação do território.

Seguindo as pegadas dos muitos que se aventuraram pelo roteiro da “Casa de Casca”, o texto desvela as relações entre indígenas, sertanistas e agentes da Coroa portuguesa. A geografia fantástica, o sonho de um eldorado, foi um dos móveis dos descobrimentos e da colonização, como aponta Sérgio Buarque Holanda (2000). E jogou papel importante no interior do sertão de Minas ao longo do setecentos também, evidencia o texto de Adriano Toledo Paiva.

Entrando em tempos de República, Gy Reis Gomes de Brito estuda a violência cotidiana em Grão Mogol-MG, entre 1889 e 1930, a partir de um olhar antropológico. Dialogando com autores diversos e manuseando dados estatísticos, o autor problematiza as relações sociais com forte incidência de atos violentos no dia a dia de homens cujos instrumentos de trabalho eram simultaneamente armas, a exemplo de facas, machado, garrucha, chicote e foice.

Os três últimos capítulos abordam o tempo presente.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira e Tayne Pereira da Cruz estudam a comunidade rural de João Moreira, em São João da Ponte -MG. Os autores reconstituem todo o processo de fabricação de rapadura, desde o corte da cana, passando pela descrição técnica dos diversos tipos de engenho, até a comercialização do produto. Apoiados em leituras bibliográficas e em pesquisa de campo, eles rastreiam as experiências dos moradores, mostrando as transformações e permanências nas práticas sociais e econômicas do lugar.

Além da riqueza de informações, o texto apresenta em cores vivas a rotina de moradores – homens, mulheres e crianças – a exemplo da história do produtor Adão Luiz de Carvalho, um homem de 82 anos, e sua luta para comprar um engenho de ferro em substituição ao velho engenho de madeira onde seu filho se acidentou perdendo dois dedos da mão. Outra fonte de renda, baseada nas mesmas relações, é a fabricação de cachaça, “pinga pura”, como diz um dos entrevistados.

As prolongadas e recorrentes estiagens, deficiências na comercialização e ausência de políticas públicas são os principais obstáculos apontados para a sobrevivência e elevação do padrão de vida da comunidade.

A Festa da Santa da Pedra, no município de São João do Pacuí-MG é o objeto de estudo de Ana Lúcia da Silva Almeida e Heiberle Hirsberg Horácio. Os autores acompanham, observam e entrevistam os romeiros que se deslocam de Brasília de Minas-MG para participar da festa no distrito de Santa da Pedra, realizada anualmente no último fim de semana de agosto. A celebração, reunindo gente que vai de

ônibus, a pé, de bicicleta ou a cavalo, é em homenagem a São João Batista, mas cada romeiro afirma ver, na Santa da Pedra, um santo ou santa distinta. Olhando para a mesma pedra, emocionado, Sr. Gomes diz que vê São Sebastião, Jair afirma que é São José e Maria da Conceição só consegue ver Aparecida. A romeira Ana Silva propõe uma explicação: “cada um vê seu santo de devoção”.

O texto que fecha a coletânea, assinado por Pedro Jardel Fonseca Pereira, trata dos carroceiros de Montes Claros-MG. Segundo dados oficiais, atuariam no perímetro urbano 1700 carroceiros. Já moradores afirmam que o número chegaria a 3000. Eles fazem mudança, recolhem entulhos, transportam terra e esterço. Na bela síntese de Pereira, “o que couber na carroça, eles conduzem”.

As entrevistas com os carroceiros revelam um cotidiano desafiador: a baixa remuneração do trabalho, o preconceito de moradores, xingamentos, humilhações, as confusões no trânsito, os enfrentamentos com a Prefeitura Municipal e os atritos entre os próprios colegas de trabalho.

O fato concreto, no entanto, é que a população se serve do trabalho dos carroceiros. E este é o ponto crucial. Vistos por muitos como incompatíveis com o espaço urbano, apontados por outros como expressão da falha do modelo de desenvolvimento adotado, esses prestadores de serviços a preço baixo operam decisivamente para a reprodução da ordem social. É a mesma lógica que operava nos anos 1960 e que se reproduz nos anos 2000. Trabalho informal e precário que barateia o custo de vida da mão de obra formal, permitindo a prática de salários baixos e, no outro extremo,

alimentando o lucro do capital. Não é disfunção ou indício de falha. É o próprio mecanismo em funcionamento. É o ornitorrinco, explica Francisco de Oliveira (2003).

## Referências

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

BRAZ, Petrônio. **A saga de Antônio Dó**. Lisboa: Chiado Books, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

## Povos, Culturas e Colonização no Sertão

Edneila Rodrigues Chaves

---

Neste capítulo, aborda-se a temática da colonização, com enfoque nos contatos estabelecidos entre povos nativos, colonos e descendentes, em âmbito da hierarquização de povos, imposta em contexto colonial. As incursões de caráter colonizador na América portuguesa promoveram contato entre colonos e nativos. Os colonizadores partiram do litoral e aventuraram-se pelo interior – denominado de sertão – com representações já construídas para esse território: era um lugar no qual se poderia encontrar riquezas, mas era distante e não colonizado. A chegada de portugueses em áreas ocupadas por nativos resultou em intensos confrontos entre ambos os povos. Os colonizadores objetivaram civilizar e catequizar os indígenas, com a compreensão de que a cultura destes era uma extensão menor da cultura dos povos europeus. Nesse contato de matrizes culturais distintas, as relações foram conflitantes. Estabeleceram-se proximidade entre povos, em um processo de hierarquização de culturas.

O estudo tem como referência o sertão de Rio Pardo, Minas Gerais, com abordagem para os processos de colonização e

de ocupação nele transcorridos, bem como com investigação para as relações de contatos entre nativos e colonos. A primeira incursão colonial nesse território foi realizada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, entre 1553 e 1554, acompanhado por doze companheiros portugueses e pelo missionário espanhol João de Aspicuelta Navarro.

A iniciativa de organização da expedição de Spinosa foi do governador Tomé de Souza, motivado pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. Ocorreu que ela efetivamente pôs-se em marcha no governo de Duarte da Costa. Partindo de Porto Seguro, a expedição percorreu várzeas e bacias do rio Jequitinhonha e do rio Pardo, andou pela serra do Espinhaço e passou pelo rio São Francisco. O grupo de Spinosa realizou um percurso de 350 léguas e retornou ao litoral. Os denominados desbravadores não levaram minérios nem pedras preciosas, apenas informações sobre o sertão e sobre as prováveis riquezas existentes.<sup>1</sup> Essa expedição foi reconhecida como a primeira incursão significativa nos sertões e inaugurou uma série de buscas incansáveis pelas supostas minas sertanejas.

As suposições da existência de ouro pelo interior da colônia portuguesa mobilizaram a organização de outras incursões. Da Bahia, expedições saíram do litoral, adentrando pelos sertões. Homens aventureiros, a procura de metais preciosos, valeram-se dos rios que davam acesso ao interior. Eles subiram os rios São Francisco, Paraguaçu, Grande, Verde, das Contas e navegaram o Jequitinhonha, o Pardo, o Doce e o Mucuri. Na segunda metade do século XVII, as bandeiras de

---

1 CARTA de João de Aspicuelta Navarro. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, p. 1.159-1.162.

São Paulo chegaram ao vale do rio São Francisco. A ambição de encontrar ouro e pedras preciosas nos sertões continuou a impulsionar outros homens a desafiar as condições adversas do território desconhecido. Os colonos partiram do litoral rumo ao sertão, levando suas representações já construídas sobre o território, coevas à época: lugar distante, vazio, não colonizado e habitado por índios selvagens e por animais ferozes. Ele oferecia a possibilidade de encontrar riquezas, mas era um lugar desconhecido.

O empreendimento da colonização no sertão foi predominantemente privado. Depois de uma série de expedições de abertura de caminhos, no século XVI, o governo português relegou essa área a colonos. Estes assumiram a tarefa de conquistar e ocupar o território. Nesse período, apesar do interesse de garantir o território contra possíveis invasões estrangeiras, a administração colonial se limitou a doar sesmarias. O governo português omitiu-se de intervir no sertão, mantendo sua jurisdição nos centros urbanos litorâneos. Assim, o espaço sertanejo estava entregue a particulares. Entretanto, houve a participação da administração colonial na procura de jazidas minerais nesse território, iniciando a atividade mineradora, a partir do final do século XVII.

A chegada de colonos em áreas ocupadas por nativos foi resultado das demandas do processo de colonização. As constantes investidas das frentes de expansão e de ocupação forçaram os povos nativos a se deslocar na tentativa de garantir sua sobrevivência. No entanto, os confrontos foram frequentes, intensificando-se à medida que os colonos se

apropriavam das terras. Várias localidades foram fundadas mediante a submissão de povos indígenas. A passagem de bandeirantes por locais habitados por esses povos resultava em escravidão, expulsão e morte.

O caso do arraial da Vitória da Conquista, ao sul da Capitania da Bahia, é representativo nos aspectos da colonização e a decorrente submissão de povos nativos. João Gonçalves da Costa foi um dos desbravadores que participaram do processo de conquista desse lugar. Ele fez parte de um grupo que percorreu o sertão da Bahia em busca de ouro. Nessas buscas, João da Costa travou sangrentas batalhas com os indígenas locais. Vitorioso, ele fundou o arraial da Conquista em fins do século XVIII. Ao expulsar os indígenas que habitavam as margens dos rios Pardo, de Contas e dos Ilhéus, ele alcançou a fama de grande conquistador do sertão da Bahia. Em correspondência ao visconde de Anadia, o governador João de Brito, proprietário das terras da Casa da Ponte, na região, demonstrava o seu deslumbramento com a exploração das margens do rio Pardo por João da Costa.<sup>2</sup> Onome escolhido para a o lugar, por sua vez, é uma alusão à vitória dos conquistadores sobre os indígenas que o habitavam.

As entradas empreendidas por esse desbravador, bem como por outros, atendiam diretamente aos interesses econômicos e políticos da administração colonial portuguesa. A conquista e a ocupação do interior decorreram da busca por metais e pedras preciosas, das expedições militares para o combate de nativos e da condução do gado para o interior do território. Com a

---

2 OFÍCIO do governador conde da Ponte. 31/3/1807. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XXXVIII *apud* IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá*, p. 41.

ocupação, ocorreu a expropriação das terras dos nativos. No processo de conquista implementado por João da Costa, como demonstrado, as terras dos indígenas foram tomadas por ele e por seus familiares, que se tornaram proprietários e criadores de gado na região.<sup>3</sup> Já a fundação do arraial do Rio Pardo, que se tornaria a sede da vila de Rio Pardo, ocorreu também na conjuntura de ocupação colonial no sertão.

### Ocupação colonial no sertão de Rio Pardo

A ocupação do sertão Rio Pardo, de caráter colonial, foi decorrente da demarcação de sesmária ao tenente-general Matias Cardoso de Almeida. Este e outros companheiros paulistas obtiveram da coroa portuguesa uma sesmária localizada entre os rios Pardo e Doce, de aproximadamente oitenta léguas. A doação da sesmária foi uma recompensa pelos seus trabalhos no combate ao quilombo de Palmares.<sup>4</sup> No grupo desses sertanistas paulistas, encontrava-se o bandeirante Antônio Luís dos Passos, que estabeleceu sua morada às margens do rio Pardo, em 1698. Ele percorreu o território em busca de riquezas minerais, que já haviam sido confirmadas por expedições anteriores.<sup>5</sup>

---

3 Cf. IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá*; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca*.

4 Os combates contra o quilombo de Palmares, movidos pelo governo de Pernambuco, estenderam-se da década de 1670 até 1694, quando extinto o quilombo. Cf. sobre o assunto: CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. Sua destruição configurou como um dos episódios da investida da colonização açucareira sobre o sertão. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. '*Nas Solidões Vastas e Assustadoras*', p. 226-238.

5 Cf. ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*, p. 13; NEVES, Antonino. *Corographia do município do Rio Pardo*, p. 415.

A partir de então, pessoas vindas de diferentes partes foram fixando residência nesse território, ocupando-se com atividades de extração mineral, de criação de animais e de agricultura. Assim floresceu o arraial de Rio Pardo, na confluência dos rios Pardo e Preto. Rios minerados, fazendas de criação de gado e plantações de algodão e outras lavouras desenharam nova paisagem para o território. O aumento do número de moradores veio com a descoberta dos ribeirões auríferos das minas novas, em 1727, e com a abertura da estrada da vila de Minas Novas até a Bahia, passando pelo arraial.

O deslocamento de garimpeiros de áreas diamantinas foi um fator que contribuiu para essa ocupação em Rio Pardo. As perseguições administrativas no Distrito Diamantino, movidas contra os garimpeiros, fizeram com que eles buscassem trabalho em outros lugares. Uns foram para as lavras diamantinas, na Bahia, enquanto outros optaram por avançar um pouco ao norte da capitania das Minas, em busca de novas descobertas. As buscas, por sua vez, não foram em vão. Data de 1768 a descoberta de riquezas minerais na serra de Santo Antônio de Itacambiraçu, para onde se dirigiu um grande número de aventureiros. A ocupação da serra levou à fundação do arraial da Serra de Grão-Mogol.<sup>6</sup>

Nessa mesma época, ouro e diamantes foram achados em Rio Pardo, no rio Peixe Bravo, que se situava próximo das nascentes do rio Pardo, área circunvizinha de Grão-Mogol. Em Itacambira, em 1769, o sargento-mor José de Abreu Motta já supunha que o rio Peixe Bravo fosse farto em riquezas diamantinas.<sup>7</sup> Diante da possibilidade de encontrar essas

<sup>6</sup> Cf. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*.

<sup>7</sup> AHU, cx. 99, doc. 15 *apud* PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 46-51.

---

riquezas, povos vindos da Bahia e do Distrito Diamantino espalharam-se pela área, com muitas pessoas se fixando lá. Garimpeiros perseguidos pelo patrulhamento da serra de Grão-Mogol iam também para essa área do baixo rio Pardo. O comandante da vila de Minas Novas, em 1782, afirmava “ter a certeza” de que era para lá que se dirigia a maior parte do contingente de garimpeiros que se encontrava antes na serra.<sup>8</sup> A área dessa descoberta foi denominada de Serra Nova, circunscrição do território de Rio Pardo.

A cada nova investida de controle e de patrulhamento por parte das autoridades da Demarcação Diamantina, os garimpeiros ocupavam novas áreas, em busca de fortuna. Embora não houvesse uma política administrativa com ações bem delineadas para os lugares mais distantes da área, a região norte da Demarcação não estava isenta da atenção das autoridades. Nas proximidades dos rios Gorutuba, Pardo e outros, novos córregos diamantinos iam sendo descobertos e deveriam ser controlados, mediante a investida dos garimpeiros. Assim, era necessário “todo o cuidado” nessas localidades, porque favoreciam aos extravios “não só de diamantes, mas de ouro”.<sup>9</sup>

A área das cabeceiras do rio Pardo já estava inserida na área da Demarcação Diamantina desde quando foi estabelecida pela administração portuguesa em 1734. A Demarcação abrangia uma vasta área de formação geológica, propícia à exploração mineral, que tinha sua administração concentrada no arraial do Tejuco, próximo às áreas mais extrativas. Na década de 1780, no entanto, os administradores dos

8 APM, SC, Cód. 229. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 57.

9 APM, SC, Cód. 182 *apud* PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 58.

terrenos diamantinos destacavam o arraial de Rio Pardo ao elaborarem o *Mapa da Demarcação acrescentado até o Rio Pardo*. A atenção dada a Rio Pardo foi decorrente da qualidade das pedras lá encontradas, consideradas boas e maiores quando foram comparadas às da serra de Grão-Mogol.<sup>10</sup>

Além da atividade de mineração, a ocupação de Rio Pardo esteve ligada a processos socioeconômicos das áreas ao sul da capitania da Bahia e ao norte da capitania das Minas Gerais. Essa extensa área estava inserida nas rotas de busca por riquezas minerais e nas de expansão dos currais de gado bovino. Sobre as duas frentes de ocupação, ao norte de Minas Gerais, que vieram da Bahia e de São Paulo, há a questão sobre a precedência de baianos ou de paulistas no processo de ocupação e de povoamento.

Há uma vertente de análise que demonstra a predominância dos baianos nesse movimento, os quais instalaram fazendas de gado bovino na região desde o século XVII. Nessa interpretação, as bandeiras paulistas não deram continuidade ao povoamento, como ocorreu com as correntes vindas da Bahia.<sup>11</sup> Outra argumentação, contrária, afirma que a primeira onda de povoamento foi paulista. O que se verifica é que importantes bandeiras paulistas instalaram grandes fazendas de criação no vale do rio São Francisco, contribuindo para o povoamento.<sup>12</sup> Com esse impasse, pode-se inferir sobre

10 Cf. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 21-25. Sobre a região central da Demarcação, cf. FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes*.

11 Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 197. Urbino Vianna e Salomão de Vasconcellos têm argumentação similar à de Caio Prado Júnior. Cf. VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*; VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*.

12 Cf. TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*.

uma terceira via de interpretação, fundamentada não na defesa de exclusividade de uma frente ou de outra, e sim com a compreensão de que esse processo de povoamento foi promovido por ambas as frentes. De fato, ocorreu uma simultânea presença de baianos e de paulistas na região, explorando, ocupando e povoando. Isso permite inferir que uns e outros participaram efetivamente desse processo.

As fazendas de gado estabelecidas na Bahia, no governo de Tomé de Souza, fomentaram o povoamento da região em tela. O governo já tinha interesse em levar a pecuária para o interior quando, em 1701, proibiu-se a pecuária a menos de dez léguas da costa atlântica, uma vez que o solo massapê do recôncavo estava destinado à produção açucareira.<sup>13</sup> Assim, o estabelecimento inicial de colonizadores no interior ocorreu a partir da pecuária. Essa atividade assumiu caráter subsidiário à produção açucareira e foi empurrada para longe da costa e dos núcleos urbanos litorâneos. A expansão partiu de Salvador e de Olinda – os dois mais importantes núcleos urbanos da zona da cana-de-açúcar no início do século XVII.

O governo português possuía informação de que a porção de terra das minas do Rio de Contas até o rio Pardo, rio Verde e cabeceiras do rio São Mateus era excelente para a criação de gado bovino e para a lavoura. A região era também rica em ouro e em pedras preciosas, segundo os roteiros de bandeirantes paulistas.<sup>14</sup> Assim, inúmeras fazendas de criação foram sendo estabelecidas na região e ao longo do

---

13 Cf. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1520-1820)*, p. 150-152.

14 CARTA Régia de 22 de abril de 1728. ACCIOLY, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia apud SOUSA, Maria Aparecida de. A conquista do sertão da Ressaca*, p. 22.

rio São Francisco. Os latifundiários Antônio Guedes de Brito e os Garcia D'Ávila, com suas extensas sesmarias às margens desse rio, foram grandes empreendedores nesse processo de ocupação e de povoamento.

Parte do território que se constituiria no termo da vila de Rio Pardo pertenceu a Antônio Guedes de Brito. Ele possuía enorme faixa de terra à margem direita do rio São Francisco, que se localizava entre a capitania da Bahia e das Minas e correspondia a, aproximadamente, 160 léguas de extensão. Nos dilatados domínios, havia fazendas, como também sítios para venda e arrendamento, onde se desenvolveram a pecuária e a agricultura. André Antonil foi informado pelos que “correram esse sertão” que em parte dessa área existiam mais de quinhentos currais de gado.<sup>15</sup>

Antônio Guedes de Brito era filho dos portugueses Antônio de Brito Correa e Maria Guedes. Estes instituíram o morgado Casa da Ponte e determinaram em verba testamentária que os sucessores do morgado se chamariam por sobrenome Brito e Guedes.<sup>16</sup> Antônio Guedes de Brito nasceu na Bahia, entre 1626 e 1627, e faleceu por volta de 1694. Ele teve participação relevante nas milícias coloniais quando da expulsão dos holandeses. Brito governou a capitania da Bahia entre 1675 e 1678 e recebeu, dentre outros títulos, a patente de mestredecampo em 1671.

No início do século XIX, os bens da Casa da Ponte no Brasil eram de propriedade do herdeiro João de Saldanha da

---

<sup>15</sup> Cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 93.

<sup>16</sup> Arquivo da Casa da Ponte. Testamento de Antônio de Brito Correa e Maria Guedes *apud* PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*, p. 55.

Gama Melo Torres Guedes de Brito, sexto conde da Ponte e português. Ele veio para o Brasil em 1805, quando foi nomeado governador da Bahia. O patrimônio era composto de seis distritos: Jacobina, Rio de Contas, Caetité, Urubu, Xique-Xique e Rio Pardo. Nos distritos, existiam as fazendas do proprietário e porções territoriais para arrendamento e para venda. Em 1813, os bens inventariados da Casa da Ponte estavam alocados com animais, escravos, terras e acessórios. Os investimentos em Rio Pardo, que representavam 11% do patrimônio, foram principalmente em gado e em escravos, tendência que se confirmou também para o conjunto de bens.<sup>17</sup>

No *Livro do Tombo da Casa da Ponte no Sertão do Rio Pardo em 1819*, foi registrado o tombamento dos prédios arrendados e dos devolutos do distrito de Rio Pardo. Eram 105 sítios, com informações de limites, de rendeiros e de compradores, como também de valores dos prédios e dos arrendamentos. Os sítios vendidos e arrendados possuíam áreas diferentes. O sítio de Morrinhos, por exemplo, era um dos maiores em extensão territorial: seis léguas de comprimento por duas de largura, avaliado em um conto de réis.<sup>18</sup> Esse sítio estava arrendado a João de Araújo Moreira pela quantia anual de quarenta mil-réis. Outros de menor extensão chegavam a possuir um quarto de légua de comprimento por igual tamanho de largura.<sup>19</sup> Em 1826, havia 79 sítios no distrito de Rio Pardo dos 105 elencados em 1819, que permaneciam à venda e ao arrendamento. Juntos, eles representavam 17% do conjunto de sítios dos distritos da Casa da Ponte no sertão (Tabela 1).

---

17 Cf. PIRES, Simeão. *Raízes de Minas*, p. 280.

18 O sítio corresponde atualmente à área do município de Manga.

19 IHG-MG. *Livro do Tombo da Casa da Ponte no Sertão do Rio Pardo em 1819*.

TABELA I

Prédios da Casa da Ponte, por distritos – Brasil (1826)

DISTRITO	NÚMERO DE SÍTIOS	VALOR (em mil-réis)
Jacobina	157	15:745
Rio de Contas	143	9:478
Caetité	109	9:637
Urubu	71	6:952
Rio Pardo	79	10:895
Xique-Xique	109	10:360
<b>Total</b>	<b>668</b>	<b>63:067</b>

Fonte: PIRES, Simeão. *Raízes de Minas*, p. 280.

Além dos sítios, a Casa da Ponte mantinha em Rio Pardo cinco fazendas de criação de bovinos e de equinos, nas quais era utilizada a mão-de-obra escrava. Nelas, havia um rebanho de 2.504 cabeças de gado *vacum*, 69 animais cavалares e 117 escravos.<sup>20</sup> As atividades econômicas desenvolvidas nos sítios e nas fazendas estiveram inseridas no processo de ocupação e de povoamento da região ao norte de Minas Gerais. Nela, foi desenvolvida uma economia baseada na agricultura e na criação de bovinos, que atendeu ao abastecimento alimentar e à demanda da atividade artesanal pelo couro. Quanto à força do animal, ela foi utilizada no transporte de cargas e nas atividades manufatureiras.

---

20 Cf. PIRES, Simeão. *Raízes de Minas*, p. 283.

No século XVIII, essa região ao norte da capitania já se encontrava em condições de suprir o aumento da demanda por alimentos nas áreas de mineração da capitania. Importantes rotas de abastecimento das minas e do contrabando do ouro estavam localizadas nela. Um conjunto de fatores possibilitou o estabelecimento de redes de comunicação e de comércio entre a região e as capitanias da Bahia, de Pernambuco e de Goiás, em um processo de consolidação do mercado nacional.<sup>21</sup> No caso de Rio Pardo, o povoado tinha, aproximadamente, seis mil habitantes, por volta do início do século XIX. Os moradores viviam da criação de gado e da plantação de algodão, arroz, milho e mandioca. Eles comercializavam com negociantes da Bahia, principalmente, bois, cavalos e algodão.<sup>22</sup> Nesse território, que outrora era habitado exclusivamente por povos nativos, estava constituída uma população resultante do processo de ocupação colonial, o qual foi permeado por contatos entre povos, marcados por relações de hierarquização e de dominação.

## A hierarquização dos povos e de suas culturas no sertão

As regiões ao norte de Minas Gerais e ao sul da Bahia foram habitadas pelos nativos denominados de aimorés – conhecidos como botocudos –, pelos mongoiós, pelos pataxós, pelos tapuias, dentre outros. Apesar da grande diversidade cultural, as culturas desses povos foram generalizadas pelos

21 Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, p. 39-40.

22 Cf. SAINT-ADOLPHE, J. Milliet de. *Diccionariogeographico, historico e descritivo do Imperio do Brasil*, p. 424-425 *apud* COTRIM, Dário. *Ensaio histórico do distrito de Serra Nova*, p. 16-17.

contemporâneos. As designações impuseram uma unidade cultural que não existiu, camuflando suas identidades próprias e promovendo um processo de desconstrução de suas sociedades. Os indígenas denominados de tapuias predominaram em Rio Pardo, em aldeamentos, às vezes, circunvizinhos da povoação, bem como em tribos. Observa-se, no caso de Antônio Duarte Santos, morador no sertão de Rio Pardo, em fins do século XVIII, que ele tinha índios tapuias como vizinhos.<sup>23</sup> As aldeias indígenas eram numerosas na região dos rios Pardo e Jequitinhonha. Ao final do século XIX, os indígenas eram encontrados às margens do rio Pardo, em aldeamentos “pacíficos” e em tribos “bravias”,<sup>24</sup> adjetivos recebidos dos povos ditos “civilizados”.

Por meio da construção de aldeamentos, os colonos recorreram à exploração do trabalho de nativos, associada a ações de violência. Isso resultou na redução de grupos e, por vezes, na dizimação de tribos inteiras. O interesse era de submeter e de controlar a mão-de-obra indígena. O caso do aldeamento do Salto do rio Pardo, no século XVIII, é significativo nesse aspecto. Os botocudos foram estabelecidos em áreas próximas aos quartéis, construídos para a defesa das vias de circulação. Com o aldeamento, visou-se utilizar a mão-de-obra desse grupo e apossar-se dos seus territórios. Grupos não aldeados, como os pataxós e subgrupos dos botocudos, foram constantemente combatidos. O processo de aldeamento nas margens do rio Pardo e adjacências continuou pelo século XIX. O missionário e diretor dos índios da região do rio, Luiz de Grava, informou ao governador da

---

23 DOCUMENTO 11. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 36, 1899.

24 Cf. NEVES, Antonino. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 371-372.

Bahia que, na localidade do Salto, havia três aldeamentos: o da Lagoa, habitado pelos índios botocudos; o do Catulé, pelos camacãs; e do Cachimbo, pelos índios mongoiós. Ele também informou ao governador que “ainda” havia uma tribo em “estado selvagem”, conhecida por pataxó, com seus membros bastante bravos e sem relações com as outras nações.<sup>25</sup>

Já o arraial da freguesia de São Miguel da 7ª Divisão, às margens do rio Jequitinhonha e no território de Rio Pardo, foi fundado por João Fernandes Leão, comandante da 7ª Divisão dos Pedestres de Minas, em 1811. Os objetivos do comandante eram a conquista da área e a expropriação das terras dos botocudos. O destacamento militar instalado no local pretendeu garantir a navegação no rio, em detrimento dos nativos. A pretensão era, também, “catequizar e civilizar” os numerosos indígenas que habitavam as margens do rio. Em 1820, o padre José Liodoro foi ao Rio de Janeiro a fim de apresentar a D. João VI “uma porção de índios como frente de suas conquistas” na localidade.<sup>26</sup>

Os moradores de São Miguel envolviam-se em batalhas sangrentas com os botocudos. Em 1837, os botocudos da margem do rio Mucuri “assaltaram o distrito”. Imediatamente, dezenas de homens foram reunidos para seu guarnecimento. Na avaliação do juiz de paz de São Miguel, Felino da Motta, os prejuízos causados pelos “invasores” haviam sido enormes. Eles saquearam propriedades,

---

25 CORRESPONDÊNCIA do missionário e diretor dos índios do rio Pardo. 25/1/1870. APEB, Seção colonial e provincial, série governo/câmara, 1863-1889, maço 1464 *apud* IVO, Isnara. *A tragédia do Tamanduá*, p. 44.

26 APM. Correspondência da câmara de Rio Pardo (CCRP). PP 1.10, rolo 13, cx. 34, doc. 49, 1838.

“onde ali devoravam o gado, carneiro e cabras”. Alguns dos mesmos botocudos que tinham “amizade e afeição” por certos moradores lhes aconselharam a se retirarem, pois os guerreiros desejavam matá-los para apossar-se das plantações, das ferramentas e do gado.<sup>27</sup>

Comunicando-se com a câmara de Rio Pardo, Felino da Motta utilizou-se da oportunidade para informar aos vereadores que a guarda da Divisão estava destituída de praças. Em decorrência disso, o distrito estava despovoado, sem que o governo providenciasse o fornecimento de sessenta praças armados, com ordem para que os guardas jamais deixassem que “aquelas feras” se aproximassem da localidade. Do ponto de vista do juiz, o “sossego dos povos” dependia da decisão favorável do presidente da província.<sup>28</sup> A solicitação era para que os soldados estivessem sempre a postos para garantir a segurança no distrito.

Já Cachoeira Grande, localidade próxima às margens do rio Pardo, foi um lugar indicado pelos vereadores da vila de Rio Pardo para a instalação de uma colônia de degredados em 1834. Com terras apropriadas para a agricultura e ricas em ervas e raízes medicinais, Cachoeira possuía matas “abundantes de madeiras”, que eram utilizadas em construções navais e mecânicas, em marcenaria e em tinturas. Lá era ponto de descarregamento das canoas que navegavam pelo rio. O sal era um dos produtos transportados, conduzido desde a vila de Canavieiras, foz do mesmo rio, até Berruga, distante trinta léguas da vila de Rio Pardo. Os vereadores consideravam que povoar a localidade era vantajoso para

<sup>27</sup> APM. CCRP. PP 1.33, cx. 222, doc. 46, 1837.

<sup>28</sup> APM. CCRP. PP 1.33, cx. 222, doc. 46, 1837.

a província e para os futuros colonos. No entanto, para “a segurança dos degredados”, era necessário providenciar um destacamento de trinta a quarenta soldados. O destacamento deveria servir também para facilitar a navegação do rio, por causa da invasão dos indígenas.<sup>29</sup> A presença ininterrupta de soldados armados era solicitada diante da compreensão de que os nativos representavam perigo.

Com a aldeia Chique-Chique, o procedimento foi diferente. Os vereadores de Rio Pardo, em 1840, solicitaram do presidente da província uma quantia em dinheiro para a compra de vestuário e de ferramenta para os indígenas dessa aldeia. Eles já visitavam a vila em grupos numerosos, e a intenção era atraí-los para que as visitas se tornassem mais frequentes, facilitando, assim, “sua civilização”.<sup>30</sup> Os nativos “mansos”, que moravam nos aldeamentos no interior dos bosques, iam também à vila, acompanhados de alguns “bravos”, mas em “caráter pacífico”.<sup>31</sup> Essa intensão de “civilizar” evidencia o propósito de cooptação dos nativos da aldeia, por parte dos vereadores, dirigentes de Rio Pardo.

Sobre a cooptação de indígenas, esta foi uma ação recorrente, em nível nacional. Em 1845, um decreto imperial versava sobre a catequese e a civilização deles. As províncias passavam a contar com um diretor-geral, que faria um levantamento de dados sobre os povos indígenas. Cabia a esse diretor desenvolver uma política de estímulo aos aldeamentos, às atividades agrícolas e à cristianização. Nas aldeias, seriam distribuídas ferramentas e tarefas de cultivo,

29 APM. CCRP. PP 1.33, cx. 221, doc. 49, 1834.

30 APM. CCRP. PP 1.33, cx. 223, doc. 52, 1840.

31 Cf. NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 369.

com o entendimento de que nelas esses povos “aprenderiam as vantagens da civilização”.<sup>32</sup> Na presidência da província, em Minas Gerais (1837), a avaliação era de que a população aumentaria consideravelmente caso se conseguisse “arrancar das matas e trazer à civilização as hordas selvagens que por elas anda[va]m errantes”.<sup>33</sup> Ou seja, para além da pretensão da ação civilizatória, essas evidências revelam o interesse de autoridades em submeter, controlar e explorar a mão-deobra indígena.

As relações estabelecidas entre colonos portugueses, bem como seus descendentes, e os povos indígenas podem ser compreendidas como um processo de dominação dos últimos. Constituíam-se em duas sociedades de força desigual – uma dominante e outra dominada –, cujo processo possuía duas características: uma interna, a heterogeneidade das culturas destes povos; outra externa, a dominação dos portugueses exercida sobre os povos nativos.<sup>34</sup> Nesse contato, os portugueses estabeleceram um controle direto sobre os povos indígenas. Os sistemas de valores de ambas as sociedades faziam-se presentes e entraram em contato. Os indígenas experimentaram a intervenção externa como um atentado às suas tradições e modos de vida. Esse processo promoveu a incorporação de elementos externos ao sistema indígena. Indicativos disso foram a compra de vestuário e ferramentas para os indígenas da aldeia Chique-Chique, como referido. Ademais, a agressão sofrida levou

---

32 BRASIL. Decreto n.º 426 de 24 de julho de 1845 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.

33 RELATÓRIO do presidente da província de Minas Gerais, 1837 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.

34 Cf.: WACHTEL, Nathan. *História*, p. 113-129.

---

à elaboração de estratégias de recusa à dominação imposta, bem como de estratégias de sobrevivência de elementos internos aos modos de vida próprios.

No processo de contato, os conflitos foram constantes e também houve adaptação e reestruturação. No conflito, os elementos culturais dos povos em contato tendem a se excluir mutuamente. Eles se enfrentam e se opõem, mas tendem a se interpenetrar, a se conjugar e a se identificar.<sup>35</sup> As relações entre os grupos tendem a se aproximar. Os elementos culturais dos povos envolvidos se acomodam ao contexto de contato, no caso colonial. Salienta-se que os contatos nem sempre colocam em evidência todos os elementos culturais dos povos em questão. Nessa perspectiva, o elemento cultural é compreendido como um todo dinâmico nos quais os diferentes grupos sociais influem uns sobre os outros, ainda que um grupo tenha prevalecido, em uma desigual correlação de forças. Tal dinamismo gerou tanto mestiçagem quanto coexistência de heranças diversas.<sup>36</sup>

Os nativos, os portugueses e seus descendentes, bem como os africanos, desenvolveram práticas culturais, compartilhando espaços sociais. Nesse sentido, coexistiam matrizes culturais distintas: nativas, de origem europeia e africana. Outras se constituíram a partir de influências recíprocas, em um processo de miscigenação, marcado por relações de dominação. Desencadearam-se processos de misturas, de trocas, de influências, de intermediações, bem

---

35 Cf. BELTRÁN, Gonzalo Aguirre, *El proceso de acultaración* apud GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*, p. 45.

36 Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*, p. 31-40.

como de antagonismos e de superposição de culturas.<sup>37</sup>

Em Rio Pardo do século XIX, os povos nativos continuaram sendo vistos pelos dirigentes locais como bárbaros “mansos” e “bravos”. Com os “mansos”, as relações foram menos conflituosas, ao contrário da relação com os “bravos”. As visitas à vila e as relações fundamentadas no valor da amizade aproximaram indígenas e outros habitantes de Rio Pardo. Constituía-se em meta para os vereadores a ação de “civilizar” os nativos que habitavam os arredores da vila, que se constituía em parâmetro de civilização para julgar os indígenas bárbaros. Nessa compreensão, em nível local, é visualizada uma clara apropriação das noções de civilização e de barbárie, correntes no Brasil do século XIX.

O entendimento da sociedade brasileira sob o prisma dos conceitos de civilização e de barbárie foi influenciado pela interpretação de antropólogos evolucionistas e darwinistas sociais europeus, que, ao utilizarem como referência a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, classificaram as sociedades humanas em etapas evolutivas. Nessa época, eram comuns as interpretações que se referiam à Europa civilizada em oposição a outros países do mundo, vistos como situados em diferentes estágios de evolução social. Os costumes de outros povos eram comparados aos dos europeus, pretensamente civilizados. Desse modo, os povos que mais se assemelhassem às formas de viver dos europeus estariam mais próximos da “civilização”.<sup>38</sup>

A concepção de história, fundada nas ideias de evolução

37 Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*.

38 Cf. PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*, p. 65-68.

e de progresso, bem como na visão etnocêntrica dos europeus, conformou as sociedades modernas. A partir do século XVIII, o conceito de civilização passou a expressar a autoimagem nacional das sociedades europeias. Na França Setecentista, ele trazia a marca da crítica fisiocrata, com a proposta de orientar a política dos governantes, a fim de que fossem compreendidas as leis da civilização e do poder. A verdadeira civilização se situaria entre a barbárie e a decadência, sendo papel do governante esclarecido corrigir a tendência à decadência, gerada pela superabundância de dinheiro.<sup>39</sup>

O conceito de civilização, de um lado, contrapunha-se a um estágio anterior a ser suplantado – o da barbárie. De outro lado, referia-se a um processo que implicava a eliminação do que era considerado bárbaro nas condições vigentes. Esse processo estava imbuído de uma ideia de evolução e de um movimento de progresso a ser alcançado. Opondo-se às penalidades legais, às restrições impostas à burguesia ou às barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio, o processo civilizador “devia seguir-se ao refinamento de maneiras e à pacificação interna do País pelos reis”.<sup>40</sup>

Com a ascensão da burguesia, o entendimento foi de que esse processo estava concluído na sociedade francesa e, progressivamente, em outras sociedades europeias. Essas sociedades tomaram para si a missão de tornar civilizados os outros povos com os quais os europeus entraram em contato no período dos “descobrimientos”. Era necessário civilizá-los, porque o entendimento era de

39 Cf. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*, p. 56-64.

40 Cf. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*, p. 56-64.

que aqueles povos se encontravam em estágio de evolução aquém dos europeus, ou seja, na barbárie. Assim, com essa compreensão, minimizavam-se as diferenças culturais entre os diversos povos, com a ênfase para o que deveria ser comum a todos os seres humanos em diferentes partes do mundo.

Orgulhosa de sua importância para o progresso da humanidade com “o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento da *sua* cultura científica ou visão de mundo”, a sociedade ocidental europeia sistematizou naquele conceito toda a superioridade que julgou possuir em relação às sociedades mais antigas ou aos povos “recém-descobertos”.<sup>41</sup> As culturas destes últimos foram vistas como extensão menor da cultura europeia, advinda daí a contraposição civilização e barbárie. Isso pontuava a inferioridade desses povos em relação aos europeus. Os desdobramentos dessa visão que, em grande medida, foi incorporada pelos povos não europeus incidiram no âmbito das relações estabelecidas entre os europeus considerados “civilizados” e os povos considerados “bárbaros”, relações permeadas pela dominação dos primeiros sobre os últimos.

O conceito de civilização, consoante definição de Fernand Braudel, refere-se a uma área cultural ampla, constituída de uma diversidade de bens culturais. O agrupamento regular e a frequência de certos traços culturais são os elementos que garantem uma coerência cultural em determinada área. É a coerência cultural no espaço, acrescida de uma

---

41 Cf. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*, p. 23.

---

permanência no tempo, que conforma a civilização assim reconhecida. Nesses termos, as civilizações se encontram inseridas em um processo de longa duração. A cultura de determinado espaço necessita permanecer nele por um tempo longo para que ali se desenvolva uma civilização. Para Nobeert Elias, por sua vez, o conceito reporta-se a uma variedade de processos ligados ao nível da tecnologia, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Assim, “não há nada que não possa ser feito de forma *civilizada* ou *incivilizada*”. As distintas culturas expressam diferentes civilizações.<sup>42</sup>

Não obstante isso, no Brasil, as classes dominantes na política e de caráter intelectual almejavam atingir os ideais de civilização tal como definidos pelas sociedades europeias contemporâneas. Elas concordavam que a sociedade nacional se encontrava em um estágio inferior em relação àquelas sociedades. A grande meta a ser alcançada, por meio do progresso, era transformar o Brasil em uma nação civilizada, nos moldes das civilizações da Europa ocidental. A ação dos ministérios que compunham o Executivo imperial era norteadas por dois grandes referenciais: a manutenção da ordem e a difusão de uma civilização. As falas e os relatórios das autoridades faziam referência à necessidade de “manutenção da segurança interna e da tranquilidade pública”. Esse discurso fez-se presente principalmente depois da abdicação de Dom Pedro I, período em que eclodiram diversas rebeliões. Com a consolidação das posições dos saquaremas no governo,

---

42 Cf. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*, p. 209; ELIAS, Nobeert. *O processo civilizador*, p. 23.

o tema da ordem foi suplantado pela necessidade de difusão de uma Civilização.<sup>43</sup> Entretanto, como o País era dos trópicos e de população miscigenada, o entendimento era que a desejada civilização somente seria alcançada quando os brasileiros passassem por um processo de embranquecimento e de absorção dos comportamentos dos europeus. Já o espaço do sertão era visto como habitado por uma população mestiça e em estágio considerado inferior na escala da evolução social.

Em fins de 1847, a população do império do Brasil foi estimada em 7.320.000 habitantes, classificada em grupos raciais - brancos, mulatos, negros e índios - e em grupos conforme a condição social - livres, libertos e escravos.<sup>44</sup> Outros critérios eram utilizados para conhecer essa população, como os adotados pelo ministro da Justiça Paulino de Souza para distinguir os habitantes do litoral dos demais do sertão. Para ele, a população do sertão “não participa[va] dos benefícios da nascente civilização”, faltando-lhe instruções moral e religiosa. Ela desconhecia a força das leis, porque estava “imbuída de perigosas ideias de uma mal-entendida liberdade”. Essa população era distinta da sociedade do litoral “por costumes bárbaros, por atos de ferocidade” e por caracterizar-se como crimes horríveis.<sup>45</sup> Nessa compreensão, a população do sertão distinguia-se pela barbárie. Já a do litoral, caracterizava-se como uma população, em decorrência dos contatos estabelecidos entre

---

43 Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 189-190.

44 Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 32.

45 RELATÓRIO do Ministro da Justiça, 1841. Paulino José Soares de Souza, p. 7 e 9 apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 32.

esta e as nações europeias, considerada civilizada. Nesses termos, era o sertão que se situava na contramão do processo de civilização pretendido.

Referindo-se às rebeliões imperiais, o ministro Paulino de Souza explicitava a noção vigente para o espaço sertanejo. Era preciso distinguir entre o que ocorria no Rio Grande do Sul e a rebelião que “em tão breve tempo rebentou nos sertões do Pará, Maranhão e Piauí”: no Rio Grande do Sul ocorriam crimes políticos, enquanto nos sertões assistia-se a “horrores friamente perpetrados pela barbaridade, pela lascívia, pela vingança e por outras paixões alheias à política”. Isso porque naqueles sertões rebelava-se “uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivada de todos os vícios da barbaridade”.<sup>46</sup> Essa visão, que era compartilhada por políticos luzias e saquaremas, marcava a diferença entre os movimentos promovidos pela “flor da sociedade brasileira”, como os farrapos no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, e os promovidos pela “escória da população”.<sup>47</sup> Esse sistema de classificação, portanto, remetia à visão dicotômica que se tinha da população brasileira e dos espaços por ela ocupada: os habitantes do sertão considerados bárbaros; e, os do litoral, civilizados.

## Considerações finais

O conceito corrente de sertão no Brasil do século XIX era marcado por dupla noção: a espacial, de interior; e a social,

---

46 RELATÓRIO do Ministro da Justiça, 1841. Paulino José Soares de Souza, p. 19 *apud* MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 104-105.

47 Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 105.

de deserto. Ele se reportava ainda às terras “sem fé, lei ou rei”<sup>48</sup> e às áreas extensas e afastadas do litoral, de natureza indomada. O território era considerado habitado por índios “selvagens” e animais bravios, sobre os quais as autoridades detinham pouca informação e insuficiente controle.<sup>49</sup> Se o espaço do sertão era compreendido como revés do litoral, nesse período ele vai ser definido também em oposição ao espaço urbano, que poderia não se encontrar só no litoral.

No Brasil, a segunda metade do século XIX distinguiu-se pela estabilidade política, pela extinção do tráfico negreiro intercontinental, pelas bem-sucedidas intervenções militares na área platina e pela regularização das comunicações por vapor com a Europa. Nessa conjuntura, vários empreendimentos demonstravam o avanço do “progresso” e as conquistas da “civilização”, como a construção de vias férreas e os melhoramentos urbanos.<sup>50</sup> É nesse processo de urbanização do País que a bipolaridade entre o urbano e o sertão é mais bem visualizada. A conjuntura que levou ao fim do império e à proclamação da república revelou um esforço de aproximar o Brasil do ritmo das nações europeias e dos Estados Unidos. Um dos problemas colocados era o da integridade do território nacional. O debate era sobre a necessidade de ocupar o espaço territorial da nação e sobre o que fazer com seus habitantes – indígenas e sertanejos. O urbano se tornava, com o passar do tempo, o novo elemento

---

48 No século XVI, Pero de Magalhães Gandavo definiu os nativos do Brasil como um povo que não tinha fé, lei e rei. Essa caracterização, portanto, atravessou o tempo e permaneceu no século XIX para referir-se à população miscigenada. Cf. GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*, p. 52.

49 Cf. AMADO, Janaína. *Estudos Históricos*, p. 148.

50 Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 12-13.

a se impor na organização espacial brasileira, e a cidade se constituía em outro polo a contrapor-se ao sertão. Nesse tempo, no qual o espaço do sertão representava a maior parte do território, ele foi repensado a partir da vida urbana, que se tornou o referencial de comparação entre o “civilizado” e o “incivilizado”.<sup>51</sup>

Ao longo do século XIX, ocorreu a incorporação de novos significados ao conceito de sertão, refletindo a busca de uma identidade nacional na caracterização das regiões. O espaço urbano passava a ser visto pela ótica do progresso, ao passo que no sertão – espaço da natureza –, o atraso e a violência desfavoreciam a chegada do progresso pretendido. Nesse processo de formação de uma identidade nacional, o pensamento social brasileiro era orientado pelos eixos da raça e do meio físico natural. O litoral foi definido por Nina Rodrigues como “reduto da civilização e dos grupos brancos”, enquanto o sertão estava “dominado por uma população mestiça, infantil e inculta, em estágio inferior na evolução social”.<sup>52</sup> Essa visão dualista para o Brasil estava imbuída dos signos de civilização e de barbárie: o litoral e o espaço urbano eram espaços civilizados ou estavam a caminho de se civilizarem; o sertão era o espaço da barbárie. A questão que se impunha era construir o sertão a partir do litoral. Essa abordagem, permeada por um tempo linear, traz “dois Brasis”: um espacialmente representado por uma parte territorial estagnada e atrasada; e outro, mais suscetível de receber influências de correntes modernizantes.<sup>53</sup>

51 Cf. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*, p. 17-21.

52 *Apud* VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*, p. 54.

53 Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*, p. 27.

Logo, identificam-se três níveis de relações de dominação, atravessadas pelas noções de superioridade e de inferioridade culturais. Em nível geral, estavam as relações estabelecidas entre os europeus e os brasileiros. Em segundo nível, no Brasil, as relações entre os habitantes do litoral, bem com os do espaço urbano, e os habitantes do sertão. Em nível local, como demonstrado, são observadas as relações entre os habitantes da vila de Rio Pardo e os indígenas de seu entorno, a qual se situava no sertão. Se os habitantes do sertão estavam em um estágio aquém do desejado para o País, em âmbito local, eram os costumes dos indígenas, qualificados como selvagens e bárbaros, que destoavam do modelo de civilização vigente em Rio Pardo. Assim, a relação entre povos, marcada pelas noções de superioridade e de inferioridade culturais, é percebida nessa gradação, que reproduzia as relações de hierarquização e de dominação entre eles.

## Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, p.145-151, 1995.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962.

ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*. Rio Pardo de Minas, 1998, v. 1-4

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1982. Contribuição da história das civilizações.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

COTRIM, Dário Teixeira. *Ensaio histórico do distrito de Serra Nova*. Rio Pardo de Minas, 2000.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1995.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina – 1740-1771*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: companhia das Letras, 2001.

IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MADER Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 1.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do município do Rio Pardo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, p. 355-486, 1908.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens: garimpo, extraviado, contrabando e violência na ocupação da serra de Santo Antônio do Itacambiraçu*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’ – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1520-1820)*. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1962.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo: estudo das bandeiras paulistas na descoberta de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1935.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

# AS RIQUEZAS DA “CASA DA CASCA”: uma análise do roteiro lendário paulista e dos processos de conquista dos sertões das Minas Gerais no século XVIII

Adriano Toledo Paiva

---

## Introdução

Em 1798, nas proximidades do arraial da Tapera, freguesia de Guarapiranga, “um negro boçal”, “fugido de algum dos portos do mar deste continente”, difundiu entre os moradores da região a notícia de grande abundância de ouro nos sertões que percorreu. Antônio Ramos da Silva Nogueira analisou o caso e verificou que os moradores afirmavam que “o sobredito lugar era o da antiga Casa da Casca, de que narravam os aranzéis e roteiros dos antigos paulistas” (APM. CC - Cx. 20 - 10402, rolo 507, [02/07/1798]). O Ouvidor relatou ao Visconde de Barbacena “que os povos desta capitania estavam persuadidos da existência e riqueza da intitulada Casa da Casca, sendo jamais verdadeira a sua existência”. No entender do parecerista, a “indagação destes aventureiros” somente poderia ser confirmada pela exploração do “vastíssimo sertão”, sem causar qualquer prejuízo à Coroa, resultando em alguma vantagem ao Real Erário. Igualmente, Nogueira alertava ao Governador sobre os riscos da Real Fazenda conceder subsídios ao “roteiro da Casa da Casca”, porque estava certo de que não renderia

nenhum benefício ao Estado (APM. CC - Cx. 20 - 10402, rolo 507, [02/07/1798]).

Afinal, no que consistia esse roteiro ou mapa dos conquistadores? O que representava no imaginário da época a representação da “Casa da Casca”? A “Casa da Casca” consistia em uma casa de madeira em uma região descampada, ou de campo aberto (clareira em uma mata), “com fechaduras de ferro”. Além de configurar um pouso para os exploradores dos sertões, os mapas e descrições da “Casa da Casca” prometiam muitas riquezas em ouro, “com muita conta” (APM. CC. Cx.: 5, Pl.: 20024, rolo:523, [12/11/1803]). Dessa maneira, os tópicos e mapas associados a esse espaço passaram a ser vinculados ao maravilhoso e ao lendário, vindo a ser muito disseminado pelos indígenas e pelos sertanistas.

Em 1798, o ouvidor Nogueira produziu outro parecer ao Governador Visconde de Barbacena sobre os pedidos de Joaquim Borges Pinto Barreto para emprego dos “roteiros dos paulistas” na conquista dos sertões do Rio da Casca. E, em seus argumentos, Nogueira relatou:

Os diversos roteiros dos antigos paulistas e descobridores das minas do ouro desta Capitania são reputados pelos modernos por verdades incontestáveis. E, até agora, não se tem encontrado as imensas riquezas por aqueles vaticinadas, nem por isso a maior parte destes atribui às fábulas todas as suas profecias; mas sim a engano próprio, e, a não terem chegado aos lugares designados. (APM. CC - Cx. 89 - 20287, rolo 528. [15/12/1798])

---

O parecerista estava atento a uma permanência e/ou insistente retomada dos “roteiros dos antigos paulistas” pelos “modernos” nas expedições de conquista, pois ainda embasavam algumas práticas políticas e histórias familiares. Naquele tempo, José Borges Pinto Barreto apresentou, na Secretaria de governo da capitania, “um mapa que lhe deixou o seu falecido pai, homem aventureiro, que o empregou por muitos anos em conquistas de índios e na procura de metal precioso” (APM. CC - Cx. 89 - 20287, rolo 528. [15/12/1798]). Ao avaliar as documentações apresentadas por Barreto, Nogueira cotejou o “antigo mapa” com o da Capitania, avaliando, pelas informações dos rios e do terreno, a localidade do roteiro. O rico descoberto estaria localizado nas imediações da “Serra dos Arrepiados, infestada pelo gentio Puri e que vertem se unem ao Rio Doce” (1796). Ademais, cogitamos que o itinerário pontuasse nessa mesma localidade a lendária Casa da Casca, que figurou nos relatos de Arzão, no desfecho dos seiscentos, e foi imortalizada nas memórias e histórias como “marco” e “mito” do descobrimento das Minas Gerais.

Com base no estudo da documentação, afirmamos que a “Casa da Casca” jamais foi encontrada, mas era muito desejada pelas expedições de conquista ao longo de todos os setecentos. Contudo, podemos argumentar que esse roteiro (mapa) e lugar lendário nortearam os processos de conhecimento e classificação de um território, assim como essas representações passaram a ser apropriadas para descrição, definição e organização daqueles sertões habitados pelos índios Puri e Coroadó.

## O roteiro da Casa da Casca

Na Biblioteca Pública de Évora, o documento “Notícia das Minas Gerais do Ouro e Diamantes” esboça com riquezas de detalhes o roteiro da “célebre Casa da Casca”, informado pelo Capitão-mor Luís Borges Pinto ao Padre Diogo Soares (1726-1727). A descrição detalha o Rio Guarapiranga e o Xopotó, sinalizando o “caminho geral do Rio de Janeiro para Minas”. O texto informa detalhadamente sobre os rios que correm da ponta da “Serra da Casca”, sinalizando outro morro redondo no Rio Lopo, no qual se localizava o gentio com mesmo nome.

Das cabeceiras dos Coroados, abri uma picada costeando o mesmo rio, e encostado sempre a serra com bastantes trabalhos e perigos: cheguei ao Rio da Casca, que desagua nele, e nasce na mesma serra, gastando 21 dias. Fiz roças na barra de uma e na outra parte do rio, e por mais diligências que nele fiz não achei o ouro que precisou os Paulistas, quando deixaram suas terras pelo seu descobrimento, porque tudo era vargeria e mato grosso [1726]. (AMI, 1953: 24)

Em seu relato, Perdigão sinalizou que foi armada uma expedição em 1694, integrando Manuel de Camargo, seu cunhado Bartolomeu Bueno, o genro Miguel de Almeida e seu sobrinho João Lopes de Camargo. Contudo, a expedição de Manuel Camargo e de seu filho, Sebastião Camargo, sofreu “a sua primeira derrota da ideada Casa da Casca”,

---

amargando forte ataque dos gentios. (AMI, 1953: 29)

Essas mesmas informações são repassadas por Bento Fernandes Furtado (1750), quando narra os descobrimentos das Minas presentes no Códice Costa Matoso. Furtado assinala Antônio Rodrigues Arzão como “homem sertanejo, conquistador do gentio dos Sertões da Casa da Casca”. Prossegue afirmando que, em 1697, fizeram Bartolomeu Bueno e outros paulistas, tais como Miguel de Almeida e Antônio de Almeida, expedições pelos sertões, mas não obtiveram sucesso porque as terras eram “povoadas de bravos e orgulhosíssimo gentios”. Naquela época, os paulistas desistiram de procurar a lendária Casa da Casca, pois encontraram as primeiras amostras de Ouro da Itaverava, palavra que na língua do gentio significa “pedra luzente”. (FIGUEIREDO & CAMPOS, 1999: 169-171)

No roteiro da Casa da Casca, as amostras de ouro coletadas foram poucas no Rio Turvo e no rio “Abatipó” (Matipó). A palavra Matipohó (Abatipó, Auatipó, Matipó) advém do radical Tupi *abati* ou *auati* que significa milho. Outro documento, intitulado a “Notícia da terceira prática”, que foi repassado pelo mestre de campo José Rebello Perdigão ao Padre Soares, narra as preciosidades daqueles sertões:

3. Pelas notícias, que deram em São Paulo os primeiros sertanistas, que vieram do descobrimento das esmeraldas com o Capitão Fernando Dias Paes, e principalmente pela (sic) um Duarte Lopes, que fazendo experiência em um certo ribeirão, que disse desaguava no Guarapiranga, de que com uma

bateia tirava ouro, e tanto, que chegava em povoado a fazer dele várias peças lavradas para o uso de sua casa, se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com intento de buscarem e descobrirem a paragem, ou sertão da desejada Casa da Casca, onde diziam era muito e precioso ouro. (AMI, 1953: 28-29).

Em 1734, Matias Barbosa da Silva empregou os roteiros dos "rios Doce, Cuiethé e Mayasú", ditados pelos "práticos" paulistas Manoel Monteiro Chassim e Sebastião Preto Cabral, prometendo encontrar grandes riquezas em ouro e pedrarias. O termo Cuieté significava "mato verdadeiro, sem mescla de campo algum", enquanto Mayasú (Manã-açu, Manhuaçú) designa "rio grande" ou "lugar de muita água". Segundo esse roteiro:

Principiamos pelo nascimento do Rio Doce, o qual nasce no morro da Mantiqueira, e alguns braços passam no caminho do Rio de Janeiro, e, corre a leste e nordeste até o Sosuí, tece ao Xipotó, Itaberaba e o Ribeirão do Carmo, que tem principiado em Vila Rica, corre a leste. E da outra parte fica o Rio da Casca, Matipôô e Sacramento, riachos pequenos que correm ao Norte. E logo abaixo, para o norte, fica o Bombacha, que corre a sudeste; e até aqui, vem um varadouro; são muito correntes, correm com violência, e, para baixo, tem cinco varadouros, até o Percicaba. (RAPM. Ano III, 1898: 770).

O Rio Doce foi descrito como “negro e azul até a cachoeira da Escada”, perfazendo “quatro ou cinco dias de viagem”, mas a jornada para além da cachoeira do Maguari revelava o universo das riquezas vaticinadas pelos jesuítas e paulistas durante todo o seiscentos:

O Rio Guará, que agora o chamam de Guasusui Pequeno, e, defronte fica o morro do Ivitoruna, que é o monte alto, e dois dias abaixo fica o rio Guassuheri ou Sueri, como lhe chamam outros. E daqui para baixo até a escada é a nossa conquista, e das grandezas da paragem escreveu o Reverendo Padre da Companhia, Simão de Vasconcelos. E de uma e de outra parte o Rio Doce e deste Guasusui [...], e outra barra da parte do norte fica um ribeirão com grandes campos nas cabeceiras, o qual chamava antigamente campo das esmeraldas, e fica logo abaixo a Barra do Cuieté [...]. (RAPM. Ano III, 1898: 771).

As riquezas profetizadas para os sertões do Cuieté não se reduziam ao “campo das esmeraldas”, pois singrando ao “nordeste, quase a leste” encontrava-se “faisqueira em dois córregos, que tinha ouro de conta em suas cabeceiras”, e ao nordeste encontravam-se “muitas campinas e pedrarias”. O “ouro em contas” seria encontrado facilmente na barra do Cuieté, e os sertanistas prometiam “ouro e grandeza na barra do Manhuaçu” (RAPM. Ano III, 1898: 771).

Podemos cruzar o roteiro dos Paulistas Chassim e Preto com uma representação cartográfica aquarelada que enfoca o Rio Doce, seus afluentes até o oceano Atlântico e a estrada

que toma sentido do Rio de Janeiro à Vila Rica (APM. SC. 014.). Empregando a carta em nossos estudos, identificamos os caminhos fluviais e parte da disposição espacial da fronteira colonial analisada.

## Imagem 1

### “Mapa do caminho do Rio de Janeiro para Vila Rica”



Fonte: APM. SC. 014. “Mapa do caminho do Rio de Janeiro para Vila Rica”. Dimensões: 35,0 x 45,0 cm.

O mapa aborda a Serra do Mar e suas “muralhas” nos campos do litoral, com destaque especial à foz dos Rios Doce e Paraíba. O mar foi desenhado pelo chanfrado do pincel

em franjas. “O Caminho do Rio para Vila Rica” é traçado em tom “terra de siena”, adelgaçando-se e tomando tons acinzentados nas proximidades de Vila Rica. O nascedouro do “Rio Doce” é designado em ribeirões do “centro administrativo da Capitania” e, na representação, avaliamos um destaque em círculo com diluído aquarelado no entorno da povoação da Vila. A carta detalha as ramificações de três grandes bacias hidrográficas da região leste do termo de Mariana, os rios Doce, Pomba e Paraíba (Imagem 01).

No mapa, as irradiações das montanhas dos Arrepiados, do Abre Campo e sua ligação com as serras de nascimento dos afluentes do Rio Doce formavam uma cadeia e desenho similar ao número quatro. Um conjunto de serranias é o ponto do nascedouro dos Rios da Onça (Onça), Matipohó (Matipó), Tapeba (Tapera) e Sacramento. Na seção de representação do “Rio da Casca”, destacou-se o “Abre Campo” e sua serra conjugada aos domínios da “Serra dos Arrepiados” (dos índios Arrepiados), de onde nascem os Rios “Ararí” e “Broyeé” (atual Muriaé). Nessa mesma porção, um círculo concêntrico de matos foi demarcado pela palavra “Campo”. Outro “Campo” também foi desenhado no nascedouro do ribeiro “Trovão” (Imagem 01). Destarte, o Rio Gualacho (Gualaxo) e o “Abre Campo” eram localidades do domicílio e investidas militares do Mestre de campo Matias Barbosa da Silva.

Segundo Nelson de Senna (1924:195), o nome “Abre-Campo” advém do topônimo indígena “Cotuxé”, que também designava a etnias que abriram e desbravaram o descoberto naquela região. A partícula cotug- designa em português a palavra “limpar” e “xe” indica “campo”. Para tanto, “abrir

campo" seria o mesmo que "romper matas", "fazer clareira em floresta densa", "desbravar mata, formando um terreno descoberto". No século XVIII, o famoso descampado figurava nos roteiros sertanistas como o "Abre Campo" e localizava-se na "região da Cachoeira Torta, nos territórios dos Rios Casca, Chopotó, Matipó e Santa Ana" (RAPM. Ano XX, 1924 [1926]: 195). O gentio, por alcunha "Cotuxé", que empreendeu o romper da mata virgem e a localização de descobertos, não figura nos documentos sobre a região ao longo dos setecentos. Certamente, os índios aliados nas primeiras investidas de conquista foram incorporados como aldeados ou mesclados a outras etnias da região.

O Ribeirão do Carmo, ao receber as águas do Rio Guarapiranga, passa a se chamar Doce. Os afluentes do Rio Doce, como o "Sacramento", "Cuieté", "Mayusú", "Preto" e "Guandú" (Gandú), aparecem nos roteiros lendários de pedrarias empregados pela expedição de Barbosa da Silva. Na seção de investidas militares contra os Botocudos (região do Abre Campo), vemos uma flecha indicando o caminho das águas do Rio Casca e os seus principais afluentes e formadores, tais como o "Trovão", "São Pedro", "São João", "Santo Antônio" (Imagem 01). O Rio Pirapetinga apresenta-se como importante afluente do Guarapiranga, que recebe as águas do Xopotó. A porção do Rio Guarapiranga desenhada no mapa é a do Rio Xopotó (Chipotó), ou "Icipotagua", que, na língua indígena, designa "as terras do cipó amarelo" e eram habitadas por índios Coroados. O "Chipotó" é formado pelas águas dos rios "Brajaúbas" (Brejaúbas), "Espera", "do Sonho" e "Turvo". Nesta seção, encontramos algumas das freguesias de antigo povoamento da Comarca de Vila Rica,

---

tais como a de Furquim, Barra Longa e Guarapiranga, que eram singradas pelos sertanistas nos rios Xopotó, Bacalhau, Turvo Limpo e Sujo, Espera, Paciência, Brejaúbas, Tapera, seguindo o seu curso para o Guarapiranga (também chamado de Piranga). (Imagem 01).

O destaque especial a alguns rios em detrimento de outros e o silenciar de alguns afluentes revelavam as importantes e íntimas relações do produtor do mapa com o espaço que desejava construir (EDNEY, 2007: 31-52). As nascentes do Rio Pomba são descritas na representação, mas não consta a identificação do mesmo rio ao longo do seu curso até a sua foz do Paraíba. A identificação do “Rio do Peixe” e “suas margens” foi uma designação genérica empregada para os afluentes menos importantes da representação cartográfica. Verificamos que o “Rio Pinho” assume uma proporção de maior destaque na representação do que o Pomba, que, por sua vez, é um rio de maior volume de água. Ademais, as áreas destes tributários do rio Pomba foram conquistadas de forma mais intensa no final da década de oitenta do século XVIII. As terras da margem esquerda do Rio Pomba, no sentido do rio “Parahibuna” e limites do Termo de Barbacena, indicavam uma região a ser conquistada próxima aos caminhos de “Garcia Rodrigues” ou “Caminho Novo”. O termo da Vila de Barbacena (erigida em 1791) confrontava com o termo de Mariana e com o termo da Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete). A principal divisão desses termos com o da Vila de São José del Rei se localizava nas mediações da Ressaça, no Rio Carandaí (atual Ressaquinha) (RAPM. Ano I, fasc. 1º, 1896: 119-123). Em sentido leste a oeste, a porção da barra do Rio Pomba até sua foz, no Rio Paraíba, parecia indicar um

interessante caminho de escoamento de comércio. O projeto de uma estrada no sentido dos Campos de Goitacazes começará a ser discutido nas duas últimas décadas dos setecentos.

## A conquista dos índios e a lendária Casa da Casca

Em 1777, o guarda-mor geral das Minas, Pedro Dias Pais Leme, escreveu uma carta ao secretário de Estado contando as entradas efetuadas por “alguns homens curiosos, levados de um roteiro antigo de umas minas de ouro da Casa da Casca e Morro do Chapeú”. A região explorada ficava localizada entre o rio Pomba e a “Vila de Macacú”, próxima ao rio Xopotó, na “estrada geral para as Minas pelo Aguessú”. Segundo o guarda-mor:

Estes exploradores encontraram, com efeito, os tais tesouros de ouro em seis e oito dias de marcha, e em tal distância se acham as tais minas, e se puseram extraí-las. No princípio, quis o Conde da Cunha, que eu os fosse repartir, suposto, que era sabido, onde estava o ouro, ninguém teria mão nos homens; e dizia bem, como se esta experimentado. [...] O que se tem seguido é que depois de tal proibição, se tem continuado debaixo da mesma a entrar vários homens como embandeirados e estão cheios os ditos sertões e matos de gente, que com facilidade nunca vista tem extraído, ao que me dizem, muitas arrobas de ouro. E isso contra a forma do regimento; sem que se saiba onde vai parar esta máquina de ouro, sem forma de arrecadação de direito senhorial [...]. (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 111, Doc.: 96).

---

Desse modo, Pedro Dias Paes Leme comunicou o grande número de bandeiras na região para encontrar as riquezas da Casa da Casca, assim como a perda de direitos reais pelas dificuldades impostas pelo Governador e comandantes de distritos na repartição das datas minerais.

Nos limites daqueles sertões, nas vizinhanças do distrito da Tapera, “um negro”, seguindo a informação de índios, noticiava a “grande abundância de ouro”, afirmando a todos os moradores “que o sobredito lugar era a antiga Casa da Casca, de que falavam os aranzéis e roteiros dos antigos paulistas” (APM. CC. Cx. 20. Rolo: 507, Pl.: 10402, [02/07/1798]). Naquela mesma época, o Visconde de Barbacena permitiu “licença para entrarem com uma bandeira e descobrirem” os tesouros, mas as expedições do Furriel José de Deus Lopes percorreram todo o Rio Pomba até o Paraíba, nas Missões e em um hospício dos frades Barbadinhos, sem encontrar absolutamente nada. Em 1798, o ouvidor Antônio Ramos da Silva Nogueira argumentou que “os povos desta capitania estavam persuadidos da existência e riqueza da intitulada Casa da Casca, sem jamais ser verdadeira a sua existência” (APM. CC. Cx. 20. Rolo: 507, Pl.: 10402, [02/07/1798]).

Os detentores deste roteiro eram os irmãos paulistas, o Capitão José Lemes da Silva e Manoel Lemes da Silva, filhos do paulista Capitão José Lemes, que durante boa parte do setecentos empreenderam expedições de procura de ouro. Em 1797, por ordem do Visconde de Barbacena, Manoel Lemes Silva armou uma grande bandeira e entrou nos “sertões dos índios bravos Puris”. Essa expedição não

logrou os resultados esperados, mas o sertanista solicitou ao Governador a possibilidade de continuar a devassar a paragem no intuito de “descobrir a grandeza que os roteiros declaravam”. Nesse sentido, municiado dos mapas legados por seu pai, Silva estruturou as investidas às suas expensas. Naquela época, o alferes Antônio Coelho, morador na freguesia de Rio Pomba, afirmou que andava pelos matos com os “índios mansos Coroados” na coleta de poaia e que foi alertado por um índio velho:

Que sabia de um campo onde os antigos paulistas, descobridores do ouro, se arrancharam e fizeram casas cobertas de Cascas com fechaduras de ferro, onde constam tiraram ouro com muita conta, e, depois de inteirados, se foram para São Paulo. (APM. CC. Cx.: 5, Pl.: 20024, rolo:523, [12/11/1803]).

Munido das informações do “índio velho”, Coelho integrou as expedições a procura de ouro dos afamados roteiros dos Lemes Silva. A câmara de Mariana considerava “útil aos reais interesses e ao público a extração do ouro e descobrimento dos lugares que o abundam”. Todavia, os camaristas não concederam a Antônio Coelho de Souza o prosseguimento das diligências na Freguesia de São Manuel aos Campos dos Goitacazes (APM. CC. Cx.: 5, Pl.: 20024, rolo: 523, [12/11/1803]). Em 1807, Manuel Monteiro de Pinho, capitão do distrito, solicitava ao Governador “o poder para entrar neste sertão do Rio Pomba, até a margem do Paraíba, e descobrir ouro” (APM. CC. Cx.: 102, Pl.: 20502, rolo: 531,

[04/02/1807]).

A família Lemes Silva responsabilizava-se por um considerável número de índios em seus domicílios, figurando como principais administradores e padrinhos nos batismos do aldeamento de São Manuel do Rio Pomba.

### Quadro I:

#### Apadrinhamentos de indígenas pela Família Lemes Silva (1767-1793)

Nome do Padrinho	A	%**
Antônio Lemes Silva	9	0,9
Félix Lemes da Silva	7	0,7
Francisco Lemes da Silva	1	0,1
Jerônimo Lemes da Silva	1	0,1
José Lemes Silva (Capitão) *	13	1,3
João Lemes Silva	1	0,1
Manoel Lemes Silva	33	3,3
Pedro Lemes da Silva	1	0,1
Prudente Lemes da Silva	1	0,1
Total:	67	6,7

\*Em dois assentos batismais, o mencionado Capitão apareceu com a patente de Alferes. \*\*O cálculo de porcentagem refere-se ao número total de assentos de batismos pesquisados. Fonte: (AEPS-MRP. L. 01 e 02, [1767-1793])

De 1767 a 1793, a família Lemes e Silva apadrinhou 67 indígenas (6,7% do total dos aldeados), sendo uma das principais administradoras de Coroados. No aldeamento da Igreja de São Manoel do Rio Pomba, estavam concentrados

indígenas da nação Croato, Cropó, Bocayû e alguns índios Guarulhos (egressos das aldeias da Capitania do Rio de Janeiro). A população indígena, que confluuiu nas povoações coloniais instaladas nos sertões de Rio Pomba, era expressiva. Nos assentamentos de batismos da Freguesia (1767-1793), evidenciamos a presença de 1033 indivíduos, o que corresponde a 55% da população batizada na Freguesia. Destarte, os dados dos registros de batismos são parcos para caracterizarmos as nações reunidas no aldeamento, pois são muito lacunares na descrição dos genitores dos batizados (cerca de 430 assentos, 41,6%). Aproximadamente 140 registros (13,6%) não possuíam qualquer referência ao etnônimo dos ungidos. Devemos ponderar as dificuldades do mundo colonial em classificar as populações indígenas, assim como observar que muitos desses batizados possuíam “pais incógnitos”, pois eram filhos naturais, podendo ser descendentes de homens livres brancos ou de indivíduos de outras “qualidades”. Para quantificar as nações dos batizados, empregamos as descrições contidas nos registros sacramentais para designar a sua filiação, verificando a presença de 228 indivíduos designados por Cropó (22,07%) e 625 por Coroado (60,5%). Com base nos assentos de batismo da Freguesia de Rio Pomba, avaliamos que 2,3% dos catecúmenos eram filhos de pais de diferentes etnônimos.<sup>54</sup>

### A família paulista Pires Farinho também possuía maior

---

<sup>54</sup> Na documentação estudada, observamos a constante inserção de crianças e adultos na comunidade paroquial. Avaliamos certo equilíbrio entre índios do sexo feminino e masculino no aldeamento: foram batizados 532 homens (51,50%) e 498 mulheres (48,21%). A concentração de índios Cropós era expressiva nos anos iniciais da instalação da Freguesia (1767), declinando na década de 1780. A população designada pelo etnônimo Cropó era localizada nas aldeias próximas a Igreja de São Manoel. Verificamos um expressivo número de adultos batizados nos anos de 1772 a 1781 (414 indivíduos). As investidas nos vales do Rio Xopotó Novo ou dos Coroados e no Rio Turvo proporcionaram grande entrada de indivíduos da nação Croato ao aldeamento; dos anos de 1782-1793 foram batizados 349 indivíduos. Cf. (AEPSMRP. Livro 01 e 02). E confira-se: (PAIVA, 2016: 71-73).

destaque na administração dos índios na freguesia de Rio Pomba. Infelizmente, não conseguimos documentos para especificar a naturalidade do sertanista e patriarca Brás Pires Farinho, mas ele era casado com Sebastiana Cardoso, natural de Guaratinguetá, filha do sertanista Salvador Dias Castanho e Joana Cardoso (ACSM. Inventário. Cx.: 89, A. 1920, 2º ofício). Segundo a historiadora Carla Almeida, Brás Pires foi classificado como “roceiro” na listagem dos homens mais ricos do termo de Mariana (ALMEIDA, 2010: 226, 216). O Capitão Francisco Pires Farinho e seu irmão Manoel Pires Farinho atuaram como diretores dos índios Cropós e Coroados desde a fundação do aldeamento de São Manuel (1767) até o ano de 1813. Entretanto, a confirmação dessa patente foi expedida em 1782 (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 118, Doc.: 97, [1782]), e nos anos posteriores foi cancelado o posto de capitão de ordenanças de pé a Francisco (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 123, Doc.: 41, [1785]).

De fato, a família Farinho apoiou a fundação da freguesia e aldeamento de Rio Pomba, auxiliando a instalação de seu primeiro vigário, Manoel de Jesus Maria, com os índios administrados de sua casa. Segundo os sertanistas, naquelas conquistas passavam “todo grau de trabalho com os índios gentios, e ainda antes de serem deles diretores, animaram-se com grave risco de vida, no tempo que os ditos índios assustavam, destruindo e matando tudo”. Dessa forma, “passando calamidades entre os matos e expondo-se aos perigos de suas vidas”, Manoel e Francisco Pires Farinho construíram uma fazenda “na situação dos Coroados do Ribeirão do Turvo”. A família empregava a mão de obra

desses índios em sua propriedade:

Em cujas terras já se acham [os índios] plantando e produzindo meios de sua sustentação, e o tempo todo beneficiando a civilização dos índios da situação, tendo em suas casas algumas raparigas a aprender com as mulheres dos suplicantes [...]. (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 118, Doc.: 96).

Destarte, os sertanistas “argumentavam não receber qualquer emolumento ou pagamento pelos serviços da Real Fazenda”, solicitando a confirmação de suas posses em títulos de sesmarias. Em uma atestação no pedido de mercês, o padre Manuel de Jesus Maria, vigário de Rio Pomba, afirmou que os irmãos “foram os primeiros que se animaram com risco de suas vidas” a “aldear os índios, comportando o seu zelo na sua civilização e cristianização”. Segundo o sacerdote, os Farinhos tratavam os índios “com a distinta afabilidade, fazendo-os plantar roças para sua sustentação”. Ainda assim, o vigário ressaltou que muitos nativos “foram levados para a casa de seu pai, Brás Pires, o qual com eles fez bastante despesa”. (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 118, Doc.: 96).

**Quadro II:****Apadrinhamentos de indígenas pela Família Pires Farinho (1767-1793)**

<b>Nome do Padrinho</b>	<b>A</b>	<b>%*</b>
<b>Filhos do sertanista Brás Pires Farinho</b>		
Clara Pires Farinho	1	0,1
Francisco Pires Farinho (Capitão e Diretor)	23	2,2
Manoel Pires Farinho (Diretor)	27	2,7
Padre Martinho Pires Farinho	1	0,1
<b>Filhos do diretor Capitão Francisco Pires Farinho</b>		
Bernardo Pires Farinho	1	0,1
Brás Pires da Luz	4	0,4
Francisco Pires da Luz (Alferes)	20	2,0
Januário Pires da Luz	3	0,3
<b>Agregados na casa do diretor Manoel Pires Farinho</b>		
Antônio Gonçalves Fernandes	1	0,1
José Bernardes da Silva	1	0,1
Luiz Homem Serpa	4	0,4
Pedro Gonçalves Gomes	2	0,2
Total	88	8,7

\*O cálculo de porcentagem refere-se ao número total de assentos de batismos pesquisados. Fonte: (AEPSPMRP. Livro 01 e 02, [1767-1793]).

Dos anos de 1767 a 1793, a família apadrinhou 88 índios

no aldeamento de Rio Pomba, aproximadamente 9% do total da população aldeada. Os diretores foram padrinhos de 4,7% dos nativos batizados, seguidos pelo filho do Capitão Francisco Pires Farinho, Francisco Pires da Luz, que apadrinhou 20 índios (2,0%). No ano de 1781, o pároco Manuel de Jesus Maria emitiu uma atestação em favor dos serviços dos Farinhos naquela conquista, destacando a presença de trabalho compulsório na casa do diretor Manoel Pires Farinho: "havia alguns índios aos quais doutrina[va] com caridade e amor". (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 118, Doc.: 96).

Sendo assim, a família procurava ouro nos sertões de Rio Pomba durante todo o setecentos, armando expedições com seus índios administrados e os homens de ordenança dos distritos. Em 1780, o Capitão Francisco Pires Farinho, seu irmão Manoel, Antônio Gonçalves Fernandes, José de Queirós, Bento Fialho, Jerônimo de Souza Silva, Cardoso e mais "dois escravos mineiros" rumaram aos sertões dos Puris para descobrir ouro. Segundo os escravos, a paragem "não possuía qualidade de terras ou piçarra verdadeira", mas julgava a existência de ouro em várias partes do rio Pomba. (APM. CC. Rolo 501. Pl.: 10035, doc.: 05, [1780]). Dessa maneira, o Governador Dom Antônio de Noronha enviou carta para o Capitão Francisco Pires Farinho desaprovando as expedições e entradas realizadas pela família na década de 1770:

Tem me sido presente que algumas pessoas desse distrito movidas por [...] Manoel Pires Farinho e juntas em

---

Bandeira penetraram, no mês de março deste ano, os matos que ficam nas vizinhanças do Turvo Novo; e que se encaminharam a Serra cujas vertentes da parte do norte formam os Ribeirões e Rios que deságuam no rio Doce, e as vertentes da parte Sul diversos Ribeirões que deságuam no rio Pomba, que divide esta Capitania da do Rio de Janeiro [...]. (RAPM. Ano VI, fasc. I, 1901, 197).

A carta, datada de 1779, relatava que o Capitão cumprisse com as ordens do Governador e de seus predecessores, que “nenhuma bandeira rompessem os matos daqueles sítios”, pois as entradas poderiam favorecer extravios pelos “Campos dos Itacazes” (Goitacazes). Desse modo, Dom Antônio de Noronha solicitou que os Farinhos não entrassem com os homens do distrito e seus índios a procura de ouro sem a sua autorização (RAPM. Ano VI, fasc. I, 1901, 197).

Em 1782, Manuel Pires Farinho realizou, “à sua custa, uma entrada pelos sertões dos índios Coroados para ver se descobria ouro”. O sertanista percorreu as cabeceiras do rio da Casca e as serras rumo ao sul nas “cabeceiras do rio Borojejú” (Muriaé), “fazendo algumas experiências” e empregando o roteiro da “Casa da Casca”. Naquela época, a bandeira composta por índios Coroados atacou os índios Puris que trilhavam para o Abre Campo e “vertentes de Borojejú, rio que deságua na Paraíba, ao pé dos Campos dos Goitacases”. A expedição “contava apenas com seis homens e seus índios Coroados” e encontraram apenas “umas faisquinhas limitadas em um córrego”. Na entrada, Farinho encontrou com a bandeira do Capitão José Leme da Silva pela mesma

picada e decidiu retornar para o aldeamento de Rio Pomba (APM. CC. Cx. 79, Rolo: 525, Pl.: 20110, [24/09/1782]). O comandante também afirmou encontrar naquela paragem um índio chamado "Thomás de Aquino, mais um rapaz, dois escravos e dois índios ladinos pela rota que vai destas Minas aos Campos dos Goitacases" (RIHGMG. V. VII, 1960: 708-709).

Em missiva aos comandantes do distrito, o Governador aprovou as entradas procedidas pelos irmãos "nos sertões dos índios Coroatos" e os embates "nas vertentes do Borojejú com os Puris", mas realizou alguns apontamentos:

Não era muito do meu agrado, tanto a jornada que o dito seu irmão fez por aqueles sertões sem licença minha, como o ímpeto com que a sua escolta se lançou sobre os mesmos Puris, sem que estes dessem imediato motivo para serem tratados como inimigo. O meu empenho é mostrar aqueles miseráveis a amorosidade dos nossos costumes, e, é contra a minha intenção [...] que se estejam dispostos a tirar-lhes ainda a liberdade. (APM. SC. 227, p. 13)

O Governador solicitou que os irmãos tomassem "o cuidado de inspirar aos Coroatos, já domésticos com as ideias de católica humanidade", "conduzindo aqueles bárbaros [Puris] pelos meios da suavidade, ao grêmio da Igreja e sociedade civil" (APM. SC. 227, p. 13).

Ao analisarmos as trajetórias dos legatários de alguns

roteiros paulistas, vislumbramos que valorizavam as práticas de sertanismo nos negócios de seus domicílios e ressaltavam seus serviços na conquista de novas propriedades de terras e na catequese indígena. Destarte, possuir nativos na defesa pessoal, em regimentos de ordenanças, ou um grande número de administrados em uma unidade doméstica, constituía importante demarcador de um estatuto social privilegiado na sociedade setecentista. O domínio sobre os nativos era símbolo de poder e reforçava os preceitos do “viver à lei da nobreza”. Em trabalhos recentes, João Fragoso analisa a capacidade de estabelecimento de laços sociais destes grupos com os “setores subalternos” como garantia da manutenção da condição de “elite”, proporcionando o exercício do mando, conseqüentemente, a manutenção da governabilidade local e o acesso às mercês régias.<sup>55</sup>

Em 1777, Tomé Pinto Fernandes apresentou destacada folha de serviços à Rainha para solicitar as suas premiações. O sertanista argumentou “contribuir com consideráveis somas nos quintos reais e na arrecadação da Real Fazenda”, “sempre se tratando à lei da nobreza” e na conquista do gentio. Dentre seus destacados atos de bravura, constava ter “feito, à custa de sua fazenda, duas expedições e reclutas para as conquistas do Cuieté e Abre Campo”. O termo “recluta” designa uma corruptela para recruta, mas também se refere ao ato de reunir o gado extraviado pelos campos, sendo uma

---

55 Em estudos recentes, João Fragoso e Bruna Milheiro Silva salientam a presença da administração de indígenas entre a “nobreza da terra” nos processos de conquista do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Esses grupos abastados foram extremamente dependentes da força de trabalho dos nativos para a manutenção do seu *status*, uma vez que o conceito de “principal da terra” estava associado ao número de agregados e escravarias de uma casa. (SILVA, 2012); (FRAGOSO, 2005), (conferir especialmente os capítulos I e II).

clara aceção aos descimentos dos índios de suas aldeias. E, por atuar na conquista dos índios, Fernandes ressaltou:

Era um dos vassallos de Vossa Majestade, que no seu país, se tratou sempre à lei da nobreza, e com um comportamento tão singular. E em todos os tempos tem merecido que os prudentes e os bens do povo olhassem para ele como para um homem que sabe ser útil a si e aos interesses de Vossa Majestade, a pátria e ao público. Assim, porque também soube adquirir grandes e consideráveis fazendas de agricultura e minerar, uma numerosa escravatura e tudo o mais, que a felicidade e a opulência de qualquer vassallo naquele país. (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 111, Doc.: 88, [1777])

De resto, Fernandes destacava-se como "Comandante de distrito de Santa Bárbara e de São Miguel, país e termo de Caeté", sendo "promovido aos empregos da Justiça e Milícia, como Vereador e Juiz Ordinário por duas vezes". O requerente recebeu do governador o cargo de Capitão-mor do termo, "por mais de treze anos ter colocado sua pessoa e bens ao serviço dos povos e de sua felicidade". Em pouco menos de dois anos desse provimento, Fernandes foi dotado no posto de Sargento-mor, permanecendo nesse emprego por mais de dez anos (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 114, Doc.: 20, [1779]; AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 136, Doc.: 19, [1791]). Nos anos de 1793 a 1795, o personagem encaminhou pedidos para atuar na patente de coronel de Cavalaria Auxiliar, com a graduação de Mestre de campo, e a mercê

do Hábito de São Bento de Avis.<sup>56</sup> Inquestionavelmente, os serviços na catequese e conquista dos indígenas para alguns de nossos personagens não se relacionaram unicamente com a possibilidade da administração particular e agenciamento nas expedições, mas também delimitaram lugares na hierarquia social. Os detentores dos roteiros e descendentes dos primeiros descobridores arrogavam-se os principais de seus distritos.

Em fins do século XVIII, os moradores do termo de Mariana, nos distritos da Tapera, Turvo e Calambau, reclamavam dos procedimentos do capitão José Leme da Silva e seus irmãos na gerência local. Segundo os homens dos distritos, “depois que o capitão José Leme da Silva foi encarregado pelo Senhor Conde de Valadares da Regência dos índios”, ele “consentia os extravios de ouro por aqueles sertões” (APM. SG. Cx.: 20, doc.:29, [1790]). Assim, os habitantes mencionavam perturbações por furtos, conflitos por demarcação de terras e invasões de ciganos, enquanto os Lemes Silva preocupavam-se em armar uma “nova bandeira ao lugar do sertão, onde eles mesmos prometiam grandes haveres de ouro”. Segundo a população distrital, o Capitão José Lemes da Silva e seus irmãos “eram homens de muitas facilidades, pouca prudência e grande incredulidade, nada sensíveis aos maus sucessos de suas empresas”. Enfim, a família unicamente reunia “os índios mansos das aldeias do gentio da Pomba” para conseguir benefícios da Real Fazenda. Além disso, os moradores da Tapera afirmaram que os roteiros da família foram

56 (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 138, Doc.: 8, [1793]); (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 140, Doc.: 41, [1795]); (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 140, Doc.: 48, [1795]); (AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 183, Doc.: 20, [1807]).

já examinados por pessoas precedentes, práticas e interessadas neste descoberto em que eles muito creem; sempre os reputaram por uma novela, ou empresa fabulosa [...].

E que além de tudo, o referido capitão José Leme da Silva, comandante atual da Tapera, é homem altivo, de gênio destemperado, pouco sofredor e imprudentíssimo em todas as suas ações: qualidades estas, que não constituem um bom chefe de bandeira; que se dando ao respeito, mais deve parecer nas asperezas do sertão um brando companheiro do que rígido superior. E consequentemente se acha conhecida a sua negação para reger índios e fazê-los entrar nos seus deveres. [...] (APM. SG. Cx.: 20, doc.:29, [1790])

Os homens dos sertões da Freguesia de Guarapiranga não concordavam com a gestão da família paulista na localidade, tampouco acreditavam em seus roteiros e experiências no sertanismo. Na representação ao Governador, os moradores da Tapera empregaram as mesmas estratégias discursivas da "legenda negra do século XVII", classificando o capitão como "homem altivo, de gênio destemperado, pouco sofredor e imprudentíssimo". Nesse sentido, os habitantes indicaram ao Governador:

Que nesta capitania não faltam homens, que, com valor inteligência e sofrimento, podem sofrer e seguir os passos

daqueles primeiros descobridores que nestas Minas chegaram: sem algum dos quais se arredaria com melhor esperança o subsídio da Fazenda Real, as fadigas, trabalhos, penúrias e risco dos companheiros da bandeira e contribuição dos povos para tal fim. (APM. SG. Cx.: 20, doc.: 29, [1790])

E os moradores ainda asseguravam ao Visconde de Barbacena:

Que o roteiro que o dito Capitão Lemes e seus irmãos têm e anunciam descobertos não é coisa nova, já tem sido examinado por pessoas antigas e de boa inteligência: já o procuraram e nunca acharam. E isto aconteceu em tempos próximos, deviam as notícias ser mais verídicas e as balizas notadas nos roteiros existentes [...].(APM. SG. Cx.: 20, doc.:29, [1790])

A representação encaminhada ao Governador destacou que a família “nada descobriu depois de tão grande lapso de tempo”, achando “o roteiro, por onde seguia os Lemes, viciado com tantas glosas e inteligências”. Os moradores estavam desacreditados de encontrar as riquezas nos sertões do Rio Xopotó, Casca e Croatos e indicavam a necessidade de novas averiguações nos confins da Serra dos Arrepiados e nos Campos dos Goitacases. A família Lemes Silva era acusada de empregar o trabalho dos indígenas, gastar subsídios da Real fazenda destinados ao aldeamento, portanto, comandando o distrito para

favorecimento de seus interesses.

Em suma, os descendentes dos descobridores empregaram um discurso de nobreza geracional, assim como prestação de serviços à Monarquia, e o emprego dos mapas de exploração nas expedições sertanistas na construção de uma “tradição”. Entretanto, esses homens também utilizaram seus próprios serviços na catequese e aldeamentos quando solicitaram mercês. A partir da caracterização e estudo verticalizado do roteiro a “Casa da Casca”, propomo-nos analisar os projetos de catequese e conquista de indígenas nos sertões do termo de Mariana, elucidando como alguns sertanistas solicitaram recompensas pelos seus serviços e pelos vínculos estabelecidos com os trabalhos de seus ancestrais.

## Conclusão

O espaço no qual se engastaram e desenrolaram essas armações de conquista atrelava-se aos sertões, termo amplamente empregado no Império Lusitano. A terminologia “sertão” expressava, nos setecentos, uma “região apartada do mar e por todas as partes, metida entre terras” (BLUTEAU,1712). Portanto, a palavra evocava uma orientação e uma noção geográfica que encerrava aspectos de escopo demográfico e econômico, porque era definido na oposição com as regiões de ocupações estabelecidas. Os discursos elaborados pelos colonizadores acerca dos sertões se embasaram não apenas em referências geográficas, mas se associaram à “desordem”, ao desvirtuamento, à instabilidade, ou seja, espaço que necessitava ser “controlado

e civilizado". Segundo Laura de Mello e Souza, nos sertões inexistiu a privacidade, porque constituíram terras habitadas por índios bravios, perigosos animais e adversidades naturais (ARAÚJO, 2000, p. 57-59); (SOUZA, 1997). Em suma, as plagas sertanejas configuraram-se através da oposição às áreas costeiras, engenhos e vilas mineradoras. Russell-Wood também argumentou que, na mentalidade dos colonos, salvo para os sertanejos, o sertão era um "estado de espírito e percepções"; portanto, considerá-los como simples "periferia" representa o olvidar de suas múltiplas conotações e vicissitudes (RUSSEL-WOOD, 1998). De acordo com essa definição terminológica, propomo-nos ao seguinte questionamento: como os sertões se organizavam "distantes das instituições" que mediavam os conflitos e asseguravam "ordenamento social"? Que aparatos e instrumentos administrativos foram implantados nas áreas sertanejas para assegurar sua conquista? Os sertanejos deveriam "criar uma ordem" na "desordem" proveniente do encontro entre colonos e indígenas, das distâncias do poder camarário, da Coroa e das ações de potentados locais. Precisamos compreender a estruturação cotidiana dos espaços recém-conquistados e as configurações de suas percepções políticas e identitárias. E, para cumprir esses propósitos, perscrutamos as representações de um antigo roteiro de exploração mineral ou "antigo mapa do tesouro paulista" designado por "Casa da Casca".

Em nossa pesquisa, verificamos que algumas famílias apresentavam seus roteiros e serviços prometendo gerar lucros à Real Fazenda, por intermédio do acréscimo de dízimos, quintos e novos descobertos de ouro e pedras

preciosas. Nos documentos consultados, verificamos que a prática de expedições era um elemento estruturante de muitos domicílios, pois proporcionava acesso à mão de obra indígena, ocupação de terras e descoberta de novas lavras. Por intermédio dessas trajetórias, observaremos as concorrências, sobreposições e negociações dos poderes nas freguesias e arraiais dos sertões, a fim de observar as dinâmicas das áreas de fronteiras. Outrossim, estudando práticas de sertanismo, lidamos com os procedimentos de conquista e anexação de territórios ao governo da capitania e com a mobilidade das expedições, caracterizando uma fluidez do nosso conceito e abordagem espacial.

## Referências

Fontes manuscritas:

ACSM – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana – MG.

ACSM – Inventário. Cx.: 89, A. 1920, 2º ofício.

AEPSMRP – Arquivo Eclesiástico da Paróquia e São Manuel de Rio Pomba - MG.

AEPSMRP. L. 01 e 02, [1767-1793]

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa, Portugal.

AHU – C. U. – Brasil/MG – Cx.: 111, Doc.: 88, [1777];

AHU – C. U. – Brasil/MG – Cx.: 111, Doc.: 96; AHU – C.

U. – Brasil/MG – Cx.: 114, Doc.: 20, [1779]; AHU – C.

U. – Brasil/MG – Cx.: 118, Doc.: 96, [1782]; AHU – C.

U. – Brasil/MG – Cx.: 118, Doc.: 97, [1782]; AHU – C.

U. – Brasil/MG – Cx.: 123, Doc.: 41, [1785]; AHU – C.

U. - Brasil/MG - Cx.: 136, Doc.: 19, [1791]; AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 138, Doc.: 8, [1793]; AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 140, Doc.: 41, [1795];

AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 140, Doc.: 48, [1795];  
AHU - C. U. - Brasil/MG - Cx.: 183, Doc.: 20, [1807].

APM - Arquivo Público Mineiro

APM. CC - Cx. 20 - 10402, rolo 507, [02/07/1798]; APM. CC - Cx. 89 - 20287, rolo 528, [15/12/1798]; APM. CC. Cx. 20. Rolo: 507, Pl.: 10402, [02/07/1798]; APM. CC. Cx. 79, Rolo: 525, Pl.: 20110, [24/09/1782]; APM. CC. Cx.: 102, Pl.: 20502, rolo: 531, [04/02/1807]; APM. CC. Cx.: 5, Pl.: 20024, rolo:523, [12/11/1803]; APM. CC. Rolo 501. Pl.: 10035, doc.: 05, [1780]; APM. SC. 014. "Mapa do caminho do Rio de Janeiro para Vila Rica".; APM. SC. 227; APM. SG. Cx.: 20, doc.: 29, [1790].

Fontes impressas em periódicos:

AMI - Anuário do Museu da Inconfidência, Ouro Preto - MG.

"Notícia das Minas Gerais do Ouro e Diamantes". Anuário do Museu da Inconfidência. Ano II, Ouro Preto, 1953.

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte - MG.

RAPM. Ano I, fasc. 1º, 1896; RAPM. Ano III, 1898; RAPM. Ano VI, fasc. I, 1901; RAPM. Ano XX, 1924 [1926].

RIHGMG. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG.

RIHGMG. V. VII, 1960.

#### Fontes impressas em livros:

BRITO, Francisco Tavares de. Itinerario Geografico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro. Composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilla: Oficina de Antonio da Sylva, 1732, 25p.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica. (org.) Códice Costa Mattoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v (Coleção Mineiriana, Série Obras de referências).

#### Dicionário (século XVIII)

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712.

#### Bibliografia:

ARAÚJO, Emmanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: PRIORE, Mary del. (org.) *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. O Liso e o Estriado. In: DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter PálPelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 5, 1997.

EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 31-52, jan/jun. 2007.

FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750), Tese de professor titular, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João. (org.). *Na Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 200-245.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Ánville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo Luso-Brasileiro. *Revista Brasileira de História*. v. 18, n.36, São Paulo, 1998.

SENNA, Nelson de. Toponymia Geographica de origem brasílico-indígena em Minas Geraes. In: *RAPM*. Ano XX, 1924 [1926].

SILVA, Bruna Milheiro. *Homens Del Rei. Estratégias e trajetórias familiares da nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (século XVI e XVIII)*, Dissertação de mestrado, UFRJ, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

# Violência Cotidiana e Relações Interpessoais na Cidade de Grão Mogol: 1889-1930

Gy Reis Gomes Brito

---

## Violência Costumeira no norte-mineiro

### Violência do ponto de vista antropológico

A violência está presente na vida e no cotidiano do homem desde o início da humanidade. Numa abordagem antropológica, a violência é relacionada aos diversos aspectos da natureza humana. Os homínídeos adotaram muito cedo um comportamento de depredação e ataque ao ambiente, ainda que sem violência ou crueldade excepcionais. Eles utilizavam esse comportamento como forma de defesa e sobrevivência na mata, onde viviam.

Utilizavam o método da caça para sua sobrevivência, caçavam e matavam animais para seu sustento. Quando se sentiam ameaçados por algo ou alguém, usavam do ataque para se defenderem. A posição em pé, liberando a mão para os instrumentos, desenvolveu a habilidade e a inteligência, o que permitiu que ele pudesse aperfeiçoar seus modos de defesa e sobrevivência.

A agressão está presente na conquista, na destruição e na exploração. Com isso, a violência está presente na história da

---

humanidade e na produção de sua cultura. As frustrações explicam parte da agressividade de nossa sociedade, sejam elas da educação, da concorrência econômica ou ainda sexuais.

Conforme Heelas (1982), em *A Antropologia, a Violência e a Cartas*, a violência é um fenômeno dependente da cultura, pois há uma grande diversidade quando se fala nas concepções de violência, com isso, ela é relativa ao quadro sociocultural ao qual pertence. O termo violência então é dependente do contexto no qual é inserido. É comum a aparição nos processos criminais da violência urbana, a violência doméstica, a violência no trabalho e a violência no campo.

O ato da violência pode ser entendido tanto como um fenômeno mental quanto físico. A violência envolve empregar a força para prejudicar ou destruir objetos ou pessoas, envolve uma violação de identidades.

A organização econômica e cultural, a ecologia e os processos de formação do Estado são, segundo os antropólogos, os principais fatores que influenciam o tipo e frequência da violência em uma conjuntura. Situações de violência são caracterizadas por ideias em conflito.

Segundo Weber (1970), temos de abordar a violência como ação, estrutura e história. A violência é um recurso social e cultural, ela parece ser o meio principal de comunicação.

Com isso, pode-se concluir que, conforme as noções antropológicas, a violência interpessoal deve ser denominada de abordagem cultural, cuja violência é analisada primariamente, em termos qualitativos.

Tendo como base leituras feitas em Ivan de Andrade

Velasco (2004), este aponta que a sociedade oitocentista brasileira é marcada pela cultura da violência, a violência da escravidão e a ação repressiva do Estado. As pessoas recorrem à violência física como forma de solução dos problemas, como defesa e defesa de valores, sendo a honra um dos maiores desses valores. A partir desse entendimento, pode-se compreender que a violência não pode ser explicada apenas como derivada das condições de marginalização e escassez, esta tem incidência em todas as classes específicas. Ela emerge fundamentalmente das relações cotidianas. Velasco (2004, p. 248), em sua obra *Seduções da Ordem*, demonstra que homens e mulheres e, em especial, os homens, em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos. Como forma diária de resolução de problemas, faziam uso da força física, enfrentando os diversos conflitos em defesa dos seus direitos, como a honra ou o que julgassem ter direitos, o objetivo maior era a afirmação de sua posição e demarcação de território. Em decorrência dessas atitudes de valentia e coragem, o emprego da força física era amplamente reconhecido e valorizado perante os outros. A defesa da honra era tudo para eles, ou seja, a real possibilidade de serem respeitados em sua comunidade. A violência era um componente ideal de demonstração de sua bravura e força. No mundo, mostrava-se para o que vieram e cheios de disposições para ocupar o território que, de outro modo, não lhe pertencia.

Essa análise de Velasco torna clara a discussão que viemos fazendo sobre a violência empregada no meio cotidiano do homem, do sertão norte-mineiro.

Alguns fatores contribuem para a predominância de ações

---

violentas, entre elas podemos destacar a honra e a vingança, as quais aparecem nos processos criminais pesquisados como maiores motivadores das ações.

Hobsbawn (1975) nos assevera que alguns valores morais, como a honra e a unidade familiar, estão mais presentes no mundo rural, com isso, este se torna um espaço cultural adequado às formas de banditismo, onde há o uso da violência em defesa da honra pessoal.

O espaço sociocultural é fundamentado a partir de um código de honra, e quando esta é atacada, a região se transforma em um cenário de vinganças e rixas constantes. Era o que ocorria em Minas Gerais no século XIX. Quando a honra era abalada, o cenário se transformava em cenas de agressão. A manifestação de força e valentia dos homens mineiros era tida como instrumento necessário na dinâmica social que se transformava. O cotidiano mineiro estava colocado sob o signo da distinção, o que proporcionava o aparecimento de mecanismos de nomeação alicerçados na submissão do outro, cujo jogo dramático de proximidade conflituoso perpetuava um espaço de afrontas e luta, desafios constantes que excediam as fronteiras das normas e da lei.

As primeiras forças policiais foram criadas no início do Império, com o objetivo de proteger o Estado e manter a ordem. Com o Código Penal de 1890, foram feitas muitas reformas na lei, proliferando-se a discussão sobre o problema criminal, suas causas e a forma de lidar com elas. As inovações da Antropologia Criminal também contribuíram no campo do conhecimento, aumentando a preocupação com o criminoso.

É possível identificar a violência, no caso brasileiro, a

partir de uma cultura tradicional herdada, tendo como base o passado escravocrata. Durante o período colonial e agrário, a violência causava vitimação de escravos ou extinguiu conflitos entre pobres e livres, conforme assevera Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), essas práticas violentas eram frequentes e aceitas pela sociedade.

Somente durante a República que o problema da violência toma dimensão, despertando a atenção de intelectuais e de setores da esfera estatal, ou seja, colocando o Brasil, também, no campo das discussões acerca da violência, como na Europa.

No livro *Linguagens da Violência* (2000), seus organizadores expressam que, na sociedade brasileira, a violência é alimentada por sua própria forma de estruturação, ou seja, a estrutura brasileira é propícia à ocorrência de incidentes violentos. Estes ocorrem devido à má organização social brasileira, pois a maioria da população pobre vem de áreas rurais e se encontra distribuída em áreas suburbanas.

No período de 1889 a 1930, a violência interpessoal estava presente no sertão norte-mineiro. As transformações pelas quais a sociedade passava ajudava na multiplicação e permissão da violência. Grande parte da população era analfabeta, sem nenhuma informação, não possuía direitos políticos e sociais. Era o momento dos negros libertos e homens pobres lutarem por ascensão social. No sertão norte-mineiro, as ações governamentais não chegavam, ficando a população desamparada e dependente do paternalismo e clientelismo do poder local dos coronéis.

No Norte de Minas Gerais, havia regiões com condições propícias para a atuação do poder privado, devido à ausência

---

administrativa do poder público, estabelecendo, assim, direitos costumeiros.

A análise sobre a possibilidade da manutenção da ordem privada ou pública na administração do país foi discutida por estudiosos como Carla Maria Junho Anastasia (1983; 1988), Raymundo Faoro (1977), Victor Nunes Leal (1975), Caio Prado Jr. (1999), e mais recentemente, pelo historiador Alysson Luiz (2005), o qual observa que o sertão norte-mineiro seria um caso exemplar dessa atuação da ordem privada. Entretanto, por volta do século XIX, tem-se a presença da justiça na tentativa de estabelecer regras e controle sobre os atos violentos dos agentes sociais norte-mineiros.

A partir dos estudos feitos por Maria Sylvia Franco (1997), quanto à criminalidade do mundo rural no século XIX, entende-se que a violência era utilizada e tida como conduta socialmente válida pelos homens da região, como forma de defesa e reconhecimento de suas honras. A resolução dos problemas em atos de violência não significava que, nessas regiões, não teria a presença do poder público ou que as soluções fossem a partir da agressão, mas que o homem do sertão era solidário, amigável e afetivo. A ineficácia da justiça e de suas leis justificava em parte o aumento da violência e da criminalidade, uma vez que os homens resolviam fazer justiça com as “próprias mãos”.

A estudiosa também destaca a violência como um fator comum e inseparável do dia a dia dos homens livres e pobres, além de ser fornecedora de paradigmas que restabelecem as habituais visões de solidariedade comunitária. Segundo Maria Sylvia (1976), as condições materiais de vida fornecidas

por uma sociedade fortemente hierarquizada, juntamente com relações de dependência e submissão, fatores básicos de um meio autoritário e da ideologia da violência, são pontos fundamentais para o entendimento dos porquês das tais práticas violentas que são socialmente estranhadas. A autora ressalta que a violência é algo comum e enraizado no universo dos homens livres pobres e que ocorre em variadas situações, sejam elas de lazer, de trabalho, de relações familiares ou simplesmente de vizinhança.

Por outro lado, autores, como Natania Nogueira (2011), que analisa a família no Brasil e seu cotidiano a partir do final do século XIX e início do XX, destacam as transformações e conflitos decorrentes dos atos lícitos e ilícitos. Eles observam que, em alguns casos, esses desvios sociais eram decorrentes de uma formação familiar deficiente ou devido às transformações e mentalidades do século XX, cujo homem não assumia seus erros, pregava uma moral que não tinha, não aceitava as transformações das estruturas e relações de poder individual e coletivo. Dessa forma, não aceitava a decadência do mito da superioridade masculina e da mudança de mentalidade de muitos preconceitos enraizados na sociedade.

Assim sendo, analisa-se a violência a partir de um processo de “reorganização dos papéis sociais, da redefinição das fronteiras familiares, a qual a participação de todos os membros é revista e reorganizada de acordo com os interesses da sociedade burguesa e republicana em formação”. Além disso, são estabelecidas também como forma de resistência ao poder do Estado ou na luta contra qualquer tentativa de poder abusivo. O ser humano, ao se sentir ameaçado, emprega

---

a violência como modo de refundir o corpo social, como meio de integração e de consolidar possíveis regulamentações na sociedade.

As relações sociais, confrontações e violências podem ser explicadas também pelo uso do direito costumeiro ou consuetudinário. Estudo já desenvolvido pelo autor Edward Thompson (1998), em *Costumes em Comum*, analisa a sociedade inglesa e explica que o “costume” incorporava muitos sentidos atribuídos à “cultura” e apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário, sendo que este derivava dos costumes e usos de certas localidades, usos que podiam ser reduzidos a regras e ter força de lei.

O uso costumeiro era invocado quando não se tinha acesso à educação e fazia com que as pessoas recorressem à transmissão oral. Era também identificado quando se “feria” alguma prática em determinado ofício ou ocupação; práticas essas tão antigas que adquiriam aspecto de um privilégio ou direito. Thompson (1998) ainda explica que a sociedade recorria aos costumes tradicionais e procurava reforçá-las, utilizando formas não muito racionais, impondo variedade de sanções pela força. Uma cultura costumeira que não estava sujeita ao domínio ideológico de seus governantes e retornava “as regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendiam seus interesses” (THOMPSON, 1998, p. 19). O autor então caracteriza o costume como um “campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 1998, p. 16-17) ou representavam reivindicações de novos direitos.

No Norte de Minas Gerais, no final do século XIX e início do XX, esses direitos ainda eram instituídos no diaadia da sociedade, não havia uma legislação específica que os regulasse, porém, observa-se que sempre que os direitos costumeiros eram quebrados, estabeleciam-se conflitos. Esses conflitos eram marcados pela diversidade cultural existente no país e na região, a qual era acionada pelos seus atores sociais quando lhes eram conveniente, transformando-se em um instrumento de poder.

Assim, nesses séculos, a sociedade, que se transformava rapidamente, foi marcada por conflitos, mas também por acordos e negociações, trocas, convivências e coexistências e isso ajudou a traçar as relações sociais ali vivenciadas. As diferentes práticas culturais presentes no território norte-mineiro criaram e reinventaram direitos costumeiros, suscitando um ambiente plural cujos costumes mediavam as relações entre todos os grupos sociais e estavam fortemente ligados a questões da honra e da moral.

Como mediador das relações sociais, o papel da polícia também foi importante para a manutenção da “paz social”. Entretanto, como nos diz Hélio Bicudo (1994), em *Violência: O Brasil cruel e sem maquiagem*, a partir da Proclamação da República, houve uma divisão entre uma “concepção difusa da atividade policial e o estabelecimento de uma polícia profissionalizada, vigilante e centrada na defesa dos interesses das classes dominantes”. Em contraposição a isso, a “contenção dos índices de criminalidade, que ameaçavam a paz da sociedade, é enfrentada de maneira periférica” (BICUDO, 1994, p. 37).

---

Durante os séculos XIX e XX, no Brasil e também no norte de Minas, os espaços públicos, como algumas praças, ruas e também os ambientes particulares, entre eles, os empórios, os botecos e as casas de negócios eram palcos de violência e desordem.

As pessoas se reuniam, mais comumente os homens, principalmente nos botequins, aos fins de tarde e final de semana, para se divertirem, colocando a conversa em dia, jogando e bebendo. Estas encontravam na bebida e nas jogatinas uma forma de aliviar o cansaço do trabalho que enfrentavam no dia a dia. Dessas conversas, geralmente resultavam desentendimentos devido a provocações pessoais. Em decorrência disso, o ofendido tenta defender sua honra pela agressão, atacando seu ofensor fisicamente, o que levava a grande ocorrência de lesão corporal. Os réus usavam da embriagues como argumento para justificarem seus impulsos agressivos.

Pieter Spierenburg, em seu texto *Faces da violência: tendências homicidas e significados culturais*, Amsterdam, 1831-1816, reforça a ideia do uso do álcool como estímulo a provocações de agressões: “Tavernas de brigas, também deviam acabar em morte de um dos contestantes, sendo influenciado pelo consumo de bebida alcoólica ou não.” (SPIERENBURG, 1994, p. 70-74).

A grande maioria dos conflitos resultava em agressões físicas e ferimentos decorrentes de pancadas, facadas e tiros, causando, algumas vezes, a morte do ofendido. Isso ocorria, geralmente, como já dito anteriormente, após uma discussão prévia.

O conceito de violência deve ser relativizado. As ofensas verbais, as brigas, os ferimentos causados por armas brancas não eram vistas <sup>57</sup>como atos de violência, mas como instrumentos necessários para o ajuste das relações sociais cotidianas.

Um número considerado de estudiosos brasileiros, aqui já citados no curso desta pesquisa, afirma que a embriaguez é considerada um dos maiores motivadores de desentendimentos e agressões no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX. Após o consumo de álcool, as pessoas se sentiam mais encorajadas e pré-dispostas a provocações e aos acertos de contas, que levavam a acontecimentos diversos, entre eles, eram comuns as agressões verbais e, às vezes, corporais, por amor ou desejos não correspondidos.

Para defender a honra, os sertanejos norte-mineiros não mediam as consequências pelos seus atos de violência. Pequenas ou grandes quantias de dívidas, como narramos aqui, nestes processos, também eram motivos para agressões violentas.

Crimes como esses, cometidos com agravantes, eram comuns, principalmente na cidade de Grão Mogol, região de garimpo, agricultura de subsistência e pequenos ofícios, como lavrador, militar, carpinteiro, alfaiate, professor, sapateiro, costureira, jornaleiro, comerciante. A análise da documentação judicial da Comarca de Grão Mogol, Minas Gerais, revela-nos uma presença disseminada da violência nas relações interpessoais como uma cultura que permeava as relações sociais.

---

<sup>57</sup> Em todos os processos estudados, observamos que, para defender a honra, as pessoas, de um modo geral, legitimavam até as agressões.

A violência possui formas diferenciadas de manifestação. A luta e a disputa estão presentes em qualquer relação social, com isso, a violência sempre existiu em qualquer coletividade.

Renovar a honra é uma atitude ímpar na vida do ser humano, protegê-la é uma necessidade mais que obrigatória. Injúrias, difamações verbais, são expressões que ferem os sentimentos das pessoas, principalmente em ambientes públicos. Os conflitos, em sua maioria, resultam em agressões físicas e ferimentos graves, tendo como causa descontroles emocionais e a utilização da força através do uso de instrumentos cortantes, como também armas de fogo. No final do XIX e início do século XX, a presença de trabalhadores rurais e/ou urbanos portando armas como instrumentos de trabalho – como a peixeira (faca), o canivete, a foice, o facão, o machado, o chicote, o cabresto a navalha e a garrucha – eram comuns. Além da utilização para as atividades do labor, também estes instrumentos faziam parte da cultura regional, como proteção, defesa pessoal, demonstração da virilidade masculina ou até mesmo a utilização para as tarefas cotidianas. Deixar de reagir aos insultos e provocações era uma desonra, pois a legítima defesa se justificava perante os olhares dos observadores da cena. A violência se justifica e é valorada perante os atos de agressão, a mesma é um fenômeno mental bem como físico.

Na tabela abaixo, as armas de fogo e os instrumentos cortantes foram os mais utilizados nas ações violentas pesquisadas. As armas de fogo foram usadas de maneira desordenada nos crimes de tentativa de homicídio, seguido pelos crimes de homicídio, lesões corporais, calúnia e injúria. Já os instrumentos cortantes, foram mais utilizados

nos crimes de lesões corporais, crimes de homicídio, crimes de defloramento, seguidos, posteriormente, pelos outros instrumentos utilizados para cada tipo de crime.

Tabela 01 - Instrumentos utilizados por tipo de crime

	Agressão	Arma de fogo	Envenenamento	Espancamento	Estrangulamento	Instrumento contundente	Instrumento cortante	Instrumento perfurante	SI	Total
Calúnia e Injúria	0	25	0	0	0	0	0	0	75	100
Danos Materiais	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
Defloramento	0	0	0	0	0	0	8,3	0	91,7	100
Estupro	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
Homicídio	0	47,5	2,5	1,3	1,3	3,8	28,8	1,3	13,8	100
Lesão corporal	5,4	30,9	0	4	0	16,1	33,6	1,3	8,7	100
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
Tentativa de Homicídio	0	80	10	0	0	0	0	10	0	100

Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Observamos que o uso da força era bastante difundido nessa sociedade e era questão de honra. Apesar de ser proibido andar armado pelas ruas, o uso de armas tornou-se prática corriqueira. A análise desses processos de crime, já citados anteriormente, dá-nos uma maior compreensão dos diversos aspectos da violência, além de nos possibilitar conhecer os perfis dos indivíduos envolvidos nesse universo cultural; atentando-nos para sua contextualização e motivações.

Tabela 02 - Ocupação do réu por tipo de crime

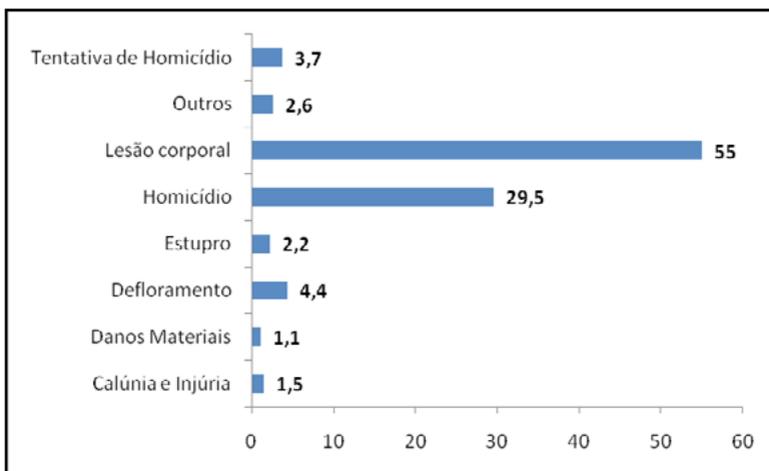
	<i>Costureira</i>	<i>Garinheiro</i>	<i>Lavrador</i>	<i>Militar</i>	<i>Negociante</i>	<i>Outros</i>	<i>Serviços domésticos</i>	<i>SI</i>	<i>Total</i>
<b>Calúnia e Injúria</b>	0	0	25	0	0	0	0	75	100
<b>Danos Materiais</b>	0	0	33,3	0	0	0	0	66,7	100
<b>Defloramento</b>	0	0	16,7	8,3	0	0	0	75	100
<b>Estupro</b>	0	0	33,3	0	0	0	0	66,7	100
<b>Homicídio</b>	0	1,3	33,8	1,3	2,5	1,3	3,8	56,3	100
<b>Lesão corporal</b>	1,3	4,7	22,1	4	2,7	1,3	1,3	62,4	100
<b>Outros</b>	0	0	0	0	0	14,3	0	85,7	100
<b>Tentativa de Homicídio</b>	0	0	20	0	20	0	0	60	100

Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Entre os dados coletados, o perfil do agente que praticava o maior número de crimes no sertão norte-mineiro era o lavrador, seguido pelos negociantes, pelo militar e pelo garimpeiro. Sendo, portanto, responsáveis por uma porcentagem bem acentuada em todos os tipos de crimes. Em seguida, os crimes eram praticados modestamente pelas profissões de militar, garimpeiro, negociante e serviços domésticos. Os dados sem informação (SI) foram em termos percentuais bem elevados.

A tabela 2 nos dá a dimensão dos crimes contra a pessoa. Os atos foram motivados por desavenças, injúrias, ofensas ou vinganças, como forma de defenderem sua honra. Por motivos fúteis, muitos homens acabavam cometendo esses “crimes de sangue”. No período estudado, dos 271 processos-crime analisados; 55% foram feitas como ocorrências policiais caracterizando lesões corporais. Considera-se como ofensas físicas 29,5% de homicídios; 4,4% de defloramento, incluindo atentado ao pudor; 3,7% de tentativa de homicídio; 2,6% outros; 1,5% de calúnia e injúrias, dentre ameaças e reclamações de dívidas, e 1,1% de danos materiais, tendo contextualizado nos processos subtração de menores, entrada em casa alheia, furto, ofensas, seguido de danos materiais.

## GRÁFICO 01: Tipos de crime



Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

A partir da análise dos processos, percebe-se que havia entre réus e vítimas relações de amizade e até mesmo de parentesco, levando-os, de forma inesperada ou ocasionada pelo abusado uso de bebidas alcoólicas, a eclosão de impulsos agressivos e da prática de violência. O álcool não é um estimulante, mas funciona como fator de diminuição da inibição e seu não era motivo para justificar a prática do crime, mas a ação criminosa do agente alcoolizado.

Tabela 03 - Motivo por tipo de crime

	<i>Acidente</i>	<i>Agressão, ofensa ou vingança</i>	<i>Danos materiais</i>	<i>Defloramento</i>	<i>Desavença</i>	<i>Dívida</i>	<i>Embriaguez</i>	<i>Estupro</i>	<i>Injúria</i>	<i>Legítima defesa</i>	<i>Não há</i>	<i>Outros</i>	<i>SI</i>	<i>Total</i>
<b>Calúnia e Injúria</b>	0	50	0	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	100
<b>Danos Materiais</b>	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
<b>Defloramento</b>	0	8,3	0	58,3	0	0	0	8,3	8,3	0	0	0	16,7	100
<b>Estupro</b>	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100
<b>Homicídio</b>	1,3	23,8	11,3	1,3	25	2,5	0	1,3	2,5	3,8	13,8	3,8	10	100
<b>Lesão corporal</b>	1,3	24,8	5,4	0	26,2	2,7	4,7	0	12,1	0	8,7	5,4	8,7	100
<b>Outros</b>	0	0	0	0	0	28,6	0	0	0	0	0	57,1	14,3	100
<b>Tentativa de Homicídio</b>	0	30	10	0	40	0	0	0	0	0	20	0	0	100

Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Entre os motivos que levaram a ocorrência de crimes, destacamos as agressões, ofensas e vingança como provocadoras de calúnia e injúria, defloramento, homicídio, lesão corporal e tentativa de homicídio. Os danos materiais foram os motivos causadores de lesões corporais, tentativa de homicídio e homicídio. As desavenças também causaram lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio. Pela Tabela 03, é possível afirmar que a injúria, as agressões, as ofensas, desavenças, as vinganças, danos materiais, defloramento, estupro e as dívidas foram os principais motivos causadores dos crimes.

Conforme os dados pesquisados no relatório da província de Minas Gerais, de 1889, em estudo sobre a violência interpessoal na província de Minas Gerais, foi possível

verificar que os motivos que levaram o aumento de atentados contra as pessoas foram devido a situações banais e frívolas, ocasionando lesões corporais ou até mesmo homicídios. Esses dados, mais uma vez, demonstram todo um sistema de valores contextualizados na coragem pessoal, tendo a honra como valor principal de defesa.

“Segurança Individual e de Propriedade<sup>58</sup>

Se não tem melhorado a segurança individual e de propriedade, também não tem piorado.

São mais freqüentes os atentados contra as pessoas do que contra a propriedade. Os homicídios repetem-se com mais ou menos freqüência, por diversas causas, mas rarissimamente para roubar.

As ofensas físicas dão-se algumas vezes, os furtos e roubos são raros, o que denota bons sentimentos da população.

As ocorrências que se deram no período decorrido de 1º de março último, minuciosamente descrito no relatório do Dr. Chefe de policia, resumem-se na seguinte estatística: Crimes Público, Contra a segurança pública: Sedição,08, Fugida de Presos,11, Desobediência,01, Peita,01, Contra o tesouro: Moeda Falsa,01, Crimes Particulares: Contra a segurança individual: Homicídio,70, Tentativa de Homicídio, 20, Infanticídio, 03, Ferimentos,49, Aborto,01, Estupro,05,

---

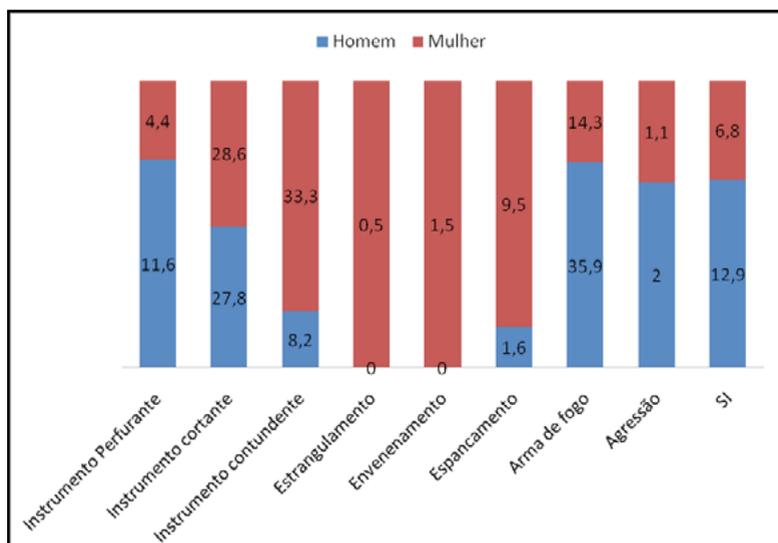
58 A Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais dirigio por ocasião da instalação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente da provincia, dr. barão de Camargos. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1889. Disponível em: <[http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)>. Acesso em:

Rapto, 02, Contra a propriedade: Furto, 03, Dano, 04. Contra a propriedade: Furto, 03, Dano, 04, Contra a pessoa e a propriedade: Roubo,04, Crimes policiais: Ajuntamento Ilícito, 03. Total de Crimes: 186.”

Eram homens e mulheres envolvidos em atos criminosos por motivos frívolos; sertanejos que, em busca da sobrevivência, se submergiam em desavenças e rixas para preservar seus roçados, proteger bens adquiridos e sua integridade física e moral.

Observa-se, no Gráfico 2, abaixo, os instrumentos utilizados nos crimes e exemplos de processos que se utilizavam desses instrumentos de trabalho como arma nas ações criminosas. Sobre os instrumentos utilizados nas ações criminosas, as armas de fogo – espingarda, garrucha, rifles, pistolas e revólveres – aparecem efetivamente em primeiro lugar, seguidos por instrumentos cortantes, como faca, facão, machado, enxada, navalha, foice, canivete, punhal e garrafas. Em terceiro lugar, aparecem os instrumentos contundentes – porretes, pau, cacete, pedra, chicote, cinto, cabresto e outros.

Gráfico 02: Instrumentos utilizados no crime (%)



Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Observa-se um maior acesso a armas e instrumentos cortantes, devido à ação do ofício exercido pelos réus. Eram instrumentos utilizados por eles, em suas ocupações de garimpo, lavoura, serviços militares, carpintaria, ferreiro. Prevaleram-se arma de fogo, faca, facão e entre outros, como apresentado nos processos a seguir.

No dia 4 de dezembro, ao final do ano de 1890, no lugar denominado Angico, no Distrito de Grão Mogol, os denunciados Simpliciano Batista da Luz, José Batista da Luz, Eudócio de Medeiros Souza, Paulino (vulgo) Gurutubano e Domingos de Tal, dirigindo-se a casa de Quintiliano Lima da Luz, chamaram por ele. No momento em que chegou

a porta da casa, foi agarrado pelos denunciados; Eudócio Medeiros, aproveitando a ocasião, deu com um facão dois furos no peito do paciente, que morreu instantaneamente. Não satisfeitos com semelhante procedimento, obrigaram o filho da vítima de nome José, sob ameaça de armas de fogo e facão, a lavar o corpo do paciente e envolver o cadáver em uma coberta de algodão, depois o conduziram para uma gruta vizinha e ali o expuseram a voragem dos corvos.

Analisa-se no auto de qualificação aos réus que eles utilizaram armas “comuns” em seus cotidianos e ofícios, como apresentado no interrogatório ao lavrador e réu Eudócio Medeiros:

Aos dez dias do mês de Maio de 1891, nesta cidade de Teófilo Otoni e em casa de residência do Major Antônio Soares da Costa, presos em virtude de precatória expedida pelo Juízo Municipal de Grão Mogol, o Juiz lhe fez as perguntas seguintes: Qual seu nome? Respondeu chamar-se Eudócio Medeiros de Souza. De quem era filho? Respondeu que de Martiniano Medeiros de Souza. Que idade tinha? Respondeu que trinta e três anos. Qual seu estado? Casado. Qual a sua profissão? Lavrador<sup>59</sup>. Onde reside ou mora? Distrito de Itacambira. Qual o lugar de seu nascimento? Município de Grão Mogol. Perguntando se sabia ler e escrever, respondeu que sabia. E como nada mais respondeu e nem lhe foi perguntado, mandou o Juiz lavrar o presente auto de qualificação.<sup>60</sup>

---

59 Grifos meus.

60 Processo. 1891. Homicídio de Quintiliano Lima da Luz. Cidade de Grão Mogol. Fórum de Grão-Mogol. Documento não catalogado.

Já neste outro processo crime, os réus Germano José Barbosa, Ana Rosa de Medeiros, Lourenço José Borges, Sebastião José Borges, José Borges e João José Borges, residentes no Distrito da Extrema deste Termo, foram denunciados no seguinte ato criminoso:

No dia 15 de Fevereiro de 1886, no lugar denominado Três Barras, Distrito da Extrema, os denunciados dirigindo-se a casa de Felipe Dias dos Santos, sem motivo algum, espancaram a Felipe, a sua mulher Leocádia Maria de Jesus e ao menor Sebastião, filho destes, fazendo-lhes lesões corporais constantes no auto do corpo de delito e inquérito policial que passa a oferecer.<sup>61</sup>

Ao ser feito o auto do corpo de delito, foi constatado que as lesões feitas nas vítimas foram produzidas por cacetes ou porretes, já no auto de perguntas aos ofendidos, eles também indicam que foram utilizados armas de fogo, como a garrucha.

É interessante destacar, nesse processo, o motivo que teria levado a desavença entre os réus e as vítimas. O ofendido Felipe Dias dos Santos declara:

Estando ele ofendido em sua casa, no dia 15 do corrente, às 2 horas da tarde, quando

---

61 Processo. 1892. Lesão Corporal de Felipe Dias dos Santos, Leocádia Maria de Jesus e seu filho Sebastião. Cidade de Grão Mogol. Fórum de Grão-Mogol. Documento não catalogado.

apareceu em sua porta Ana Rosa de Medeiros acompanhada de seu marido Germano José Borges, aquela insultando sua mulher também [...], saindo eles ofendidos a porta a quem tanto ameaçavam, digo para responder aos insultos, não tivera mais tempo para isto, porque Ana Rosa de Medeiros foi logo agarrando-se com sua mulher com o intento de ofende-la, ficando ele o ofendido surpreendido com tal cena e assim conservou Germano José Borges sem praticar ação alguma até que chegassem Lourenço José Borges, Sebastião José Borges, Aleixo José Borges e João José Borges, irmãos do dito Germano, que se achavam escondidos no mato em pouca distancia em auxilio daqueles que gritavam por eles e logo foram tratando de tomar uma garrucha que achava-se na cinta dele ofendido quebrando-a em diversos pedaços, conseguindo seus malvados intentos de espancá-lo, a sua mulher Leocadia e seu filho Sebastião de idade de 13 anos que naturalmente havia aparecer em favor de seus pais. E que foi aplacado este conflito depois dele agressores satisfazerem-se de espancar a ele, sua esposa e filho em consequência da superioridade em número e armas.<sup>62</sup>

Sendo perguntado ao ofendido qual a razão que se deu tal desordem, chega-se a questão de que, muitas vezes, para proteger a sua honra, não era preciso agir com atos violentos, mas sim manter-se prudente e honesto. Assim diz Felipe Dias:

Lourenço José Borges tentando contra a honra de sua mulher e esta resistindo,

---

62 Processo. 1892. Lesão Corporal de Felipe Dias dos Santos, Leocádia Maria de Jesus e seu filho Sebastião. Cidade de Grão Mogol. Fórum de Grão-Mogol. Documento não catalogado.

deu lugar a ele Lourenço intrigá-la com sua cunhada Ana Rosa de Medeiros e seu marido Germano José Borges a ponto dele ofendido deixar de dar a respeito disso certas explicações por julgar vergonhoso, certo de que por sua prudência tem aguentado a tempos insultos e ameaças sem dar importância afim de adquirir o bom nome de prudente e ao honesto pai de família.<sup>63</sup>

A forma de agir, como esta, demonstrada por Felipe Dias, era rara de se ver, nesse período estudado, uma vez que a violência era uma característica das sociedades tradicionais como forma de resolver seus problemas, em virtude dos laços de solidariedade prevalentes, nos quais valores de honra eram centrais e a mediação violenta de conflitos frequente.

A sociedade, mais em específico os homens de todos os níveis sociais, recorria à violência física como forma comum de solucionar os problemas de enfrentamento de conflitos, em defesa do que julgassem seus direitos e, enfim, na afirmação de sua posição e na defesa de seus valores, tais como honra, valentia e dignidade. Como nos diz Ivan de Andrade Vellasco, em artigo intitulado *A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX*:

[...] o uso da força era amplamente reconhecido e valorizado. Honra era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais e a violência, um teste

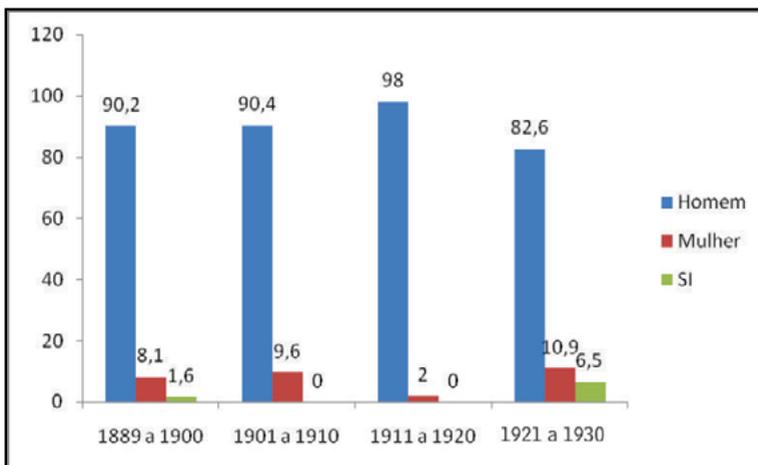
---

63 Processo. 1892. Lesão Corporal de Felipe Dias dos Santos, Leocádia Maria de Jesus e seu filho Sebastião. Cidade de Grão Mogol. Fórum de Grão-Mogol. Documento não catalogado.

de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertenceria (VELLASCO, 2012, p. 8).

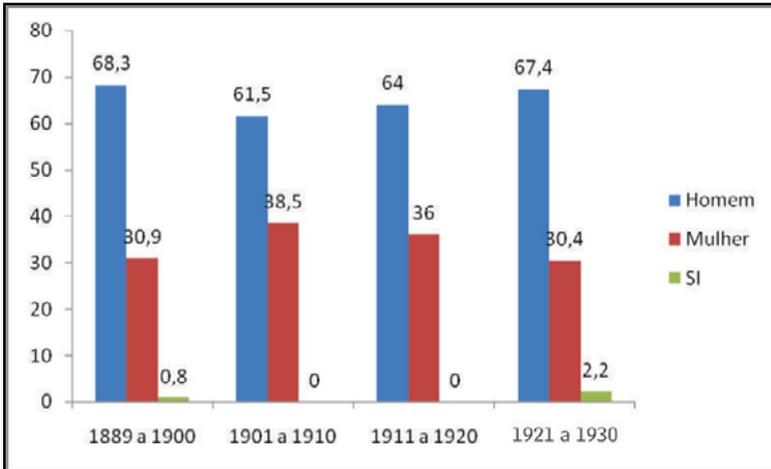
Para exemplificar, os dados do gráfico 03, a seguir, mostram como nessa sociedade os crimes cometidos por homens em proteção a sua honra e demonstração de valentia foram em grande número. Homens que, como dito anteriormente, não aceitavam as transformações das estruturas e relações de poder vigentes na sociedade republicana em formação. As mulheres, como vítimas, aparecem em todo o período estudado. Como réis, apresentam um crescimento muito pequeno de ações agressivas.

GRÁFICO 03: Sexo do réu por período



Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

GRÁFICO 04: Sexo da vítima por período



Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados

O Gráfico 04, acima, demonstra que a predominância das vítimas, em todo o período estudado, 1889 a 1930, é do gênero masculino. Nos processos, homens aparecem entre 60 a 70%, em comparação a 30 e 40% de mulheres. Entre os anos de 1889 a 1900, os homens eram 68,3% das vítimas, enquanto as mulheres 30,9%. De 1901 a 1910, há uma ligeira queda nas vítimas de crimes masculino, 61,5%, e um crescimento da situação de vítima das mulheres, com 38,5%. De 1911 a 1920, os homens voltam a crescer, e as mulheres apresentam um decréscimo pequeno; mas de 1921 a 1930, os homens novamente crescem 67,4%, e as mulheres decrescem, voltando ao índice de 30,4%, aproximando consideravelmente do apresentado no período de 1889 a 1900. Na primeira e última década, há alguns dados sem informação do sexo das vítimas, podendo esses números alterar o quadro, dado a sua

significância. Diante desta tabela, nos arriscaremos a prever que tanto homens como mulheres eram vítimas de agressões de todas as ordens, como lesão corporal, homicídio, calúnia, injúria, defloramento, estupro, danos materiais e outros. Os crimes passionais eram basicamente masculinos e apoiados na legítima defesa da honra. Na república, as mulheres começaram a se libertar da situação de subordinação, criada desde menina, para servir ao marido.

No conjunto, a evolução dos comportamentos das mulheres, por meio das injúrias e da difamação, constitua elemento significativo como arma de predileção dos frágeis. Sobre o uso dos instrumentos de trabalho utilizados nos crimes, identificamos que os de maior frequência eram pedras, faca, facão, ferramentas agrícolas e de uso artesanal, além dos existentes no ambiente dos conflitos. Mediante essas ações violentas, conseguimos decifrar o imaginário social que estava por trás deste mundo violento. Podemos afirmar que não era apenas a situação de pobreza material a responsável pelos conflitos e agressões violentas, mas, ao contrário, ela se alimentava a partir de uma integração intensa, cujas inimizades e desavenças perpetuavam em um imperceptível mundo, de onde fugir era um acontecimento impossível, pois as relações se davam em um ambiente de residências próximas e todos conheciam a todos. Esse ambiente de proximidade de moradias contribuía favoravelmente e intensamente para estreitar também as relações afetivas entre vizinhos e parentes.

Os crimes passionais se tornaram frequentes na região do Norte de Minas no período estudado, como já dissemos antes, em decorrência dos inúmeros casos de adultério praticados

tanto por homens como por mulheres. Acreditamos que esses são os motivos causados pelas vítimas de crimes.

A partir dos processos-crimes, foi possível fazer o levantamento dos perfis dos réus e vítimas de violência em Grão Mogol. Observou-se que os crimes ocorriam em área urbana<sup>64</sup>, entretanto, os réus e vítimas viviam de lavoura, ofício esse exercido em ambiente rural. Estudos, como o de Jener Cristiano Gonçalves, já haviam salientado a dificuldade em estabelecer as diferenças entre o meio urbano e o meio rural em Minas Gerais, “visto que se tratavam, muitas vezes, de regiões contíguas. Atividades comerciais encontradas em áreas mais urbanizadas coexistiam com a pecuária e a agricultura, praticadas dentro do próprio ambiente urbano”. Jener Cristiano, ainda em seus estudos sobre Justiça e Direitos Costumeiros no século XVIII e XIX, afirma:

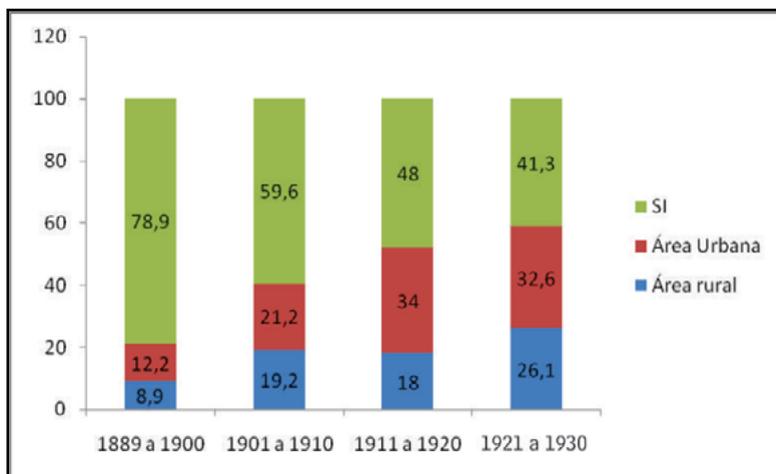
Em Minas Gerais não houve essa dicotomia entre cidade e *plantation* antes de 1850. Conforme foi dito anteriormente, durante o século XVIII o rural e o urbano formaram áreas contíguas, possibilitando a prática de atividades de agropecuária no interior das vilas e arraiais. No ambiente mais urbanizado da Capitania mineira, pode-se perceber as mais diversas relações estabelecidas entre escravos, forros e livres. Esses contatos variaram bastante, passando por laços de extrema dependência entre as partes envolvidas, pela teatralização e pragmatismo, chegando à violência e ao rompimento de acordos.<sup>65</sup>

64 A existência de algumas moradias nas áreas urbanas, não caracterizava assim um modo de vida urbana, pois a vida diária dos sertanejos era no campo.

65 GONÇALVES, Jener Cristiano. **Justiça e direitos costumeiros**: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815). Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-6X6FHR/1/jener\\_disserta\\_o.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-6X6FHR/1/jener_disserta_o.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2012.

Observa-se que, no início da República, essas características ainda permaneciam, sendo difícil estabelecer as fronteiras entre o urbano e o rural nas vilas e arraiais. Atividades urbanas, como o serviço doméstico e as vendas, conviveram lado a lado com plantações e criação de animais, às vezes, praticadas nos núcleos urbanos ou nos muitos sítios e fazendas existentes nas bordas desses núcleos.

GRÁFICO 05: Naturalidade do réu por período



Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Pelos dados do gráfico, fica evidente o local de nascimento dos réus. De 1889 a 1930, houve um crescimento da população urbana em detrimento da rural<sup>66</sup>, mas os dados não informados são maiores, podendo alterar a origem de nascimento dos réus. Mas pelo desenvolvimento urbano que

<sup>66</sup> Na população urbana, percebe-se um crescimento populacional, mas as atividades de trabalho, em sua maioria, permanecem no ambiente rural.

se processou durante a primeira república, fica claro que a área urbana cresceu consideravelmente.

É importante também levarmos em consideração o perfil dos indivíduos moradores dessa região estudada: naturalidade, ocupação, escolaridade, idade e sexo. A tabela a seguir mostra que 21,4% dos réus eram de origem urbana, mas que tinham atividades ligadas à área rural, ou seja, esses dados comprovam, mais uma vez, que em Grão Mogol e regiões circunvizinhas – São José do Gortuba, Porteirinha, Riacho dos Machados, Tremedal, Mato Verde, São Francisco, Francisco Sá –, nas décadas estudadas, as atividades rurais estavam presentes em meio urbano.

Tabela 04 - Perfil do réu

		<i>Freq.</i>	<i>(%)</i>
<b>Quantidade de réus por crime</b>			
<b>Naturalidade</b>	1	227	83,8
	2	28	10,3
	3	14	5,2
	5	1	0,4
	SI	1	0,4
<b>Ocupação</b>	Área rural	42	15,5
	Área Urbana	58	21,4
	SI	171	63,1
	Costureira	2	0,7
	Garimpeiro	8	3

<b>Escolaridade</b>	Lavrador	68	25,1
	Militar	8	3
	Negociante	8	3
	Outros	4	1,5
	Serviços domésticos	5	1,8
	SI	168	62
<b>Idade</b>	Alfabetizado	32	11,8
	Analfabeto	55	20,3
	Sabe assinar o nome	10	3,7
	SI	174	64,2
	SI	171	63,1
<b>Sexo</b>	Menor de 18 anos	3	1,1
	De 18 a 25 anos	27	10
	Mais de 25 a 35 anos	28	10,3
	Mais de 35 a 45 anos	24	8,9
	Mais de 45 a 50 anos	3	1,1
	Mais de 50 anos	15	5,5
<b>Sexo</b>	Homem	245	90,4
	Mulher	21	7,7
	SI	5	1,8
<b>N=271</b>			

Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Dos 271 processos analisados sobre o perfil dos réus, foi possível observar que: 63,1%, não tinham informações. Essa

situação se dava em decorrência do não comparecimento do réu ao inquérito ou à falta de respostas, deixando a critério do advogado contratado para o caso. As ocupações profissionais existentes no período e que aparecem com maior frequência são as dos lavradores, garimpeiros, militares, negociantes, domésticos e outros. Quanto ao grau de escolaridade, o índice é relevante: 20,3% são analfabetos e 11,8% são de pessoas alfabetizadas, ou melhor, que sabem escrever apenas o nome, mas não lê fluentemente, mostrando um quadro de deficiência educacional considerável, levando-se em conta uma porcentagem de 64,2% sem informações. Sobre a idade, 63,1% não informaram, idade entre 18 a 25 anos conta com 10% e mais de 25 a 35 com 10,3%, sendo estas idades as que mais aparecem entre o perfil dos réus. Sobre o gênero, os homens aparecem com uma margem de processo muito maior do que os das mulheres.

Tabela 05 - Perfil das vítimas (1889-1930)

Quantidade de vítimas por crime		<i>Freq.</i>	<i>(%)</i>
<b>Naturalidade</b>	1	254	93,7
	2	14	5,2
	3	3	1,1
<b>Escolaridade</b>	Área rural	42	15,5
	Área Urbana	58	21,4
	SI	171	63,1

<b>Idade</b>	Alfabetizado	16	5,9
	Analfabeto	36	13,3
	Sabe assinar o nome	0	0
	SI	219	80,8
	SI	188	69,4
	Menor de 18 anos	12	4,4
	De 18 a 25 anos	27	10
	Mais de 25 a 35 anos	25	9,2
	Mais de 35 a 45 anos	8	3
	Mais de 45 a 50 anos	5	1,8
<b>Sexo</b>	Mais de 50 anos	6	2,2
	Homem	179	66,1
	Mulher	90	33,2
	SI	2	0,7
<b>N=271</b>			

Fonte: Dados levantados pelo autor, através dos processos pesquisados.

Sobre o perfil das vítimas, os dados se aproximam em alguns aspectos, diferindo nos seguintes: sobre a escolaridade, o réu tem maior grau de estudo em relação à vítima, ou seja, a porcentagem de instrução da vítima é menor. Em relação a esse item, a Tabela 05, acima, apresenta um índice de 80,8% de dados não informados sobre o perfil das vítimas. Nessas informações, fica um “vazio”, um fosso, em relação à veracidade das informações, pois os dados em

relação ao perfil dos agentes réu e vítima são insuficientes para traçarmos um perfil do indivíduo nesse período. Os processos-crime se apresentam com discursos variáveis e apresentam lacunas importantes para a nossa pesquisa, como idade, estado civil, profissão. Mas, assim mesmo, tentamos reconstruir um perfil apresentado, muitas vezes, nas entrelinhas deste *corpus* documental e, mesmo com essas lacunas, construímos o perfil do nosso agente, estabelecendo uma análise das inter-relações entre os fenômenos sociais, através das ações dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do Crime, Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DIAS, Renato da Silva. *História, cultura e sertão*. Estudo preliminar para a elaboração do projeto de mestrado a ser implantado no Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "Código do sertão". In: *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "O código do sertão". In: *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 21 - 65.

HEELAS, Paul. *Anthropology, Violence and Catharsis*. In: *Aggression and Violence*. Ed. By P. Marsh and A. Campbell, Oxford: Basil Blackwell. 1982. p. 48-61.

HERSCHMANN, Miçael; PEREIRA, Carlos Alberto

Messeder; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Karl Erik (orgs). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão: Coleção Sesquicentenária*, v.11. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; Barbacena: UNIPAC, 2008. (Coleção Olhares).

ROSA, Helen Santa. "Uma aliança do sertão norte-mineiro com os povos do cerrado em defesa de seus territórios". *Revista Verde Grande*, v. 1, n. 2, 2005, Montes Claros: Editora Unimontes.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Weiszflog irmãos, 1918.

SOUZA, Antônio Alvimar. *A Igreja entrou renovadamente na festa: igreja e carisma no sertão de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMARC, 2007.

SPIERENBURG, Pieter. *Faces of Violence: Homicide Trends and Cultural Meanings: Amsterdam, 1431-1816, Journal of social history*, 1994.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Revisão técnica

de Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *A cultura da violência: os crimes na comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX*. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos-livres/artg\\_18-8.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos-livres/artg_18-8.pdf)>. Acesso em: 8 mai. 2009.

WEBER, Max. *From Max Weber: Essays in Sociology*. Ed. By Il.II.Gerth and C. WrigthMills. London: Oxford University Press, 1970.

# A Produção Artesanal da Rapadura e as Práticas Territoriais na Comunidade Rural de João Moreira em São João da Ponte-MG

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Tayne Pereira da Cruz

---

O presente ensaio visa contribuir com a análise sobre a produção artesanal da rapadura, revelando algumas características da Comunidade Rural de João Moreira,<sup>67</sup> no município de São João da Ponte, na mesorregião Norte de Minas Gerais<sup>68</sup>. Os camponeses territorializados na referida comunidade possuem um vínculo que envolve as relações de parentescos em consonância com a lógica da terra de trabalho e vida, cuja produção tradicional assegura-lhes a fonte de renda para a reprodução das famílias. Andrade (1992, p. 36) enfatiza que tais atividades, consideradas tradicionais, permitem consolidar e recriar, década após década, “a capacidade de consumo e de produção que varia, conseqüentemente, de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço, conforme o tamanho populacional, o nível

---

67 Sobre o nome da Comunidade, conforme entrevistas com alguns moradores mais antigos da região, estes enfatizam que: o nome foi dado porque havia um antigo morador muito conhecido e respeitado – Senhor João – e próximo a sua casa havia uma árvore Moreira, espécie cientificamente conhecida por *chlorophoratinctoria*, daí a homenagem (CRUZ, 2018).

68 Salienta-se que, desde 2017, o IBGE criou uma nova Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017).

técnico, a distribuição de renda, o poder aquisitivo e a maior ou menor tendência ao consumo”.

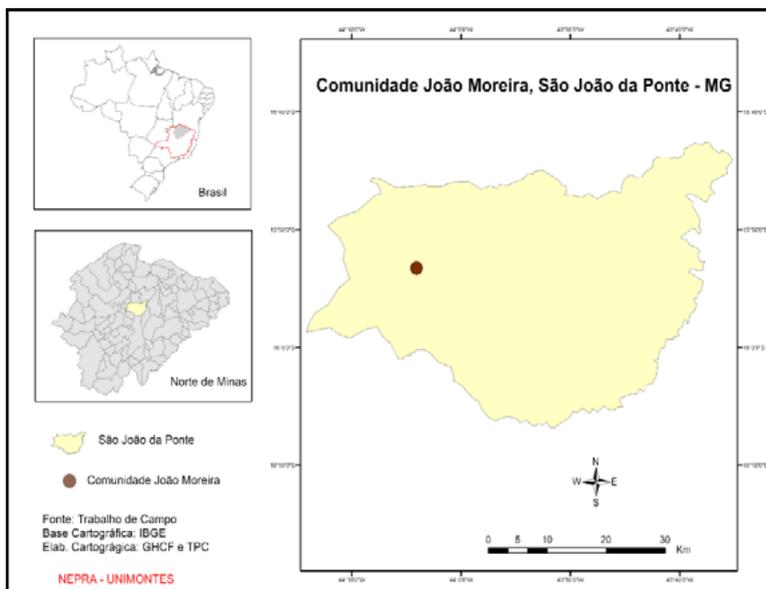
Para apresentar a produção existente na Comunidade Rural, evidencia-se, nos próximos tópicos deste ensaio, a instalação da fábrica de açúcar na presentecomunidade; valor nutricional da rapadura; estruturas dos engenhos; fases do processo de fabricação da rapadura; produção da cachaça; a economia de base na produção artesanal da rapadura e, por fim, será abordada a atual situação da produção artesanal da rapadura na Comunidade Rural de João Moreira, enfatizando sua dimensão territorial, pois, das 220 famílias da Comunidade, aproximadamente 15% delas atuam diretamente nessa atividade.

Assim, enfatiza-se que a base metodológica do estudo baseia-se na análise em materiais de pesquisa com revisões bibliográficas, análise documental da estatística de produção e a pesquisa *in loco* (trabalhos de campo entre 2016 e 2018). Os dados primários foram obtidos por meio das visitas nas residências que contêm os engenhos, com aplicação de entrevistas e registros iconográficos, que possibilitaram a assimilação dos questionamentos criados. Ao se tratar de fontes secundárias que discutem sobre o tema, vale ressaltar que a busca pelas informações obtidas permite construir e demanda uma imprescindível articulação entre a teoria e o empírico.

Em relação às práticas territoriais do campesinato, urge indicar que as relações de poder, conforme exposto por Raffestin (1993) e Oliveira (1999), estão presentes na

Comunidade Rural João Moreira<sup>69</sup>. Todavia, constata-se que algumas dessas dinâmicas resistem aos problemas e desafios históricos, como exemplo fundante dessa representação, destacam-se a “Festa Tradicional da Rapadura” e a produção de outros gêneros, como o açúcar, melado, a cachaça etc. Além disso, nota-se uma produção de outros gêneros alimentícios, comumente denominados “para o gasto” das famílias.

**Mapa 1:** Localização da comunidade de João Moreira no município de São João da Ponte - MG



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018. Elaborados pelos autores.

69 Geograficamente, entre as cidades de Montes Claros - MG e São João da Ponte - MG. Percorrendo-se a BR-135 e BR- 202, à margem esquerda da rodovia, situa-se a Comunidade Rural de João Moreira, cuja estrada de terra também é conhecida localmente como “estrada da moenda”, tendo quatorze quilômetros de distância da área urbana de São João da Ponte - MG, conforme exposto no Mapa 1.

Nesse sentido, a agricultura camponesa está na essência territorial e cultural da Comunidade Rural de João Moreira, pois é operada tradicionalmente pelos camponeses, tendo a predominância de produção de rapadura.

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso a terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

Assim, foi possível constatar que parte da produção é direcionada ao autoconsumo; a outra parte, como renda, é comercializada na cidade. Desse modo, no decorrer dos últimos doze anos (2006-2018), foram surgindo fatores que levaram à queda na atividade de produção, devido ao processo de cultivo da cana-de-açúcar. As adversidades encontradas no processo de plantio, possivelmente, são eminentes do prolongamento da estiagem, que resulta na baixa produtividade canavieira, a qual está comprometendo a execução dessa atividade como fonte de renda econômica da população de produtores de rapadura.

## A instalação da fábrica de açúcar na Comunidade Rural

A demanda do cultivo da cana-de-açúcar<sup>70</sup> na comunidade despertou nos camponeses a ampliação dessa estrutura de produção, ficando não apenas na produção da rapadura, mas também na fabricação do açúcar. Com isso, surgiu, no ano de 1999, o projeto para construir uma fábrica de açúcar, que tinha o intuito de implantar na região uma produção, em média escala, para possibilitar um desenvolvimento na comunidade em perspectiva econômica e social, e, ainda assim, ampliaria o tradicionalismo que está presente no modo de vida dessa população.

O projeto para o desenvolvimento dessa fábrica teve parcerias, em primeira instância, com a comunidade, depois com a prefeitura do município e, em perfil de financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

---

70 Em relação à produção canavieira e suas origens, o geógrafo Sampaio (2014) apresenta as regiões que têm a cultura canavieira iniciada desde os povos pré-históricos e foi sendo espacializada em inúmeras áreas de todo o mundo. Os povos pré-históricos promoveram sua disseminação em ilhas da Oceania e também pelo Sudeste Asiático, até que lançou o Subcontinente Indiano. [...] Da Índia antiga o conhecimento e a prática da canavicultura voltada para a obtenção de melado e de açúcar(*gur*), ainda precariamente solidificado, difundiram-se para a Pérsia. Os persas trataram de desenvolver uma técnica mais apurada de tratamento do caldo fervido da cana, logrando a fabricação de um produto seco e mais apto ao transporte, o chamado pão de açúcar (*khand*). A partir de suas expedições ao Oriente Próximo, os europeus tomaram contato com o sabor adocicado daquela mercadoria ainda rara, passando a se interessar cada vez mais pelo seu conhecimento e, posteriormente, dedicando-se à sua obtenção. Ao colonizarem o continente Americano, os europeus estabeleceram uma notável indústria açucareira no Caribe, a partir de onde sua fabricação expandiu-se aos Estados Unidos. Diante de um contexto de colonização tardio, novas regiões açucareiras de caráter mundial são criadas a partir do estabelecimento de vínculos políticos e econômicos com o Ocidente. Dentre estes, destacamos os ocorridos no Sudeste Asiático, na Austrália e no Sudeste Africano (SAMPAIO, 2014, p. 4-5).

Familiar (PRONAF)<sup>71</sup> foi um aliado na infraestrutura do projeto. No entanto, todo o planejamento não teve evolução, ficando apenas na construção da fábrica.

Em conformidade com o Presidente da Associação da Comunidade Rural João Moreira, esse problema ocorreu devido à dificuldade em convencer os camponeses a trabalhar em coletividade, visto que teriam uma meta a ser cumprida: produzir 50 mil toneladas por ano. Essa produção, no primeiro momento, tinha o intuito de atender a todo o município e regiões vizinhas, e, assim, iria se expandindo para outras áreas.

## O valor nutricional da rapadura

A rapadura é também conhecida por “raspadura”. No processo de solidificação e condensação quente do caldo de cana-de-açúcar que é obtido esse doce alimento originado “[...] da raspagem das camadas espessas de açúcar presas às paredes dos tachos utilizados para a fabricação do mesmo, e depois moldadas em formas semelhantes às de tijolos” (OLIVEIRA; NASCIMENTO; BRITTO, 2007, p. 80). A rapadura vem do xarope da cana-de-açúcar altamente concentrado e solidificado em blocos, variando em forma e peso.

Esse produto tem um valor nutricional elevado devido

---

71 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): segundo o BNDES, tem por objetivo o financiamento à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e a melhora do uso da mão de obra familiar (BNDES, 2018).

aos sais minerais e vitaminas. Pela sua composição, tem sabor, odor agradável e característico, e é um alimento de alto valor nutritivo que substitui o açúcar cristal ou refinado com grandes benefícios.

A tabela abaixo apresenta os valores nutritivos, os carboidratos, os minerais, as vitaminas e os diversos valores contidos na rapadura.

Tabela I: Valor nutritivo da rapadura

<b>Para cada 100 g</b>	<b>Carboidratos em g</b>
Sacarose	72 a 78
Frutose	1,5 a 7
Glicose	1,5 a 7
	<b>Minerais em mg</b>
Potássio	10 a 13
Cálcio	40 a 100
Magnésio	70 a 90
Fósforo	20 a 90
Sódio	19 a 30
Ferro	10 a 13
Manganês	0,2 a 0,5
Zinco	0,2 a 0,4
Flúor	5,3 a 6
Cobre	0,1 a 0,9
	<b>Vitaminas em mg</b>
Provitamina A	2
Vitamina A	3,8
Vitamina B1	0,01
Vitamina B2	0,06
Vitamina B5	0,01

<b>Vitamina B6</b>	0,01
<b>Vitamina C</b>	7
<b>Vitamina D2</b>	6,5
<b>Vitamina E</b>	111,3
<b>Vitamina PP</b>	7
	<b>Diversos</b>
<b>Proteínas em mg</b>	280
<b>Água em g</b>	1,5 a 7
<b>Calorias (cal)</b>	312

**Fonte:** Laboratório do Instituto Ambroisse da França. **Org.:** Oliveira, J. C; Nascimento, R. de J; Britto, W. S. F, 2007. Adaptado pelos autores.

Analisando a tabela, a rapadura se enquadra em um alimento considerado como uma fonte de vitaminas composta por carboidratos (sacarose, frutose e glicose), minerais (potássio, magnésio, cálcio, fósforo, ferro, sódio, zinco, flúor e cobre), vitaminas (A, C, B1, B2, B6, D2, E, PP e provitamina A), entre outros. Devido ao seu alto teor de sais minerais, é indicada para alimentação escolar, usada como sobremesa e no preparo de diversos pratos culinários. Além dessas características já citadas, é considerado um produto natural e orgânico.

Nesse contexto, evidencia-se a qualidade nutritiva que a rapadura contém, sendo um alimento rico em nutrientes, carboidratos, minerais, vitaminas, dentre outros.

## A estrutura do engenho

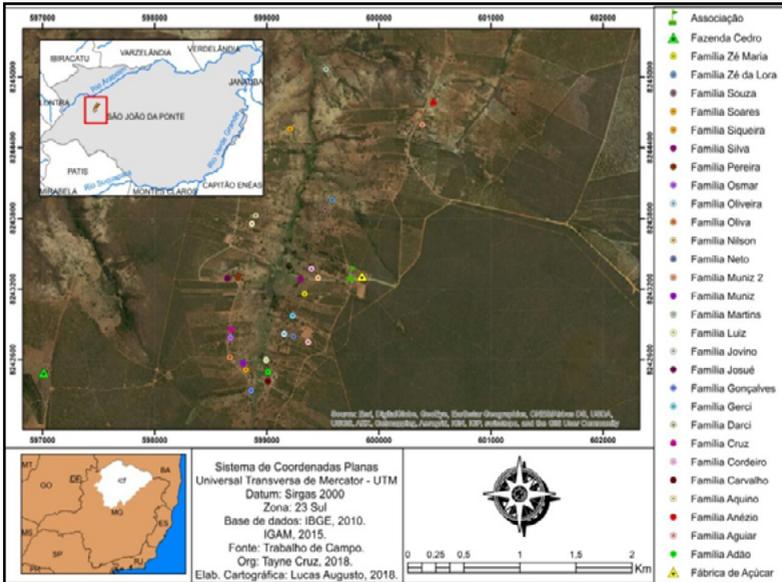
O espaço rural está cada vez mais sujeito a processos de

modernização, adquirindo formas avançadas pela Revolução Industrial. Tal cenário remete às formas de produção evolutiva que configuram em um novo olhar sobre o modo de vida dos produtores rurais. A influência do moderno e os avanços tecnológicos são de grande influência nas moendas de cana-de-açúcar, todavia, a produção artesanal da rapadura, para algumas famílias, em João Moreira, mesmo depois de anos, ainda se mantém sob o domínio antigo, longe de tecnologias, tendo na Comunidade Rural a maior parte das moendas puxadas por bois.

Na Comunidade Rural de João Moreira, a relação da espacialidade das moendas existe desde os primeiros moradores da área, e a maior parte dessas unidades está há vários anos em execução. Com os lucros retribuídos da produção, os produtores buscam cada vez mais uma prática que favoreça essa produção e o trabalho.

No mapa, a seguir, identificam-se todos os engenhos de rapadura que têm como ferramenta principal as moendas tradicionais; totalizando trinta unidades de engenhos na Comunidade.

## Mapa 2: Localização dos engenhos na Comunidade Rural de João Moreira



**Fonte:** Trabalho de Campo, 2018. Elaborado pelos autores.

Os engenhos são constituídos por um conjunto de unidades, sendo eles: uma estrutura de casa, que é composta pelas ferramentas da produção da rapadura, como fornalha, tacho (de cobre ou de ferro), grade, gamela, dentre outros. Em um espaço mais distante da estrutura da casa, está disponível a principal ferramenta para a confecção da rapadura: as moendas. A Comunidade Rural, como um todo, consta com três moendas de madeira movidas por tração animal; vinte de ferro, também movidas por força animal; e sete elétricas, movidas pela energia elétrica, sendo essa a ferramenta principal na fabricação artesanal da rapadura,

visando a uma produção típica dos produtores camponeses da Comunidade Rural.

A moenda é a etapa inicial para a produção, pois é da moagem que se obtém a extração do caldo da cana-de-açúcar. Na Comunidade Rural, há produtores que até hoje possuem moendas trapiche, conhecidas popularmente como “engenho de madeira”, sendo considerado o primeiro equipamento que surgiu na área para fabricação artesanal da rapadura. A moenda de madeira é movida pela força de animais e necessita de três pessoas: uma de cada lado, para ser o servente na moagem da cana, e outra para guiar os animais.

**Figura 1:** Moenda de madeira



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Esse tipo de engenho foi sendo deixado de lado na Comunidade Rural, mas, por ser uma tradição advinda desde os mais antigos, há produtores que permanecem no tradicionalismo, preferem o arcaico para realizar a produção, conforme se destaca no diálogo a seguir, cuja resposta do interlocutor enfatiza que o gasto para manter o equipamento é bem mais alto que a moenda elétrica:

*Não vou comprar outro, eu tenho esse aí, tocado a boi, agora eu vou parar ele e comprar um a força? Aquele dá uma despesa muito cara, se quebrar uma peça é uns 600 reais. E esse aqui não, a gente vai ajeitando devagar, só depende mesmo dos bois pra puxar. Pra que um engenho melhor do que esse aqui? Estou satisfeito com esse “engenho de ferro”. Pois esse também facilita demais, por que eu corto a cana hoje, amanhã ponho os bois no “engenho”, não preciso tocar, né? Tiro a garapa, que dá pra encher os tachos, de tarde tem a rapadura. Mas o povo hoje não tá querendo isso mais não. O elétrico é mais rápido mais a despesa é mais (sic) (Josué Pereira da Cruz, 2017).*

Nessa premissa, devido à modernização dos meios de produção, os moradores começaram a adquirir a famosa moenda de ferro que, mecanicamente, segue o mesmo modelo da moenda de pau, porém, o processador que extrai o caldo da cana-de-açúcar é de ferro e o procedimento se torna mais prático e necessita apenas de uma pessoa como servente.

**Figura 2:** Moenda de ferro



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Mas alguns produtores da Comunidade Rural procuram melhorar com os lucros que obtêm da produção, adquirindo a mais moderna moenda da comunidade, que é a elétrica. O equipamento é movido totalmente pela força da energia elétrica, que facilita e acelera o processo de produção, como destaca o produtor Adão Luiz de Carvalho de 82 anos, quando fala sobre o processo da modernização dos engenhos na sua oficina de produção:

*Era um 'engenho a boi de madeira', inclusive eu vou falar pra você que o menino meu, ele foi cortado e só tem três dedos, em uma mão. Foi cortado no 'engenho de madeira' que nós chama também de 'engenho de pau'. Aí depois, com a produção da rapadura, eu comprei o de ferro, né? Com o dinheiro*

*da rapadura, intirei e não foi só com o dinheiro da rapadura, é que a gente trabalha no café, aíinterô e comprô o engenho. Passo um tempo os meninos, caso, a família foi ficando pouca, agora vendi o 'engenho a boi de madeira' por 2 mil, ai eu fui pro café trabalhei uns 40 dias, eu e a mulher, ganhei um dinheiro juntei e comprei esse aqui a energia por 4 mil, mais tudo através do trabalho da gente mesmo e da rapadura né! (sic, 2018).*

**Figura 3:** Moenda elétrica



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Visando esse lento processo de desenvolvimento, nota-se que cada vez mais este se consolida nas especialidades rurais, como foi na Comunidade Rural de João Moreira. Embora alguns ainda tenham resistência e optem por manter uma produção arcaica, a maioria busca ferramentas mais eficazes, pois os benefícios para produção da rapadura são tamanhos, bem como a facilidade, os ganhos de tempo e o aumento na produção. Ainda assim, mesmo com inovações,

há camponeses que têm o manuseio tradicional, sendo para esses produtores uma questão de honra ou de lucro poder manusear a produção e manter a economia com o equipamento.

## As fases e o processo de fabricação da rapadura

A produção é artesanal e consiste em apetrechos originados do tradicionalismo dos tempos remotos, tornando, assim, parte da dieta do sertanejo norte-mineiro. “O consumo da rapadura, no Brasil, é de 1 kg por habitante/ano. O maior consumidor mundial é a Colômbia, com a marca de 25 kg por habitante/ano, além de ser também o primeiro país produtor de rapadura, na América, e o segundo do mundo, depois da Índia” (NASCIMENTO, 2007, p. 03). A rapadura, no decorrer dos tempos, foi estigmatizada de comida de pobre, uma vez que, nos períodos passados, era predominantemente consumida pelos escravos.

Em virtude disso, é de grande relevância destacar que os integrantes do trabalho, os responsáveis pela fabricação da rapadura, não são apenas homens, mas sim todos os integrantes da família, como o marido, a esposa e os filhos. Segundo os camponeses, a separação do trabalho é feita da seguinte forma: os homens ficam com a parte mais bruta do serviço, como o corte e a moagem da cana-de-açúcar; e as mulheres vão para a confecção da rapadura, quando esta já passou pelo processo da moagem da cana-de-açúcar. Todavia, no decorrer da vivência e nos trabalhos de campo, observa-se que o papel da mulher na Comunidade Rural não se resume apenas nos

afazeres domésticos, pois, na ausência dos filhos homens para ajudar o pai no processo de produção da rapadura, é ela quem assume, seguindo o mesmo padrão de serviços.

No caso específico da dupla jornada de trabalho, verifica-se que a mulher, após um longo dia de trabalho na cana, continua sem descanso, tendo que “enfrentar a casa”, isto é, as chamadas “atividades não-produtivas”: produção de valores de uso e prestação de serviços na unidade doméstica (ROSSINI, 1993, p. 8).

Nesse intuito, no processo de produção da rapadura, é imprescindível destacar que os camponeses não utilizam nenhuma vestimenta propícia e não há um horário fixo para iniciar os trabalhos, isso fica a critérios dos próprios produtores.

**Figura 4:** Camponês cortando cana-de-açúcar



**Fonte:** Arquivo pessoal de Crisley Pereira da Cruz. Agosto de 2011.

A matéria-prima é transportada do canavial para o engenho através de carroça, guiada por um par de bois, sendo esses mesmos animais a força motriz do equipamento de moagem. Ao chegar ao local, é diretamente levada à moenda para ser processada. Nesse instrumento, os produtores colocam uma peneira simples em forma de tela de arame para limpar resíduos do caldo de cana ou garapa, nome popular da região. Os tachos em que ocorre o processo de fervura são de ferro ou cobre, pois têm um tempo de durabilidade maior. Assim, esse tacho fica por cima de uma fornalha feita de barro e tijolos e, com isso, acendem o fogo com os bagaços secos da cana e com lenhas colhidas pelos próprios produtores. Para mexer a garapa durante o processo de “limpa”, os produtores utilizam uma espumadeira que, na maioria das vezes, é feita de cabaça, uma vasilha de alumínio.

O processo de produção da rapadura é realizado em engenho, o que representa uma volta ao passado, precisamente no período Colonial caracterizado por um baixo nível tecnológico, onde o transporte da cana entre as plantações e o engenho era feito apenas no lombo do burro e a fonte de energia mais utilizada era a lenha. Alguns equipamentos ainda representam uma volta no tempo, como moendas, tanques, fornalhas, tachos, gamelas e fôrmas (OLIVEIRA et al., 2007, p. 90).

A fabricação da rapadura tem como processo inicial

a transformação do caldo, também conhecido como “garapa” da cana-de-açúcar, que se solidifica em forma de blocos. O produto tem quatro procedimentos básicos para sua produção: a moagem da cana, a fervura do caldo, a modelagem e a secagem, conforme se observou no decorrer dos trabalhos de campo.

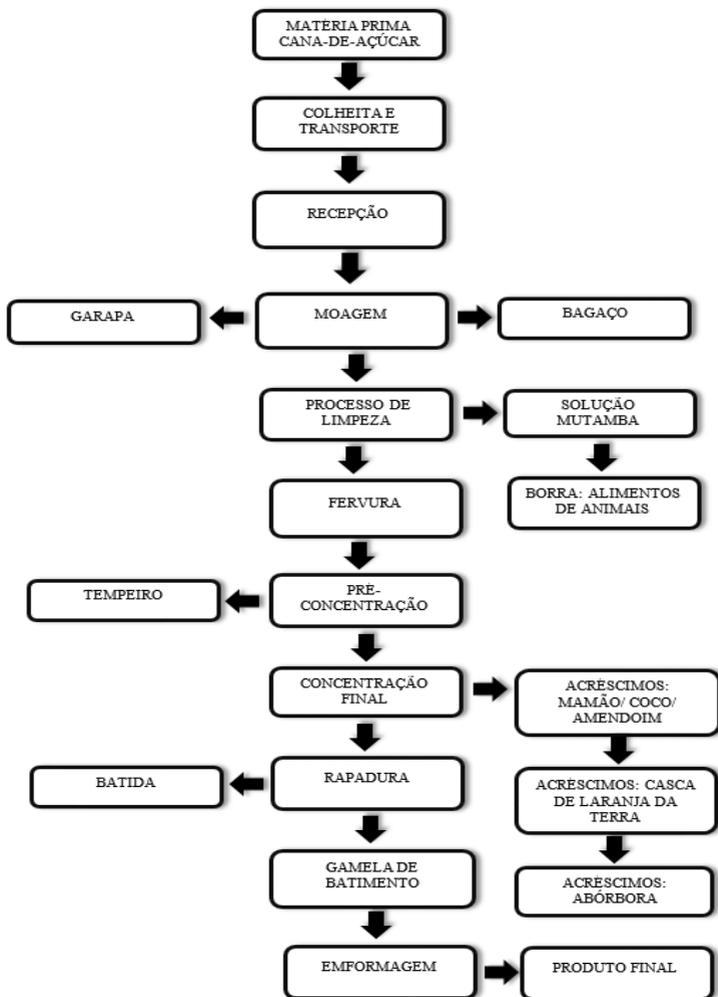
De modo geral, a rapadura fabricada na Comunidade Rural configura-se em formas, tamanhos e sabores variados, por exemplo: a rapadura pura, feita apenas com o mel da **cana-de-açúcar**, onde não é acrescentado nenhum ingrediente que possa alterar o sabor. Esta divide-se em “rapadura tradicional”, que tem o formato retangular, com 600 g a 1 kg, e as “rapadurinhas”, com 25 g. Fabricam, ainda, “rapadura mista”, conhecida, popularmente na Comunidade Rural, como doce, nela são acrescentados outros produtos<sup>72</sup>.

A partir das análises e entrevistas com 26 fabricantes “rapadureiros”, foi possível criar um esquema que aborda a produção, do início ao fim, e descrever cada etapa para se chegar ao produto final, como será apresentado a seguir na figura e, logo após, explicando-a de acordo o que foi relatado pelos produtores.

---

72 Outros tipos de produtos fabricados pelos camponeses se baseiam em: doces, em que é acrescentado o mamão, o amendoim, a casca da laranja da terra e, tem também, a “batida” com acréscimo do cravo.

**Figura 5** Etapas da produção artesanal da rapadura.



**Fonte:** Trabalho de Campo, 2018. Elaboração: Os autores.

Para melhor definir o perfil da produção artesanal, os camponeses relataram que, inicialmente, há o cultivo da matéria-prima, a cana-de-açúcar, a qual começa a se

desenvolver até chegar ao nível de maturação. Daí, inicia-se a primeira fase da produção de rapadura, que é o corte da cana-de-açúcar.

A segunda etapa, de acordo como os camponeses, trata-se do processo de colheita da cana. Ocorre, então, o corte da cana-de-açúcar, sendo cortada na quantidade que resulta numa produção de dois a quatro tachos de garapa por dia. A cana-de-açúcar é carregada em fechos para a carroça, que será levada da área de plantação até o ponto do engenho. Após isso, chegando ao ponto do engenho, é feito o processo de recepção da cana, cuja palha será toda retirada e servirá de alimento para o gado. Em seguida, inicia-se a fase de moagem.

O terceiro momento consiste na moagem da cana-de-açúcar. Esse é o ponto específico, no qual são utilizados, aproximadamente, nove feixes de cana-de-açúcar, dependendo do tipo, para chegar a 200 litros de garapa. Nessa moagem, ocorre o processo de separação da garapa e do bagaço: a garapa é direcionada a um recipiente de plástico ou um cocho de madeira; o bagaço é posto de outro lado para, posteriormente, ser reutilizado na alimentação de animais e, depois de seco, servirá de adubo para plantações e para acender fogo nas fornalhas.

**Figura 6:** Moendas de ferro no processo de separação da cana-de-açúcar da garapa e bagaço.



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Posteriormente, no quarto momento de fabricação da rapadura, segundo os camponeses, há a limpeza do caldo da cana. Após, ele será repassado para um recipiente denominado de “tacho”, que fica sobre uma fornalha, e tem como fonte principal aquecer a garapa. Para a limpeza do produto, utiliza-se uma planta conhecida de “mutamba”, cientificamente denominada de “*Guazumaulmifolia*”. Trata-se de uma árvore perenifólia, a espessura de sua casca é de, aproximadamente, doze milímetros e se desprende com facilidade do tronco (CARVALHO, 2007). Essa planta geralmente é encontrada nos próprios quintais dos fabricantes de rapadura da comunidade. Para Carneiro, Pereira e Silva (2017, p. 117):

Os quintais são os espaços do terreno situados ao redor da casa, constituindo agroecossistemas onde são cultivadas plantas diversas (hortaliças, árvores frutíferas, ervas medicinais e plantas ornamentais) e, também, os locais nos quais são criados animais domésticos.

Os camponeses dizem que é imprescindível a ação da limpeza em função dessa casca. Assim, o processo de corte da “mutamba”, já na etapa de limpeza, realiza-se por meio do corte, em partes, com, aproximadamente, vinte centímetros; após separar a casca e o caule, é amassada para liberar facilmente uma substância na água, formando um líquido parecido com uma geleia. Trata-se de uma borra, que é tirada com uma ferramenta chamada de espumadeira e os resíduos dessa espuma servirão de alimento para alguns animais, como os porcos e galinhas criadas pelos produtores.

**Figura 7:** Garapa no processo de fervura



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Com todo esse procedimento, o caldo da cana-de-açúcar, em seu processo de fervura, tem água evaporando cada vez mais e apurando o doce. Posteriormente, chega-se ao processo de pré-concentração do caldo, que já está quase em ponto de mel. Durante todo esse processo de pré-concentração, deve-se sempre exercer um movimento na garapa, pois ela está em processo de ebulição. Nesse período, é adicionado, ainda, o tempero, que resulta em um óleo. Depois de adicionar esse produto, chega-se à concentração final: o ponto do mel, em que, ao atingir o nível de purificação, nota-se uma consistência de bala ou com sinais de mel se deslocando das laterais do tacho, atingindo o cozimento final. Nessa fase, deve-se também ter um movimento do mel feito com uma espátula de madeira, denominada pelos produtores de “pá”, até chegar ao ponto de mel para ser retirado do tacho.

**Figura 8:** Movimento da garapa pré-concentrada



Fonte: CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Os camponeses relatam que, ao atingir o ponto de mel, podem ser acrescentados também outros produtos, como amendoim e coco, que devem ser, primeiramente, torrados. O mamão e a abóbora são ralados antes de serem adicionados ao mel; e a casca de laranja da terra é retirada, cozida e fica de molho na água por dois dias. Após esse processo, é inserido no mel. Ademais, há produção também da rapadura refinada denominada de “batida”, em que, no processo final da produção, o mel deixa-o resfriar e fica concentrado por aproximadamente uma hora. Depois, esse mel é batido em uma gamela até chegar a uma coloração amarela esbranquiçada. Esse produto pode ainda ser temperado com cravo ou canela.

Depois dessa fase, o mel é direcionado a um cocho de madeira conhecido pelos fabricantes como “gamela”, sendo mexido com a espátula de madeira até o seu resfriamento atingir condições que permitirá que seja modelado em forma de bloco, chegando ao ponto da rapadura.

**Figura 9:** Rapadura transferida para a gamela



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Nessa sequência, o produto, que já pode ser considerado rapadura, é levado para a forma, conhecida pelos produtores de “grade de madeira”, com uma divisão feita por tabuletas de madeiras que resultará em doze rapaduras no tamanho de 10 centímetros, com peso aproximado de 500 gramas cada uma. Assim, ocorre o processo de esfriamento durante uma hora e, posteriormente, poderá ser retirada.

**Figura 10:** Rapadura na grade



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Por fim, o produto final será embalado em sacos plásticos e armazenado em caixas, facilitando o carregamento no momento da venda. Além do consumo feito pelos próprios fabricantes, a comercialização é o ponto econômico principal dos produtores. A venda da rapadura é feita na própria cidade, no supermercado ou nos camelôs nas ruas. Alguns dos camponeses vendem na feirinha, que ocorre uma vez em cada mês. O valor da rapadura, entre os anos de 2006

a 2017, teve mudanças devido à queda de produção, mas, atualmente, os valores são de 10 reais cada.

## A produção da cachaça

Além da rapadura tradicional, feita dos derivados da cana-de-açúcar, sendo a mesma matéria-prima dos trinta camponeses com estabelecimentos de engenhos da comunidade, três proprietários se dedicam e dividem as atividades também na produção de cachaça (popularmente conhecida por “pinga”). O alambique de cachaça é o equipamento fundamental dessa atividade para sua produção.

É a denominação típica e exclusiva da Aguardente de Cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica de 38% vol (trinta e oito por cento em volume) a 48% vol (quarenta e oito por cento em volume) a 20°C (vinte graus Celsius), obtida pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar com características sensoriais peculiares, podendo ser adicionada de açúcares até 6g/L (seis gramas por litro), expressos em sacarose (BRASIL, 2005).

A produção da cachaça, nos três estabelecimentos, advém de processos também artesanais como a rapadura, em que a destilação ocorre nos alambiques de cobre e a fermentação consiste no processo natural advindo do caldo da cana-de-açúcar. Com esse intuito, “O Novo Ciclo da Cana” (2005, p. 109) salienta:

De maneira similar à cachaça, a rapadura está associada aos hábitos de consumo da população de baixa renda. Ao contrário da bebida, no entanto, o consumo da rapadura contribui para a manutenção do bom estado de saúde, tendo em vista seu alto valor nutritivo.

De acordo com os próprios produtores da cachaça na comunidade, as seguintes etapas básicas para a sua fabricação são: a coleta da cana-de-açúcar, o processo de moagem, a fermentação, a destilação e, por último, o envelhecimento do produto. O produtor Adão Luiz de Carvalho, de 81 anos, aborda alguns fatores essenciais que ele segue na fabricação da cachaça, como, por exemplo, os tipos de cana:

*Aqui tem a cana “açucqueira” e tem outro tipo de cana açucqueira que veio da Jaíba, que chama “cana branca”, né? Tem a cana do projeto e tem também uma parte aqui que é “cana jabá”. E a melhor pra rapadura é a cana jabá. Aqui nós chama de cana preta, né? Eu tenho ela, muitas vezes, meu pai chamava esse tipo de cana “milicem”, por que ela sempre fica verdinha. Ela é a melhor pra rapadura. Mais a cana “açucqueira” é melhor pra pinga, né? Porque ela é uma cana muito mole, aí não dá rapadura muito boa (sic, 2018).*

O período para a produção da cachaça, segundo o mesmo produtor, tem início no mês de junho e vai até agosto, mesmo período em que se começa a fabricar a rapadura. O fato de

ter vários tipos de cana-de-açúcar na sua plantação favorece a produção da cachaça, pois, para esse tipo de produto, qualquer tipo de cana serve. “A cachaça artesanal é fabricada em alambique e é produzida em pequenos volumes. O alambique é operado manualmente pelo aguardenteiro [...]” (FEITOSA, 2005, p. 7). Diante disso, a produção chega a ser de 40 a 50 litros de cachaça por ano.

**Figuras 11 e 12:** Alambique de cachaça



**Fonte:** CRUZ, Tayne Pereira da. Maio, 2018.

Após todo o processo de produção mencionado, o produto fica estocado e é comercializado em pequena quantidade para os próprios moradores da comunidade; as grandes quantidades têm destino para Patrocínio, Divinópolis e São Paulo. O produtor esclarece o porquê de os compradores terem a preferência por esse produto: “Porque a pinga é pura! Num é misturada” (*sic*, 2018).

## A economia de base na produção artesanal da rapadura

O processo artesanal da cana-de-açúcar constitui uma atividade de extrema importância econômica e social para as famílias dos camponeses na comunidade. A fabricação da rapadura sempre fez parte da cultura norte-mineira e é, até hoje, uma atividade desenvolvida por um elevado número de trabalhadores do campo.

Como já foi discutido, o produto, após estar no ponto de comercialização, será destinado às escolas públicas, no Centro Comercial de São João da Ponte e na feira livre que acontece nas primeiras sextas-feiras de cada mês, ou até mesmo vendido pelos camponeses que atuam como vendedores ambulantes.

De acordo com José Nelson Pereira da Cruz (2018): “Quando a venda tá boa, a varejo, vende de 8 a 10 reais, e quando vendemos reunido de 10 rapaduras acima, aí o preço cai. O lucro das vendas é revertido nas despesas familiares” (*sic*). José Nelson Pereira da Cruz (2018) ainda ressalta que “o dinheiro das vendas é mesmo pra despesa da casa, fazer feira, pagá conta de luz, de água, pagá camarada pra limpá as canas e comprá materiais pro engenho”

(sic). Pelo fato de essa produção ter todos os seus processos artesanais, esse seguimento tem a sua importância social, geração de renda e contribuição para que os camponeses permaneçam na comunidade, resultando, assim, na dinamização da economia da área local e até mesmo do município.

É relevante destacar, ainda, que, na comunidade, além da produção e venda da rapadura, há outros produtos feitos do mesmo processo, porém, são acrescentados outros aromas, tais como o doce de laranja, o doce de mamão, a batida; esses produtos são vendidos com um valor mais elevado, de 12 a 15 reais. Há também um lucro na venda de caldo da cana e do mel, produtos esses que ajudam no aumento da economia dos camponeses da comunidade.

A fabricação artesanal, além dos pontos já apresentados, possui uma diversidade de vantagens socioeconômicas para os camponeses: investimentos de baixo valor em ralação às grandes indústrias, ampliação do desenvolvimento local da comunidade, além de constituir, ainda, um caráter de organização familiar. Em razão disso, os camponeses obtêm os lucros para manter sua sobrevivência.

## **A atual situação da produção artesanal da rapadura na Comunidade Rural**

Na agricultura canavieira, dentre as comunidades que compõem o município de São João da Ponte - MG, João Moreira é uma das áreas que se destaca na produção de rapadura, sendo, na região, uma produção que, simultaneamente,

cumpre dois papéis: a base alimentar da família e a fonte de renda camponesa. Assim, pode-se inferir que a quantidade de engenhos instalados, como mencionado anteriormente, vem contribuindo para o sustento das famílias.

Desde o início da formação da Comunidade, segundo os moradores, a produção de rapadura sempre foi contínua. Com o passar dos anos, houve um aumento na fabricação, no entanto, a realidade que os camponeses vêm enfrentando nos últimos tempos é a dificuldade de manter essa produção, pois a “falência” da agricultura local é o fator determinante de decadência da baixa produtividade de rapadura na comunidade. Tal afirmação baseia-se, sobretudo, nas longas estiagens, pois, aqueles que não conseguem irrigar sua produção, acabam tendo uma queda na produção. Por isso, nosso interlocutor utiliza o termo “falência” ao analisar a produção da rapadura.

No decorrer dos trabalhos de campo, os camponeses elencaram alguns desafios dessa produção camponesa, como a venda desse produto no mercado, a falta de investimento e os projetos governamentais em prol do aumento da produção. Todavia, o desafio mais enfatizado por eles é a “falência da agricultura”, que está associada à falta de chuva, pois, em toda a região, há um longo período de estiagem, o que acarreta em uma grande dificuldade em cultivar a cana-de-açúcar, sendo esta principal matéria-prima da rapadura.

Nessa perspectiva, é imprescindível destacar que a região do Norte de Minas Gerais inclui-se no semiárido brasileiro, assim, corresponde a um baixo índice pluviométrico e irregularidades de chuvas que causam a seca de longos

períodos. Moreira (2016, p. 18) salienta:

Além de o norte de Minas Gerais integrar parcialmente a região semiárida brasileira, essa região também é aquela que possui a menor precipitação pluviométrica anual do Estado, com variação média entre 700 mm a 1200 mm. Todavia, mesmo que esses valores de precipitação médios anuais se apresentem bastante altos para caracterizar a região como árida, sua a variabilidade é considerável, uma vez que, atingem um coeficiente de variabilidade anual na ordem de 35% a 40%.

Conforme Ninerr e Brandão (1989), no Norte de Minas, de um modo geral, as chuvas se concentram entre os meses de outubro a março; os meses de novembro, dezembro e janeiro são os mais chuvosos, de modo que o período mais seco se concentra entre junho e agosto.

Carvalho et al. (2008) completam que, no período seco, a deficiência hídrica é mais prolongada e intensa, apresentando de cinco a seis meses de déficit de chuva, tendo cerca de 900 milímetros. Contudo, o problema da região não é o baixo índice de chuvas, mas sim a grande evaporação, que varia de 1000 a 3000 milímetros anuais, o que pode impedir a infiltração e, por consequência, o armazenamento de água subterrânea.

Salienta-se também que o município de São João da Ponte-MG compõe uma base hidrográfica que faz parte da bacia

do Rio Verde Grande, tendo como principal rio que drena o município o Rio Arapuim. A bacia do Rio Verde Grande é afluente na margem direita do rio São Francisco que, em partes do seu percurso, faz limite com o estado da Bahia e Minas Gerais.

É de relevância destacar que “sua bacia tem área de 31.410 km<sup>2</sup> que abrange oito municípios na Bahia (13% da área total) e 27 municípios em Minas Gerais (87% da área total). A população é de 741,5 mil habitantes (ano de 2007), que corresponde a cerca de 5% da população total da bacia do São Francisco” (ANA, 2011, p. 1). Todavia, na comunidade, não há nenhum rio ou córrego que possa contribuir com a produção agrícola dos camponeses, daí a tamanha necessidade da chuva nas plantações.

Como já mencionado, a cana-de-açúcar é a principal matéria-prima da rapadura, assim, é imprescindível que tenha uma boa colheita para obter renda satisfatória para as famílias. No entanto, o seu manejo em João Moreira é de base artesanal: o plantio é feito com técnicas que eram usadas pelos antepassados sem utilizar nenhum tipo de ferramenta mecanizada e produtos agroquímicos, tendo uma adubação natural para o crescimento da cana-de-açúcar.

Segundo os camponeses entrevistados, a plantação de cana-de-açúcar é totalmente manual, o seu cultivo advém dos mais antigos e é passado de pai para os filhos. Assim, desde criança, ao acompanhar os adultos nas roças, eles adquirem experiência, tornando essa prática uma herança de aprendizado que resulta em um domínio de saberes para cuidar do ambiente que os cercam, seja ele físico ou

biológico. Nesse intuito, Barbosa, Valentini e Faria (2016, p. 388) relatam as características e o desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar.

A lavoura de cana-de-açúcar é uma atividade agrícola classificada como semipermanente, que se exaure ao longo de vários anos de produção. A longevidade do canavial decorre basicamente das características biológicas das variedades plantadas, dos nutrientes do solo e das condições e climáticas. A capacidade de rebrota da planta possibilita vários cortes, porém, a cada corte, a produtividade da cana decresce.

Diante disso, em João Moreira, nos anos de 2006 a 2017, houve um período de boa produção, mas, logo em seguida, houve uma queda. De acordo com os camponeses, antes mesmo do ano de 2006 e até o ano de 2010, a produção era alta, surgindo até projetos, como, por exemplo, a entrega de rapaduras nas escolas. Isso favorecia e gerava lucros na produção. No entanto, a partir do ano 2011, os camponeses passaram a vivenciar uma situação de déficit por consequência da estiagem que percorre a região. Na entrevista aos camponeses, José Maria Pereira de Siqueira, de 77 anos, destaca:

A queda na produção foi por causa da cana, teve pouca chuva. Pois fico 6 anos seco, chovendo pouco mais choveu. Já esse ano de 2017 que foi ruim de chuva

a cana enfraqueceu muito, produzia pouco. Ai a produção é assim tem um ano que rende, já tem outro que não rende nada e tem ano que cê não colhe nem que for mais pouco. Igual uma lavora tem um ano que cê colhe tem outro que não. Mas, a cana todo ano colhe nem que for mais pouco sai. (sic)

Outro camponês, de 55 anos, Joares Soares Carvalho, relatou o mesmo problema da queda de produção e disse que ainda tem esperança de voltar a ter uma boa safra.

Faz uns dois anos que está parado. Por causa da chuva, inclusive nois plantamos dois anos quase seguidos, perdeu, agora esse ano que Deus ajudou que choveu. A causa de não ter cana é da chuva mesmo, a gente plantava e não chovia. Mas esse ano, com fé em Deus, nois planta e no ano que vem vai ter retorno. Pois, é uns dois anos, planta em um no outro já do resultado. (sic)

Em vista disso, para os camponeses, é evidente que a estiagem é a principal adversidade encontrada no processo de plantio, que pode resultar na baixa produtividade canavieira, o que compromete a execução dessa atividade como fonte de renda econômica da população que produz rapadura na comunidade.

Porém, vale ressaltar que a principal barreira encontrada não é somente a estiagem, mas, também, a informalidade na comercialização e a pouca atuação do governo para melhorar

e ampliar a produção da rapadura na Comunidade Rural de João Moreira.

Em síntese, os camponeses da Comunidade Rural de João Moreira caracterizam-se com os traços da cultura local, como hábitos, saberes, costumes e tradições próprias, sendo vivenciada por cada geração que ali convive e recria-se cotidianamente. Assim, o processo artesanal da rapadura, uma das riquezas culturais da Comunidade Rural de João Moreira, firma-se nesse território e, mesmo diante das dificuldades na produção, busca se adaptar e construir um modo de vida sem deixar de demonstrar a sua característica.

## Referências

ANA, Agência Nacional de Águas. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande Relatório Síntese**. Brasília: ANA, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1992.

BARBOSA, Bruno da Silva; VALENTINI, Carla Maria Abido; FARIA, Rozilaine Aparecida Pelegrine Gomes de. Manejo socioambiental da cana-de-açúcar e produção de rapadura na comunidade de Varginha, em Santo Antônio de Leverger, MT, Brasil. **INTERAÇÕES**. Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 384-397, jul./set. 2016.

BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**: subprogramas, 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 13 de 29 de junho de 2005**. Diário Oficial da União. Brasília, 30 de junho de 2005.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; SILVA, Mariana Sacha Nogueira. Desenvolvimento da Agricultura em Quintais Urbanos. **Revista Tocantinense de Geografia**. Araguaína (TO), 2017.

CARVALHO, L. M. T. et al. **Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais**:componentes geofísicos e bióticos. Lavras: UFLA, 2008.

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. MutambaGuazumaulmifolia. **Circular técnica**. Colombo-PR, 2007.

CRUZ, Tayne Pereira da. **A produção artesanal de rapadura na Comunidade de João Moreira no município de São João da Ponte-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Montes Claros: UNIMONTES, 2018.

FEITOSA, Patrícia Cristina Leite. **A cachaça como identidade cultural**. 2005. 70 f. Monografia (Curso em Turismo, Cultura E Lazer) - Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, 2008.

MOREIRA, Adriana Aparecida. **Análise da seca/ estiagem no Norte do estado de Minas Gerais a partir de dados MODIS**. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Programa de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS Porto Alegre - RS, 2016.

NASCIMENTO, Marcelo Rodrigo Mendonça do. Dossiê Técnico Processamento da Rapadura. CDT/ UnB. **Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas - SBRT**, 2007. Disponível em: <<http://www.panelamonitor.org/media/docrepro/document/files/dossie-tecnico-processamento-da-rapadura.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

NIMER, E. & BRANDÃO, A. M. P. M. **Balço hídrico e clima da região dos cerrados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. In: FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999a.

OLIVEIRA, Dario Alves de; MOREIRA, Patrícia de Abreu; JÚNIOR, Afrânio Farias de Melo; PIMENTA, Marcio Antonio Silva. Potencial da biodiversidade vegetal da Região Norte do Estado de Minas Gerais. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 8, n.1- p. 23-33, jan/jun. 2006.

OLIVEIRA, Jailma Carvalho de; NASCIMENTO, Ronaldo de Jesus; BRITTO, Waldenir Sidney Fagundes. Demonstração dos custos da cadeia produtiva da rapadura: Estudo realizado no Vale do São Francisco. **Custos e @gronegócioonline**. v.3, Edição Especial, p. 79-99, maio, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**. São Paulo. v.23 (Supl.1), p.1-58, 1993.

SAMPAIO, Matheus de Almeida Prado. **360°- O período do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil**. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).São Paulo: FFLCH, 2014.

# A SANTA DA PEDRA DE SÃO JOÃO DO PACUÍ: apontamentos sobre a Festa a partir das narrativas romeiras

Ana Lúcia da Silva Almeida  
HeiberleHirsberg Horácio

---

## Apresentação

“É só entrar no ônibus pra vim para Santa da Pedra que a gente já sente melhorar o corpo”.

Romeira de Brasília de Minas em romaria à Festa da Santa da Pedra.

“A festa é muito mais do que a festa”.  
Jean Duvignaud.

“Vale dizer, portanto, que as manifestações festivas marcam os tempos fortes, os momentos culminantes, as alternâncias de ritmo e de intensidade da vida individual e coletiva, a periodicidade das passagens, articulando tradição e modernidade, passado e presente, lançando perspectivas de porvir, mostrando-nos que a vida pode ser uma efervescente experiência de gozo e de dissipação”.  
Léa Freitas Pérez.

Este artigo objetiva tecer apontamentos sobre a Festa da Santa da Pedra da cidade de São João do Pacuí e, indiretamente, sobre o “tipo de relação de devoção” estabelecida com a Santa da Pedra, mobilizando, para tanto, as falas e narrativas de um grupo de romeiros e romeiras do Norte de Minas que vai anualmente à Festa da Santa da Pedra.

Inicialmente, vale destacar, a respeito da categoria Festa, da sua relação com a religião e das reflexões sobre Festas Religiosas, que muitas são as possibilidades de abordagem desses temas, até porque, como diz a grande especialista e festeira Léa Freitas Peres, “a festa pode ser tomada em perspectiva (festa-fato) ou como perspectiva (festa-questão)”. Segundo ela:

Na teoria antropológica clássica, a festa é tomada, via de regra, como objeto/fato, sendo estudada sob a rubrica ritual religioso e em termos estrita e estreitamente descritivos, no máximo podendo ser utilizada como elemento/índice para elaboração de quadros classificatórios, logo é tomada em perspectiva, isto é, remetida e referida a algo que lhe é exterior e do qual não passa de epifenômeno. É o que eu chamo de festa-fato. Dificilmente é apreendida como perspectiva propriamente dita, o que chamo de festa-questão. (AMARAL, e tal. 2012, p.23).

Este trabalho, em uma abordagem bem mais simples do que aquela da festa-questão, magistralmente sugerida pela autora supracitada, talvez, no máximo, aproxime-se da

possibilidade de observar a festa como perspectiva. No entanto, consideramos que nem por isso este artigo perde em importância, uma vez que a sua relevância está no fato de que ele procura contribuir com apontamentos e reflexões acerca de uma manifestação sobre a qual existem raríssimos trabalhos, sobretudo no âmbito acadêmico.

Ainda com relação à festa – esse “ritual ou configuração de rituais cujo acontecimento se opõe à rotina e coloca as pessoas, as instituições e a própria vida social, diante do espelho fiel ou invertido do que são, quando não são a festa...” (BRANDÃO, 2018) –, a peculiaridade deste trabalho está na sua tentativa – e realmente “só” se trata de uma tentativa – de “estar na festa conversando com os romeiros”, ou seja, observando e descrevendo as falas e narrativas que eles apresentam sobre a Festa, sobre o ato romeiro e sobre o modo de devoção à Santa da Pedra.

Vale ressaltar que este trabalho procurou observar<sup>73</sup> as falas e narrativas dos romeiros, buscando se afastar dos sentidos “cristalizados” dos termos, como, por exemplo, o de sagrado que, conforme o cientista da religião Frank Usarski, é tomado como inequívoco e universal. Este trabalho, seguindo as recomendações do próprio Frank Usarski, com relação ao sagrado, procurou observar os sentidos no “mundo religioso empírico” (USARSKI, 2006). Além

---

<sup>73</sup> No trabalho original (2017), que deu origem a este artigo, foi realizada uma etnografia, bem como a exposição detalhada do procedimento metodológico para a relação e observação dos romeiros, que não foram trazidos aqui pelo limite do espaço do artigo. Ademais, no trabalho original, houve também o acompanhamento dos romeiros da cidade de Coração de Jesus. Vale destacar que este artigo não é só uma redução do trabalho original, mas que ele possui acréscimos e reflexões que o original não apresenta. Por fim, informamos que os nomes originais das pessoas citadas nesse trabalho foram substituídos por nomes fictícios.

disso, também segue as recomendações de Carlos Alberto Steil, grande estudioso das romarias que, em seu trabalho, procura “[...] mostrar como os romeiros interpretam o seu mundo, conferem-lhes significados e lhe infundem emoção a partir de uma determinada experiência religiosa” (STEIL, 1996, p.13); neste caso, a Festa da Santa da Pedra.

## A Festa e a Santa da Pedra de São João do Pacuí

A cidade de São João do Pacuí, sede do distrito de Santa da Pedra, está localizada no Norte do Estado de Minas Gerais, a 108 quilômetros de Montes Claros, principal cidade dessa região, e a 27 quilômetros de Coração de Jesus. São João do Pacuí obteve sua emancipação política em dezembro de 1996, quando foi desmembrada do município de Coração de Jesus. Contudo, antes de se tornar cidade, o município era um vilarejo chamado Ressaca, depois chamado São João da Barra, “devido aos riachos de água Branca e Brejão, desaguarem no rio Sumidouro, que por sua vez banha a região<sup>74</sup>”, e, só em 1912, já como distrito, passou a se chamar São João do Pacuí, sendo que Pacuí é o nome do maior rio que banha a região.

O distrito de Santa da Pedra, que fica localizado no município de São João do Pacuí, tornou-se popularmente conhecido e visitado por possuir, na igreja do povoado, uma pedra na qual muitas pessoas dizem enxergar algum santo ou alguma santa.

Pessoas vão ao local constantemente agradecer as

---

74 Site: <http://saojoaodopacui.mg.gov.br/> (acessado em 31/10/2019).

diversas “graças” que eles acreditam terem sido concedidas por intermédio de um santo ou de uma santa que possui a sua imagem na Pedra. É importante destacarmos que a festa realizada no distrito é em homenagem a São João Batista, todavia, cada romeiro e devoto, ao olhar para a Pedra da Santa da Pedra,relata estar vendo um santo ou santa diferente. Ou seja, o romeiro ou devoto olha a Pedra e diz ver nela o santo ao qual ele tem devoção.

A festa em homenagem a Santa da Pedra acontece no último final de semana do mês de agosto, quando há uma grande celebração, com programação durante todo o dia. Na programação,há atividades como: missa na igreja, missa campal, adoração, batizados e shows musicais. A festa reúne devotos e romeiros de várias cidades vizinhas, que fazem o percurso a pé, em excursões de ônibus, a cavalos e ciclistas. Alguns vão para agradecer, outros para pagar promessas e, ainda,há outros que vão à Festa por lazer.

E, assim, o povoado segue em festa(s)desde o final do mês de agosto e durante o mês de setembro - o “mês das romarias” como é chamado. Durante todo o mês, o povoado recebe romeiros e, nos finais de semana, acontecem as celebrações. Nas festas há contações de lendas e histórias pelos moradores. Segundo o Padre Pedro Felipe de Nunes, da Paróquia do Santíssimo Coração de Jesus, da cidade homônima, o povoado não possui nenhum livro referencial que narra sua história completa e, assim, é pela tradição oral que os moradores a vão recontando.

E, também assim, de forma oral, foi nos contada a história da Santa da Pedra, pela Sra. Terezinha Assis Oliveira, que

possui 73 anos, é casada, residente e domiciliada no povoado de Santa da Pedra. Segundo ela, desde quando ela tinha doze anos e se mudou para o povoado de Santa da Pedra, já existia a história por ela contada, que ela afirma ter ouvido dos moradores antigos de lá. Desse modo, Sra. Teresinha nos narrou a história a seguir que, embora longa, vale a pena ser trazida na íntegra<sup>75</sup>.

Há quase um século um vaqueiro do Sr. Quincas Nunes, um fazendeiro daquela região, saiu para campear a procura de uma vaca. No momento que saltou um caminho fundo, tendo a barrigueira da sela e enquanto consertava, o vaqueiro avistou a pedra, a qual chamou sua atenção, levou a notícia ao patrão e pediu a pedra. A princípio, o Sr. Quincas autorizou, mas ao ver a pedra e observar que se tratava de uma pedra atrativa, pois tinha um desenho, não a deu ao vaqueiro. Levou a pedra e colocou em um dos quartos de sua fazenda; ao voltar no dia seguinte a pedra já não estava lá e constatou-se que a pedra teria retornado ao seu local de origem. Tendo, por diversas vezes, tentado retirar a pedra do lugar, contudo, ela sempre retornava. A partir daí, perceberam que existia algo de misterioso na pedra, pois era um milagre ela retornar várias vezes ao lugar.

Espalhou-se a notícia pelo povoado, e o povo do lugar passou a adorar a pedra. Colocaram um cruzeiro bem alto com uma chapinha de metal e ali se iniciou

---

<sup>75</sup> Optamos por trazer na íntegra a narrativa pela poética e potência descritiva e pelo valor simbólico e metodológico.

os primeiros sepultamentos dos mortos dali próximo. Depois, com o tempo, o cruzeiro caiu na chapa marcava 1918, depois disso foi construído uma capela cobrindo a pedra e depois foi feito uma mesa quadrada que servia de altar e assim começaram as devoções. O povo acendia velas, cumpria promessa, levava flores, objetos de cera, um dia a pedra pegou fogo danificando todinha.

Depois de muito tempo, chegou aqui na cidade a Sra. Maria Augusta Veloso, que foi a primeira professora da região, e ela, juntamente com um grupo de moradores antigos, não me recordo os nomes, foram à casa do Sr. João de Saturna. Na época, ele era o proprietário das terras onde se encontrava a pedra, ele estava muito adoentado, pediu a Sr.<sup>a</sup> Maria Augusta Veloso para zelar pela pedra e ele autorizou.

No ano de ela conseguiu fazer uma capela e as pessoas se reuniram debaixo de árvores ao redor da capela. Depois, ela passou a fazer leilões, bingos, como era chamado, para tentar fazer a igreja e então o Sr. Januário Malveira doou um pedaço de terra, em 1954, ela fez a capela. Disse que para conseguir levar essa pedra deu trabalho, pois o povo era supersticioso, falava que quem carregasse morreria e ela voltava pro lugar de origem. Então, depois carregaram em uma padiola, onde saíram em procissão, com rezas, cantos e soltaram rojão e conta-se que o povo ficou sem dormir para ver se a pedra voltava para o lugar e até hoje a pedra se encontra na igreja.

Até nessa época todos chamavam de

“Santa da Pedra” o Padre Colatino dizia que o desenho era “São João”. O bispo então marcou a festa para o dia 29 de agosto, dia da morte de São João Batista; que depois foi mudado para o último sábado do mês.

E assim ouvi contar e estou repassando

Depois do relato acima, a Sr.<sup>a</sup> Terezinha Assis Oliveira contou, ainda, que todos os moradores do local possuem uma cópia de uma versão dessa história, que ela diz “saber de cor”. Teresinha afirmou também que, com o tempo, a pedra foi sendo adaptada para não mostrar suas imperfeições e a igreja também foi modificada, na estrutura e no altar.

Muitos romeiros vão ao distrito durante a festa para cumprir suas promessas. Acendem velas, locomovem-se de porta da igreja até o altar, outros vêm de lugares longes a pé, trazem *ex-votos* como forma de pagamento de promessas e os expõem na sala destinada a esse fim. Por isso tudo, nos dias da Festa, as filas se estendem por toda a igreja, durante todo o dia. Há também os que levam barracas e acampam no povoado para permanecerem mais dias.

Foi criada no distrito uma casa dos romeiros para dar suporte aos visitantes e foram construídos banheiros para uso das pessoas. Ademais, a igreja também vem sendo constantemente ampliada. A missa campal, que é celebrada em frente à igreja, é realizada à noite pelo fato de que nesse horário há um número maior de pessoas. A comemoração após a missa é realizada no campo de futebol há alguns anos, uma vez que o local é mais amplo. A festa da Santa da

Pedra é organizada pela prefeitura da cidade e tem o apoio da paróquia da igreja que abriga a imagem da Santa, além de contar com o apoio dos moradores que, pelo que ouvimos, ficam animados para receberem os romeiros.

## Romeiros, peregrinos e a Festa da Santa da Pedra

As romarias e peregrinações são expressões que constituem o multiverso católico, mas não só ele, e que são consideradas distintas por alguns autores.<sup>76</sup> Segundo o antropólogo Carlos Alberto Steil, por exemplo, “[...] o termo ‘peregrinação’ é mais abrangente e alcança as práticas rituais de religiões mundiais como o Judaísmo, o Islã, o Budismo e o Hinduísmo. Alcança também a experiência dos indivíduos que percorrem um caminho interior em busca de autoconhecimento”. (STEIL apud ABUMANSUR, 2013, p. 617). Já a romaria, pode ser um percurso “[...] associado a deslocamentos de curta distância, com maior participação comunitária, nos quais se combina aspectos festivos e devocionais. As romarias são associadas ao polo popular tradicional”. (IDEM, p. 617). Segundo o importante estudioso Pierre Sanchis, “[...] a romaria é um caminhar muitas vezes penoso, doloroso, mas cheio de encantos, imersão em uma natureza selvagem e encontros lúdicos no caminho até a concretização da apresentação e presença do peregrino a um santo”. (SANCHIS, 2006, p. 86).

---

<sup>76</sup> “A distinção entre peregrinação e romaria tem sido objeto de alguns estudiosos do fenômeno nas Ciências Sociais brasileiras pelo fato, talvez, de que somente em português e espanhol exista a palavra romaria, originalmente usada para designar a peregrinação a Roma. Embora toda romaria seja também uma peregrinação, tem-se buscado atribuir uma palavra ou outra à maneira como se dá o fenômeno”. (ABUMANSUR, 2013, p.617).

De acordo com o pesquisador Denílson Meireles, a romaria “[...] é uma manifestação popular que pode ser feita por grupos de diversas pessoas ou grupos menores, ou por caminhoneiros, que mesmo sozinhos, partem em visitação a um lugar para cumprir seu voto de f e”. (MEIRELES, 2015, p.74).

H a casos em que as romarias são feitas em condi es precárias, os romeiros saem de longe, muitas vezes de ônibus, a cavalo, de caminhões e até andando. Essas viagens demoram dias, levando os romeiros a passar sede, fome, frio, dores pelo corpo e, ainda assim, seguiem em seus destinos. Ao chegarem ao destino, atribuem vários significados e têm diferentes reações, como deslumbramento, encanto e êxtase, conforme relataram os romeiros acompanhados por nós.

Sobre o comportamento e a prática do peregrino/romeiro, segundo Pierre Sanchis, “[...] se existir antropologicamente uma estrutura romeira, as peregrina es, todas obedecerão a um mesmo princípio, mas de mil maneiras diferentes”. (SANCHIS, 2006, p.91). E sobre estrutura romeira escreve:

Alguns traços parecem corresponder a seu dinamismo tendencial: procura caminhante do Sagrado; rela o ativa com o espaço, o lugar longínquo, a alteridade visada pela transforma o de si. Para mais vida, haurida na conjun o ativa com uma força meta-quotidiana, Natureza habitada por uma terceira dimensão ou SuperNatureza. Sentido, que d  força para retornar, transformado,   vida comum.   pela presença tensional desses traços que pode reconhecer-se a

“estrutura romeira”. Presença dinâmica, que, em si, não “define” nenhuma realização concreta. Pois para tornar-se “real” toda estrutura precisa articular-se a outras numa dada situação. (SANCHIS, 2006, p.91).

Levando em considerações reflexões sobre romaria supracitadas, “caminhamos<sup>77</sup>” em sentido à Festa da Santa da Pedra, com um grupo de romeiros da cidade de Brasília de Minas, cidade do Norte de Minas Gerais.

### Romeiros de Dona Andréia de Brasília de Minas<sup>78</sup>

A romaria que foi acompanhada até a Festa e durante a Festa possui como organizadora a senhora Andréia. Segundo Dona Andréia – como é chamada por todos, que tem 59 anos, é viúva e mãe de três filhos – , “a romaria à Santa da Pedra já virou tradição na cidade, comecei a fazer e desde então vou todo ano”.

Dona Andréia relata que fica ansiosa esperando a data chegar para voltar ao lugar, pois, para ela, “aquele lugar é um lugar santo, já recebi uma graça que foi a cura de um problema de coluna sério que eu tinha, hoje até danço forró”,

---

<sup>77</sup> Viajamos com esse grupo de romeiro e o acompanhamos durante a festa do ano de 2016. Optamos, devido ao tamanho do texto, por não inserir os procedimentos metodológicos da etnografia realizada, inserindo as falas dos envolvidos diretamente. No trabalho completo que deu origem a esse artigo também foi acompanhado um grupo de romeiros da cidade de Coração de Jesus.

<sup>78</sup> Também conhecida carinhosamente como Brasilinha, é um município localizado também no Norte do Estado de Minas Gerais. Foi fundado no ano de 1894 e possui uma população de 31.221 habitantes, conforme dados do IBGE de 2010. Em Brasília de Minas a festa da cidade é comemorada no final do mês de julho.

diz emocionada. Ela relata que sua primeira ida à Santa da Pedra foi com os tios, ocasião em que pediu “a graça” que foi alcançada. De acordo com ela, no ano seguinte, voltou para agradecer, levando um ônibus cheio de pessoas. Desse ato iniciou sua romaria à Santa da Pedra.

Nos depoimentos de Dona Andréia e através de nossas observações, vimos que muitos romeiros vão preparados, levando comida e roupas para se trocarem, já que participam de todas as celebrações da festa. Andréia menciona que os romeiros só voltam após a missa noturna de finalização da festa. De acordo com Dona Andréia, “essa maratona desgasta demais os mais velhos, fica meio desgastante e cansativo”.

Para Dona Andréia “esse cansaço talvez seja o ponto principal para alcançar a graça”. Contudo, segundo ela, “independentemente de fazer sacrifício, só de ir à Santa da Pedra a obtenção da graça é garantida, embora seja fundamental a participação nas celebrações, pois cada momento é um momento único e muitas graças acontecem a todo o momento”. Andréia relata que, entre todas as celebrações, a missa de fechamento da festa é a celebração a que ela nunca falta. Diz “voltar da festa renovada”. A festa, segundo informa, é em homenagem a São João do Pacuí, embora ela veja na pedra “a imagem de Nossa Senhora, e que cada pessoa vê um santo diferente no qual tem fé, mas a maioria dos romeiros da sua excursão vê a imagem de São João”. Dona Andréia afirmou que esse “passeio é uma viagem santa” e que fazem como forma de agradecimento às graças recebidas.

Vale destacarmos que, segundo Dona Andréia, nem todos

os romeiros vão com o mesmo objetivo. Alguns romeiros vão porque querem pagar promessa e outros agradecer. Há ainda os que vão para se divertir e nem participam dos eventos. Ela conta que o momento de encontro para a viagem é um momento festivo e de muita alegria, pois se abraçam, cantam, rezam, “na maior animação”. Diz ainda que o horário da chegada a São João do Pacuí é “sagrado”, pois não podem atrasar para a primeira missa e a entrada na igreja a tempo é o mais importante. O grupo de Dona Andréia entra na igreja e se ajoelha no altar. Alguns param na entrada do povoado de Santa da Pedra e seguem descalços até a igreja.

Para Dona Andréia,

Romaria é uma viagem de fé e gratidão; peregrinar é uma forma de agradecer a Deus por tudo, assim, eu acredito que o sacrifício é o ponto forte para se encontrar a graça; então, por isso é preciso ir além, se sacrificar para se obter a graça por Deus. Nas escrituras sagradas fala que a gente tem que fazer a nossa parte pra ele nos ajudar, temos que fazer por merecer.

### **Juntos na romaria de Dona Andréia de Brasília de Minas**

No dia 17 do mês de agosto, por volta das 04h30 da manhã, dirigimo-nos à residência de Dona Andréia, organizadora da romaria da cidade de Brasília de Minas. Ao chegarmos, fomos acolhidas por ela e seus familiares, que estavam terminando de se arrumar para aguardar a chegada dos romeiros, que chegaram ao local às 04h40.

A primeira a chegar foi a Sr.<sup>a</sup>Mendinha, juntamente com a Sr.<sup>a</sup>Maria Jô. Após a chegada dessas senhoras, vieram outras romeiras, uma família de oito pessoas, jovens e quatro idosos. Eles chegaram rezando o terço, fizeram uma pausa e deram “bom dia”. E assim, foram chegando mais pessoas, como uma senhora que trazia fotos nas mãos; outras traziam chaves de carro e de moto, “bonecos de resina”, quadros de familiares, velas e flores.

Após todos os romeiros entrarem no ônibus e se acomodarem, Dona Andréia entrou e, embora todos já a conhecessem, ela fez a sua apresentação e apresentou o “roteiro”. Na sequência, Dona Andréia rezou um “Pai Nosso” e três “Ave-Marias”, dando início ao terço. Seguimos em viagem, rezando o terço e cantando músicas de louvor. Observamos que os romeiros cantavam entusiasmadamente, depois alguns começaram a conversar no ônibus.

Em conversa com a romeira Mendinha sobre a viagem à Santa da Pedra, ela nos disse:

Olha, desde que Andréia iniciou essa viagem à Santa da Pedra, eu vou. Esse santo é milagroso. Já fui curada de uma gastrite, problema de coluna, toda graça que eu peço com fé sou ouvida; esse clima da viagem é muito bom, eu gosto de ir para participar das celebrações e pagar minhas promessas.

Aproximamo-nos, após conversarmos com Mendinha, da senhora Maria Gonçalves, que estava na poltrona ao lado e que, ao observar a nossa conversa, optou por participar. Diante disso, ela falou: “É prazerosa a viagem à Santa da Pedra

porque a santinha é muito boa, já vim sete anos; sempre que venho peço uma graça e venho pagar a promessa, dessa vez eu vim agradecer uma cirurgia de apendicite e pedi à Santa da Pedra para me ajudar; nem de repouso precisei ficar”. Ela nos disse, também, que a graça tinha sido concedida por São Joao Batista e Deus. Conversando sobre qual o ritual ela considerava mais importante, ela mencionou: “A adoração, eu me entrego nos braços de Deus, fico leve como se todos os meus pecados tivessem sido perdoados”.

Iniciada uma conversa coletiva, o senhor Mario Fernandes também falou do seu motivo para ir à Santa da Pedra: “Eu já fui à Lapa, na Serra, mas ia só pra fazer companhia para minha mulher. Chegando aqui é que mudei de ideia. Quando pontei na porta, vi São Sebastião e pedi a cura do meu filho que só vivia embriagado; tá com três anos que ele parou de beber e a partir daí num perco um ano, né”.

O que também nos chamava a atenção era o fato de eles não se “importarem” com nossa aproximação, ao contrário, ficavam entusiasmados em expressar seus sentimentos e suas histórias. Segundo eles, era uma honra grandiosa ter esse contato com o Santo, demonstrar que seus pedidos foram ouvidos e que foram agraciados na Santa da Pedra por intermédio do seu santo de devoção.

Nesse movimento de falarem sobre suas motivações, Ana Maria respondeu: “Eu vim porque Dona Andréia me chamou, na verdade não acreditava, achava que o povo tava inventando histórias. No dia da viagem, eu tava até de virose, mas vim assim mesmo. Chegando aqui Nossa Senhora Aparecida estava no altar. Dá arrepio até hoje! Na

hora, lembrei-me de uma dor no estômago que eu sentia. Daquele dia pra cá nunca mais senti nada; parece que essa viagem é santa”. Continuou ela: “então minha motivação é a viagem, eu acho que foi pelo sacrifício que consegui a graça, há seis anos que venho à Santa da Pedra”.

Fomos, então, aproximando-nos dos romeiros e conversando com aqueles que estavam dispostos como, por exemplo, o senhor Paulo, que falou que estava proibido de fumar e que não conseguia parar. Paulo disse que, no dia que veio à Santa da Pedra pedir a ela para olhar por ele, nesse mesmo dia parou de fumar. Paulo relatou que faz quatro anos que não fuma e “para a graça de Deus não fumarei mais”.

Importante mencionarmos que, enquanto conversávamos com os romeiros, os demais continuavam a cantar. Dando continuidade aos nossos diálogos, conversei com Dona Maria Jô, que falou: “É só entrar no ônibus pra vim para Santa da Pedra que a gente já sente melhor o corpo”. Ela relatou que sentia dores no joelho, e disse: “Pedi à Santa da Pedra pra me curar e nunca mais senti dor”.

Já o romeiro Matheus, de 48 anos, disse-nos que vai a passeio à Santa da Pedra e que as coisas dão certo para ele no ano em que ele para lá e que, de acordo com ele, “se faltar um ano as coisas desandam. Santa da Pedra quer que todo ano vamos homenageá-la”. Ao ser perguntado se havia alcançado a “graça”, ele respondeu: “Pra mim só deu estar vivo e ter saúde pra vim todo ano, é uma graça linda demais, peço só vida e saúde pra mim e minha família”.

Ao conversarmos com Dona Margarida, 66 anos, ela nos

disse que “desde que se conhece por gente participa de coisas na igreja, pastorais”. Dona Margarida disse ainda já ter ido a vários lugares em encontros e romarias, e que a romaria à Santa da Pedra para ela é diferente. Destacou que a viagem é voltada à oração. Nas palavras de Dona Rosa: “Eu sinto-me realizada ao chegar na Santa da Pedra e ver a imagem de São João Batista na Pedra; eu já recebi inúmeras graças, cura de depressão, de problemas de enxaqueca, gastrite e todo ano venho agradecer as graças recebidas”.

Conversamos também com o senhor Pedro, que nos disse: “Olha, eu vim como convidado o ano passado e duvidei quando me contaram que tinha a Santa na Pedra. Mas a hora que pontei na porta, vi São José; uns falam que é São João, mas eu vi São José, sou devoto a ele e desde então todo ano, com a graça de Deus, quero vim”.

Depois conversamos sobre a motivação da participação na romaria com uma jovem, Letícia Silva, de 22 anos, que nos disse: “Há três anos vou à Santa da Pedra, vou mais para comprar roupas; lá tem muitos camelôs e as roupas são baratinhas, e também ganho um dia de folga no serviço”. Ao responder se participava de algum ritual, ela respondeu: “Participo só das missas, mas existe a imagem da Santa na Pedra mesmo, é verdade”. E, ao comentar se tinha recebido alguma “graça”, disse: “Nunca pedi nada, pois Deus conhece os desejos dos nossos corações e sabe de nossas necessidades, não precisa pedir, basta fazer por merecer”.

## Na Festa da Santa da Pedra com os romeiros de Brasília de Minas

Como supramencionamos, acompanhamos os romeiros no caminho à Festa, mas também na própria Festa.

Ao chegarem e descerem do ônibus, alguns romeiros tiraram seus chinelos para seguirem até à igreja descalços, outros os acompanhavam calçados e seguiam rezando o “Pai-Nosso” e “Ave-marias”. A igreja ainda estava vazia, pois era muito cedo. Ela possui um altar com uma cruz no meio, a parede de frente é toda de pedra e há uma pedra grande ao meio com vasos com flores nas laterais e luzes ao redor da pedra, bem como imagens nas paredes. Alguns romeiros seguem em filas, ajoelhados; outros vão andando.

Ao nos aproximarmos da “imagem de Pedra da Santa da Pedra”, os romeiros começaram a nos dizer várias coisas, como o Sr. Gomes, de 80 anos, que ficou deslumbrado e apontando para a Pedra nos dizendo: “Olha fia, que coisa linda...arrepiei! cêta vendo São Sebastião? Tá lá olha, é bonito demais”. O Sr. Jair de 74 anos, dizia: “Ué, compadre! eu vi foi São José”. Enquanto isso, a romeira Maria Conceição também falava “eu só consigo ver Nossa Senhora Aparecida, não sei porquê”. Todos se comunicavam e diziam o que estavam vendo. A romeira Ana Silva, 66 anos, dizia que tinha visto São João Batista. Em determinado momento, os romeiros conversaram porque estavam vendo santos diferentes, embora a Festa seja em homenagem a São João Batista

Nisso, Dona Andréia falou: “Gente, deve ser porque são seus Santos de devoção, eu mesma só vejo Nossa Senhora

Aparecida porque sou devota a ela”. E assim os romeiros seguiram para o altar, onde passavam, tocavam na pedra e colocavam moedas em uma abertura localizada no meio do altar da igreja.

Em seguida, os romeiros do grupo seguiram para a sala de oração. Muitos já traziam consigo seus pedidos. Essa sala é o local em que fica o andor e uma caixa para depósito de pedidos. Observamos que vários romeiros depositavam seus pedidos ajoelhando-se de frente ao andor de São João Batista. E assim vinham todos entregar seus pedidos de “graça” e oração.

Nesse momento, observamos que a romeira Joana, de 81 anos, estava com os olhos lacrimejando. Nós a olhamos, e ela disse: “Esse lugar me traz muitas lembranças; costumava vir todo ano com meu filho e este ano ele não está comigo, pois faleceu ano passado; meu pedido é de saúde para minha família; vim pedir por cada um deles.” Abraçamo-nos, pois ela parecia bem deprimida.

O romeiro Amarildo Silva, de 48 anos, tinha nos relatado no ônibus que viera à Santa da Pedra para passear e que trazia consigo um papel com pedidos. Aproximamo-nos e ele nos disse: “Participo pouco das celebrações porque fico enfadado dentro da igreja, mas não deixo de vir nessa romaria e meus pedidos estão sempre comigo; peço por todos que não pode vim; mas, a graça, essa só conto o ano que vem, que venho pagar a promessa, porque São João não faia”.

O grupo seguiu para a sala de “pagar promessa”, onde há um veleiro com várias velas acesas. Há também

convites de formatura, cópias de carteiras de habilitação, quadros, imagens, flores e velas coloridas, bem como muitas fotografias expostas na parede e uma espécie de armário com vários objetos feitos de cera: membros do corpo, como pé, mão, braço e o próprio boneco completo. Ou seja, a sala possui muitos *ex-votos*, uma vez que, nas palavras de um dos grandes especialistas em *ex-votos* no Brasil, José Cláudio Alves:

De modo geral, em publicações ilustrativas e em dicionários, o *ex-voto* vem a ser um quadro pictórico, desenho, escultura, fotografia, peça de roupa, joia, mecha de cabelo ou outro qualquer objeto que se ofereça ou se exponha nas capelas, igrejas, cemitérios ou salas de milagres, em regozijo por graça alcançada (OLIVEIRA, 2016, p.187).

No entanto, é importante destacarmos que o próprio José Cláudio A. de Oliveira diz que o *ex-voto* não está necessariamente relacionado ao pagamento da “graça” atendida, ele também pode estar relacionado apenas ao pedido. Além disso, José Cláudio afirma que os *ex-votos* podem ser formatados como antropomorfos, zoomorfos, simples ou especiais, industrializados, tradicionais, representativos de valor, orgânicos e epigráficos (OLIVEIRA, 2016, p.189).

Na sala de promessas, os romeiros iam entrando e expondo os pertences que traziam; alguns ficavam ajoelhados. Cada romeiro tinha um tipo de comportamento:

a romeira Maria Gabriela, de 64 anos, chegou ao local com umas fotografias e as fixou na parede. Conversamos com ela sobre o motivo de ela ter colocado as fotos na parede, tendo ela nos dito: “Esses são minha família, trouxe as fotos como forma de agradecimento por eles estarem bem, quis colocar aqui porque aqui é um lugar Santo para que estejam sob a proteção de Deus e São João Batista”.

Observamos que alguns romeiros trouxeram fotos e objetos de cera. Aproximamo-nos e conversamos sobre as razões da entrega dos objetos. A senhora Cláudia, 65 anos, disse que estava pagando promessa: seu filho tinha quebrado o braço e, por temer algo grave, pediu que a Santa da Pedra tivesse piedade dele. Cláudia estava com a foto dele saudável e deixou-a como forma de agradecimento, assim como colocou o braço de cera, que simbolizava a cura do braço do filho.

Ficamos durante um tempo significativo observando tudo, depois saímos e fomos à igreja. Vimos que, na frente do local, há uma placa com o nome de uma pessoa que foi homenageada, essa pessoa seria o Sr. Luiz Gonzaga Prates, suposto doador de terras para a comunidade<sup>79</sup>.

Nos arredores da igreja, existem banheiros e uma casa de romeiros, onde ficam os padres para receber os peregrinos que querem abrigo. Fomos até ela fazer uma visita, juntamente com Dona Andréia. Nela, o padre Pedro Felipe

---

<sup>79</sup> Contudo, de acordo com a moradora Tânia Silva de 70 anos, residente e domiciliada em Santa da Pedra, ele não foi o doador das Terras onde foi construída a igreja. Acredita-se que o motivo de a placa ter sido exposta na frente da igreja seja o fato de ser o lugar mais importante do povoado. Segundo Dona Terezinha Assis Costa, a terra onde foi construída a igreja foi doada por Januário Malveira, hoje falecido.

Nunes, da Paróquia Santíssimo Coração de Jesus, localizada na cidade de Coração de Jesus, recebeu-nos.

O Padre contou que, no período da festa no povoado de Santa da Pedra, eles celebram missas todos os dias e, nos três últimos dias da festa, ele se hospeda no povoado para realizar as celebrações. Ele relatou que as missas acontecem uma vez ao mês, somente nos dias das festas e, em todos os domingos do mês de setembro ou mês das romarias, como é chamado. Segundo o padre Pedro Felipe, no mês de setembro o povoado recebe muitas visitas de romeiros de todo lugar. Em seguida, despedimos e nos retiramos para não o atrasarmos nos preparativos da missa.

Ao lado da igreja, nas ruas, havia camelôs que vendiam flores, imagens, terços, sapatos, roupas, brinquedos e outros utensílios. Havia também bancas que vendiam comidas, churrascos, bebidas, milho verde e outros alimentos. Ainda na entrada da igreja, do lado de fora, havia uma barraca da igreja, que vendia artigos religiosos (terços, bíblias, blusas, imagens, fitinhas, ímãs e chaveiros). Os romeiros ficavam curiosos para ver os objetos à venda, mas Dona Andréia pediu para ficarem na igreja, pois logo iniciaria a missa de abertura do último dia da festa e ela não queria que eles perdessem essa missa.

Depois de observarmos a dinâmica externa à igreja, entramos na igreja para continuarmos as observações. Notamos um fluxo de romeiros entrando, ajoelhando e rezando na sala de oração, que possuía uma pequena sala com um “Santíssimo” exposto e algumas imagens de anjos e vasos de flores.

Após essas observações, acompanhamos as atividades programadas para o dia de Festa. Às 07h30 da manhã, as intenções da missa começaram a ser lidas e, com isso, os romeiros foram se assentando nos bancos. A leitura das intenções da missa demonstrou que muitos romeiros haviam feito pedidos em ação de graças por alguma graça recebida e por almas de falecidos.

Na entrada da missa, estavam os ministros da eucaristia, leitores e os padres, que são da Paróquia de Coração de Jesus e se hospedam durante os dias de festa no povoado de Santa da Pedra para rezarem as celebrações. Prosseguiram com a celebração da missa com leituras, salmos, com a participação ativa dos romeiros que cantavam e batiam palmas alegremente. Em um dado momento, o padre levantou o “santíssimo” e passou no meio do povo; todos queriam tocar no “Santíssimo”. Alguns choravam, ajoelhavam e outros apenas apalpavam com as mãos. A romeira Noêmia, 53 anos, começou a chorar, ficar trêmula e muito emocionada. Após essa ocasião, houve o “momento da paz”, em que todos se cumprimentavam e muitos se abraçavam alegremente.

No momento do ofertório, os romeiros faziam filas enormes para depositarem suas ofertas. Depois, o padre, de posse de uma vasilha e uns ramos, saiu aspergindo a todos os presentes, indo até nas portas para aspergir os romeiros que não couberam na igreja, uma vez que havia muita gente em seu interior, pois essa festa reúne pessoas de vários lugares. Em seguida, o padre deu a bênção final e, às nove e meia da manhã, encerrou a celebração, fazendo avisos sobre a programação do dia: batizados das 09h30 às 11h; intervalo

do almoço de 11h às 13h; das 13h às 14h, “pregação”; das 14h às 15h30, adoração; das 15h30 às 16h, intervalo do lanche; das 16h às 17h, apresentações de folias; às 17h, procissão de velas e andor de São João Batista; e, por fim, às 19h, missa Campal.

Ao término da missa, alguns romeiros permaneceram na igreja; muitos que haviam chegado de outros locais no horário da missa dirigiam ao altar para tocar na “pedra” e, nesse horário, acontecia, na igreja, vários batizados de pessoas de vários lugares, que haviam feito promessas de serem batizados na Santa da Pedra.

Alguns romeiros aproveitavam para fazer suas compras. Assim, saíram visitando as barraquinhas, que possuíam “vários atrativos para todas as idades”, conforme a fala de uma das romeiras.

Observamos que os romeiros de Dona Andréia, às 11h, se deslocavam para dentro do ônibus, para almoçarem. Nesse momento, Dona Andréia fez uma oração do “Pai-nosso”, agradecendo pela refeição e, em seguida, pegou os alimentos que havia trazido e começou a repartir entre os romeiros. Assim, cada romeiro dividia sua porção entre os presentes. Nessa ocasião, todos partilhavam uns com os outros o que haviam trazido (farofas, arroz, frango, suco, paçoca, refrigerantes). Ficavam todos muito contentes, servindo e sendo servidos pelos demais. Enquanto comiam, faziam pequenas brincadeiras.

Depois do almoço, alguns aproveitaram para descansar, principalmente os mais idosos. Outros foram conhecer um córrego que tem na entrada do povoado, os mais jovens

principalmente. Nesse momento, aproximamo-nos de um grupo de romeiras que estava conversando sobre a festa e as mudanças ocorridas no local.

A romeira Noêmia nos perguntou se era a primeira vez que íamos à romaria. Respondi que era a primeira vez com o olhar de pesquisadores, porque, nas demais vezes, tínhamos ido para passear. Ela então passou a nos contar: “Olha, quando vínhamos pelas primeiras vezes, as estradas eram de terra, não tinha asfalto; era só poeira! Aqui não tinha banheiro, não tinha a casa acolhedora dos romeiros, a igreja era bem simples. Aos poucos, tudo foi sendo modificado; hoje tá muito bom aqui!” Conversamos sobre as motivações das romeiras, e ela respondeu: “Mesmo que era sofrido, nós gostávamos; só de estar entre os amigos, festejar, partilhar é bom demais, você viu como é gostoso nossa partilha na hora do almoço?! Isso tudo é bom demais!”.

Acrescentou a romeira Margarida: “Deus fala pra vivermos em comunhão com os irmãos e humildade; não podemos viver no comodismo de apenas ir a igreja perto de casa; é preciso um pouco de sacrifício pra Deus agradar de nós”.

Após o almoço e o descanso, por voltas das 13h, os romeiros retornaram para a igreja, pois teriam um momento de pregação com evangelizadores. Novamente, Dona Andréia reuniu o grupo de romeiros para retornarem para a igreja e pediu para não conversarem no momento da adoração do “Santíssimo”, para não tirar a atenção.

A igreja permanecia sempre lotada. As pessoas dos arredores ficavam sempre próximas a ela. Dentro, houve

a adoração ao “Santíssimo”, e as pessoas permaneciam ajoelhadas, enquanto o padre falava. Nesse momento, eram anunciadas pessoas com várias doenças e também eram anunciadas muitas curas espirituais, físicas e emocionais. Cada romeiro se manifestava de uma forma, alguns choravam muito, outros conversavam em línguas estranhas, outros ficavam em silêncio, uma senhora começou a passar mal. O padre continuou rezando até que todos se acalmaram e ficaram em silêncio.

Ao término da oração, por volta das 13h30, os romeiros saíram para “lanchar”. Houve novamente a partilha entre eles; faziam uma festa, forraram com uma toalha o bagageiro do ônibus e ali colocaram muitas comidas: bolo, biscoito, pão de queijo, doces, café, suco, refrigerantes. Todos comiam e partilhavam uns com os outros.

Às 14h30, os romeiros retornaram para a igreja para fazerem os pedidos de missa, os pedidos de oração e passearam pela igreja, já se preparando para a procissão. Nesse momento, na igreja, estavam acontecendo apresentações: “cantos de folia”. Alguns paravam assistindo às apresentações; outros continuavam a visitar a igreja; a maioria, porém, ficava um bom tempo na sala do “Santíssimo” e no altar, pois nesse momento estava menos cheio e as filas eram menores; sendo assim, o romeiro podia permanecer mais tempo.

Observamos que o tempo todo havia equipes ornamentando o altar do lado de fora da Igreja. Eles colocavam bancos, preparando o espaço para a missa campal, que aconteceria em frente à igreja, logo após a procissão.

Às 18h, iniciou a procissão. Na frente dela, quatro pessoas

levavam o andor de São João Batista, todo enfeitado com flores vermelhas e brancas. Em seguida, estavam os padres e depois os festeiros, romeiros e a multidão que seguia andando com velas acesas nas mãos. Todos seguiam cantando e rezando. Até que chegaram ao altar e assim iniciou-se a missa de encerramento da festa. A missa teve uma homilia parecida com a da missa que ocorreu pela manhã. Logo após a missa, houve um louvor de músicas religiosas com o ministério local e o padre. Os romeiros gesticulavam e cantavam com muito fervor. Também houve apresentações de um cantor regional que cantava músicas em homenagem à Santa da Pedra, com letras que falavam de “São João Batista”. Após as apresentações, o grupo de romeiros de Dona Andréia seguiu em direção ao ônibus para ir embora. Observamos que chegavam pessoas durante todo o dia e toda a noite e que, à noite, o número de pessoas aumentava consideravelmente.

As pessoas, após as apresentações, seguiram para outro espaço onde se encontrava outro palco em que haveria shows musicais durante o restante da noite. Os romeiros de Dona Andréia foram para o ônibus para voltarem para Brasília de Minas. Chegando ao ônibus, rezaram uma “Ave-Maria” agradecendo à Santa da Pedra por mais uma viagem e seguiram em silêncio. Alguns depois dormiram, pois se encontravam cansados. Chegando a Brasília de Minas, se despediram já combinando a próxima viagem.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho, traçamos apontamentos sobre a tradicional Festa da Santa da Pedra, no distrito com o mesmo nome, na cidade de São João do Pacuí, em Minas Gerais. Optamos por tecer esses apontamentos articulando-os às falas e narrativas de um grupo de romeiros da cidade mineira de Brasília de Minas, que vai anualmente à Santa da Pedra.

Acompanhamos a romaria supracitada, tanto em seu trajeto, quanto durante um dia da festa, construindo uma etnografia, que foi aqui significativamente sintetizada, até pelo espaço que o trabalho dispõe, e que objetivava registrar as falas e narrativas dos romeiros, bem como o “modo de organização” da festa e deles na festa.

Observamos em diferentes falas que, embora tenham ido de ônibus, o que não altera de nenhum modo o estatuto de uma romaria, para os romeiros, a romaria é imprescindível porque o deslocamento é o que permite o alcance do que foi solicitado. Além disso, observamos também que alguns acreditam que o sacrifício da viagem é o que possibilita “a graça”. Constatamos ainda que, além de ser uma atividade que deve ser sacrificante para que o romeiro alcance o seu pedido, muitos vão à romaria para agradecer. Ou seja, ela também é uma atividade de agradecimento, conforme a fala de vários romeiros que nós acompanhamos.

Nas celebrações, vimos que o local fica repleto de pessoas e que, por isso, existem vários procedimentos para receber as pessoas e evitar que a “superlotação” atrapalhe

as celebrações. Nos meses de agosto e setembro, datas em que ocorrem as celebrações especiais, o local recebe o maior número de romeiros, sendo que muitos participam das atividades durante todo o dia.

De acordo com a pesquisadora e festeira Léa Perez, “pelo menos desde a Grécia Antiga e Atenas, não existe cidade sem santo padroeiro, cuja festa constitui o cume de sua vida coletiva”, talvez a peculiaridade do caso da Festa da Santa da Pedra e do “modo de devoção” a ela esteja no fato de que, embora a festa carregue o nome da “santa” supracitada, a festa homenageia São João Batista. Ainda, a representação visual que os romeiros possuem ao olharem à Pedra está relacionada ao santo de que eles são devotos. Ou seja, muitos romeiros olham a Pedra e cada um deles enxerga nela o santo de sua devoção. Sobre essa relação temos desenvolvido pesquisas e reflexões específicas que estão em andamento e que mobilizam categorias específicas sobre Festa e Religião.

O pesquisador Marcelo Camurça, por exemplo, em artigo do livro *Festa e Religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais*, escreve sobre as “abordagens ampliadas e diversificadas” possíveis na relação entre essas duas dimensões, que podem, inclusive, manter um grau de independência uma da outra. (CAMURÇA, 2003, p.11). Para Camurça, as festas religiosas possuem um caráter especial e servem como momento de criação de sociabilidade, de transcendência da rotina cotidiana, expressam-se e são expressões de ritos, sacrifícios e mitos. Como observamos, e apontamos minimamente, a Festa da Santa da Pedra parece se aproximar dessa conceituação indicada pelo autor, pois, pelo menos com

relação aos romeiros que acompanhamos, cria sociabilidade entre eles, faz com que transcendam as suas rotinas – pelo que ouvimos das suas falas –, é permeada de ritos e narrativas mitológicas, bem como de sacrifícios, como eles próprios mencionam.

No entanto, preferimos finalizar este artigo com a advertência dada pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, qual seja, “não é fácil colocar uma lógica de ciência em um emaranhado de acontecimentos cuja maior virtude, possivelmente, está em procurar fugir sempre, de todos os modos, das regras da lógica da razão cotidiana”. (BRANDÃO, 2018, p. 210). Por isso, então, quando levamos em consideração, mesmo que com certo grau de aleatoriedade, as falas e narrativas dos romeiros, estando junto com eles na Festa, tentamos – não sei se conseguimos – evitar sucumbirmos totalmente ao perigo supracitado.

## Referências

ABUMANSUR, EdinSued. Ciência da religião aplicada ao turismo. In: PASSOS, João Décio; USARKI, Frank. **Compêndio de Ciência da Religião**. SP: Paulinas: Paulus, 2013.

ALMEIDA, Ana Lúcia da Silva. **A romaria à Santa da Pedra na cidade de São João do Pacuí**. Trabalho de Conclusão de curso de Ciências da Religião, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2017.

AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania; PEREZ, Léa. (Org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BARBOSA, Carla Cristina; PORTO, Cesar Henrique de Q. **Sertão: tradição, cultura e poder**. Montes Claros: Unimontes, 2018.

BARBOSA, Denílson Meireles. **Heranças de fé no sertão do São Francisco**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP no ano de 2016.

\_\_\_\_\_. **Devotos e romeiros no sertão mineiro do São Francisco: tradição, herança e memória ancestral**. In: Heiberle Horácio. (Org.). **Dinâmicas religiosas no norte de Minas e reflexões concernentes**. Montes Claros: Unimontes, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do Sagrado: estudos de religião e ritual**. São Paulo: Paulinas, 1985.

\_\_\_\_\_. **Prece, rito e festa: a celebração da vida**. In: HORÁCIO, Heiberle H. (Org.). **Dinâmicas Religiosas no Norte de Minas e reflexões concernentes**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2018.

Brites, Jurema; MOTTA, Flávia de Mattos (Org.). **Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens homenagem a Cláudia Fonseca**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

CAMURÇA, Marcelo A. PEREIRA, Mabel S. (Org.). **Festa e Religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Templo Editora, 2013.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. RJ: Forense Universitária, 1982.

HORÁCIO, HeiberleHirsgberg. (Org.). **Dinâmicas Religiosas no Norte de Minas e reflexões concernentes**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n.32, jul/dez 2009. p.129-156

MEIHI, José C.S.B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer e como pensar. SP: Contexto, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, José Claudio A. (org.) **Ex-votos do Brasil:** Arte e folkcomunicação. Salvador: Quarteto Editora, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2000.

PENNA, João Delco Mesquita. **Santa da Pedra, Romaria e Devoção Popular.** Disponível em: <http://www.metro.org.br/padre-joao-delco-mesquita-penna/ii-santa-da-pedra-romaria-e-devocao-popular>. Acesso em 22 de Set.de 2016.

PEREZ, Léa Freita. **Festa, religião e cidade:** corpo e alma do Brasil. P.A.: Medianiz, 2011.

\_\_\_\_\_. Festa para além da Festa. In: AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania; PEREZ, Léa. (Org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SANCHIS, Pierre. **Peregrinação e romaria:** um lugar para o turismo religioso. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 85-97, outubro de 2006.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres:** aspectos do catolicismo popular / - Natal: IFRN, 2013.

STEIL, Carlos A. **O Sertão das Romarias:** Um Estudo Antropológico Sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa - Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião.** Cinco Ensaios em prol de uma disciplina autônoma. SP: Paulinas, 2006.

## **“O CARROCEIRO TEM QUE TER O DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE”:**o cotidiano dos trabalhadores que utilizam veículos de tração animal em Montes Claros/MG

Pedro Jardel Fonseca Pereira

---

O presente artigo tem como objetivo analisar o cotidiano dos trabalhadores que utilizam veículos de tração animal, as chamadas carroças, em Montes Claros, cidade situada na região Norte do Estado de Minas Gerais. O fator principal para despertar nosso interesse pela história desses trabalhadores foi a grande quantidade de carroceiros que prestam seus serviços no perímetro urbano. Nos últimos anos, de acordo com a Prefeitura Municipal, foram contabilizados cerca de 1.700 carroceiros atuando na prestação desse serviço na cidade. Entretanto, segundo dados nãooficiais, esses números podem chegar a 3.000. São números significativos para uma cidade que possui 400.000 habitantes.<sup>80</sup>

Eles atuam no transporte dos mais variados tipos de artefatos: material da construção civil e os resíduos retirados dessa; poda de árvores; transporte de terra e esterco usados em jardins; recolhimento de entulho e objetos descartados das residências; transporte de itens adquiridos

---

<sup>80</sup> O texto é um desmembramento do segundo capítulo da dissertação de mestrado defendida no ano de 2018 por esse mesmo autor. O cotidiano de trabalho desses sujeitos nos chamou atenção desde a graduação, que foi concluída em 2015, nessa ocasião, produzimos o um estudo monográfico sobre o tema (N.A).

no comércio, de água e até mesmo objetos pessoais quando uma pessoa muda de residência. O que couber na carroça, eles conduzem.

A análise que se segue revela um cotidiano de trabalho permeado pelos desafios próprios dos ofícios que são marginalizados socialmente, justamente por se tratar de uma atividade informal e manual. Mas é um ofício que contribui com a limpeza da cidade, além de ser uma alternativa que permite a esses sujeitos trabalhar e viver. Nesse sentido, Maria Odila Leite da Silva (1984) ressalta a importância da atuação na história social do dia a dia, que por muito tempo permaneceu às margens. No entanto, o cotidiano sobressai na história social, tornando possível evidenciar papéis informais, conflitos, confrontos e diversas maneiras de resistência e luta. Essa é uma evidência que também identificamos ao analisar o cotidiano dos trabalhadores que atuam nas ruas de Montes Claros, sobretudo quando eles mencionam os conflitos enfrentados nos últimos anos.

Carlos José Ferreira dos Santos (1998) destaca que, na perspectiva da memória tida como hegemônica, na maioria das vezes, a história dos sujeitos oriundos das camadas populares é desprezada. É possível, segundo o autor, lançar um novo olhar sobre objetos que aparentemente parecem banais e esgotados. Em relação a presente pesquisa, ao nos determos sobre as memórias desses sujeitos, podemos compreender algumas questões. Entre elas, o cotidiano da cidade sobre a perspectiva daqueles que atuam diariamente nela e os fatores que contribuem para que exista uma grande quantidade de trabalhadores carroceiros. O que se percebe, é

---

que o trabalho desses sujeitos foi fundamental na construção e manutenção da cidade.<sup>81</sup>

O problema enfrentado pelos carroceiros perpassa pela ideia de que a atividade é arcaica e incompatível com a realidade urbana. Essa percepção ganhou forças a partir da década de 1970, na ocasião em que ocorreu o empenho de modernizar Montes Claros, seguindo o padrão da capital Belo Horizonte. Nesse sentido foram criados o *I Plano Diretor* e o *Código de Posturas Municipal*. Proibir a criação e manutenção dos animais no espaço urbano era uma das metas das diretrizes de ambos. Para reforçar a campanha em prol da modernização da urbe, o escritor Hermes de Paula, que é montes-clarense, em seu livro de memória, ressaltou, na ocasião, que a presença das carroças nas ruas tornava a cidade atrasada e distante do progresso que a maior parte das urbes brasileiras já vislumbrava (PAULA DE HERMES, 1979).

Para os carroceiros, ainda hoje, eles sofrem no cotidiano os reflexos da marginalização oriunda dessa ocasião, quando o ofício passou a ser considerado antiquado, como nos explicou o Sr. Moacir, quando perguntamos sobre as dificuldades de trabalhar nos dias atuais: “Oh, patrão, se for falar isso, toda

---

81 A trajetória do ofício de carroceiro está estritamente vinculada a história de Montes Claros, sobretudo a partir da década de 1930, quando foi proibida, por uma postura municipal, a circulação dos carros de boi para não danificar as ruas que estavam em processo de pavimentação, que era realizado com pedras, os chamados “calçamentos”. As carroças passaram a desempenhar funções que eram fundamentais para os moradores da cidade, como o transporte de lenha e a água utilizada nas residências. O espaço de atuação das carroças era amplo naquele período, o memorialista Hermes de Paula (1979) ressalta que o primeiro caminhão chegou a cidade em meados da década de 1920, depois o jipe passou a ser utilizado na região, mas para o condução de pessoas, sobretudo para as fazendas. Nesse sentido, os veículos de tração animal foram a alternativa acessível nas demandas por serviços de transporte (N.A).

a dificuldade que a gente apronta [sic. enfrenta], em tudo, desfaz da cara da gente, fala que não presta, fala isso, fala aquilo outro, se a gente for brigar, morre!” (Moacir, 93 anos. Entrevista concedida em 2017).

Na opinião do Sr. Juraci, exercer a atividade tornou-se até mesmo perigoso:

Não, a dificuldade hoje é o perigo, (...) porque o povo fica xingando a função de carroceiro que é muito discriminada, dá um dinheirimbão mais, às vezes o dia que dá certo, mais é muito discriminado, o povo vira aquele xinguero. Tá na frente da casa, o povo tá com medo do cavalo fazer xixi na frente da casa, passa na frente da outra casa cavalo faz coco lá (...) (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017).<sup>82</sup>

No caso do carroceiro Edilson, ele menciona os problemas enfrentados com o poder público: “Então o que, nós tamo [sic. estamos] num mundo que esse prefeito que tão entrando, ao invés de ajudar, eles quer é acabar com nós” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). A menção do trabalhador é em relação a um projeto de lei de 2015, do então prefeito Ruy Muniz, que previa extinguir o trabalho com carroça na cidade, o que ocasionou vários protestos e manifestações dos

---

82 Nesse sentido, é importante ressaltar que o carroceiro concorda que ele e seus colegas devem recolher as fezes dos animais, quando eles defecam na rua. Alguns mencionaram um equipamento utilizado nos cavalos que impendem o contato das fezes diretamente com o chão da rua. Uma espécie de rede. Mas que nunca foi adotada na cidade (N.A).

---

carroceiros. O projeto não seguiu adiante.<sup>83</sup>

O trabalhador Sebastião reclama da atuação da mídia: “Eles não quer saber, vai lá filma, a emissora vai lá filma, filma tudinho, beleza, a emissora não fica do seu lado, fica não, fica do lado da prefeitura, é ocê que é o errado” (Sebastião, 27 anos. Entrevista concedida em 2014). Os carroceiros reclamam que o lixo é descartado em lotes vagos por alguns carroceiros sim, o que eles consideram um mau comportamento. Contudo, segundo o trabalhador, grande parte da população também pratica esse ato errôneo. O problema é que apenas os carroceiros são mencionados com responsáveis por esses descartes irregulares. Inclusive os moradores acionam a imprensa, que registra apenas quando os carroceiros cometem a infração.

Esses são alguns dos conflitos nos quais esses sujeitos se deparam no cotidiano, o que deixa evidente o contexto de marginalidade em que atuam. A partir da análise das histórias e memórias dos trabalhadores, a presente pesquisa, através do diálogo com esses sujeitos, pretende evidenciar o cotidiano na qual eles trabalham. É o que consideramos de fundamental importância, ou seja, o fato dessa análise ser realizada a partir da perspectiva das memórias dos trabalhadores. São destacadas trajetórias de vidas construídas ao longo dos anos e que estão intrinsecamente ligadas à história da cidade.

---

83 O principal argumento do prefeito para extinguir a atividade com carroça na cidade foi os maus-tratos aos animais praticados pelos carroceiros. A justificativa diz ainda que: “A proibição da tração animal e dos maus-tratos aos animais fazem parte de uma sociedade mais consciente, sendo que diversos municípios brasileiros vem seguindo esta importante trajetória de conscientização” (Projeto de Lei 136/2015) (N.A).

Ao propor uma análise da trajetória dos carroceiros em Montes Claros é preciso levar em consideração questões como os enfrentamentos com o poder público e com parte da população. A prefeitura Municipal é a responsável por criar normas de circulação e fiscalizar a atuação dos trabalhadores. Contudo, eles discordam, por exemplo, quando ocorre a captura do animal e sua retenção no curral municipal. Isso acontece quando eles são encontrados soltos ou amarados em lotes vagos e terrenos ermos e nos entornos do perímetro urbano. Além de divergir dessa atuação, os carroceiros alegam que os animais são maltratados e chegam até a morrer no curral municipal. No depoimento concedido ao *G1.globo* dona Valdeci Ferreira Marcos, de 64 anos, afirmou: “Tá sendo difícil, primeiramente com os animais. Tive um cavalo que foi pego perto da Copasa, ele ficou dois dias no curral e, quando eu peguei ele no outro dia, ele morreu de fome. Eles não cuidam” (G1 – Grande Minas – Inter TV, 2013).

Outra disputa é em relação aos descartes dos resíduos transportados pelos trabalhadores. Na prática, eles deveriam ser realizados nos Centros de Apoio aos Carroceiros (CASCOS). A prefeitura culpa os trabalhadores de descartar os rejeitos em lotes vagos e áreas inutilizadas, e eles rebatem a acusação alegando que os CASCOS existentes são em números insuficientes, distantes dos bairros de atuação e com a manutenção defasada. Em relação à criação dos animais, a população não concorda com a manutenção deles em lotes vizinhos a suas casas. Alguns trabalhadores relatam que, muitas vezes, os moradores carpem ou jogam veneno na vegetação desses locais no intuito de evitar a presença dos animais.

As disputas e tensões no trânsito com os motoristas e motociclistas também são comuns no cotidiano de trabalho. Impropérios e ofensas por parte da população são constantemente mencionados nas entrevistas. Contudo, a população não cessa de lançar mão diariamente dos serviços prestados por eles. Nesse sentido, é importante destacar a perspectiva de Almeida (2004), ao ressaltar que, historicamente, a cidade e suas instituições devem ser notadas como espaços de relações conflituosas e “podem imprimir em dominação, cooptação ou consenso, mas também em insubordinação e resistência” (ALMEIDA, 2004, p. 140). No caso dos carroceiros, as táticas de resistências adotadas no cotidiano são as responsáveis por eles manterem o direito de continuar atuando na cidade.

Foram realizadas entrevistas com os carroceiros<sup>84</sup> no intuito de compreender, a partir da perspectiva dos trabalhadores, como é atuar no ofício. Inicialmente, o objetivo era conhecer o dia a dia dos carroceiros. Na medida em que foram acontecendo os diálogos, eles passaram a mencionar os conflitos enfrentados. Ao analisar essas memórias, na perspectiva da história oral, identificamos como são adotadas diversas táticas de resistência que os permitem lutar pelo direito de trabalhar na cidade.

As ações empreendidas pelo poder público foram compreendidas como estratégias, definidas como: “o cálculo

---

<sup>84</sup> Mantivemos os nomes dos trabalhadores em sigilo, na intenção de preservar a identidade deles. Nesse sentido, utilizamos nomes fictícios. Também empregamos o pronome de tratamento “senhor” no intuito de expressar o “respeito” e “admiração” que desenvolvemos com os carroceiros no período da pesquisa, e, sobretudo, para demonstrar a importância do trabalho desempenhado por eles no cotidiano da população urbana (N.A).

das relações que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente” (MICHEL CERTAU, 2008, p. 46). Esse sujeito age a partir de um lugar próprio, que serve de base para a gestão de suas relações com aquilo que é distinto e exterior. Enquanto as ações dos carroceiros são pensadas na perspectiva da tática, esta, por sua vez, “só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo, a distancia” (DELGADO; FERREIRA, 2014. p. 8), não reúne seus proveitos capitalizados em uma base, de maneira que possa estar assegurada em face às circunstâncias. O não lugar faz com que a tática seja dependente do tempo, está sempre vigiando para que possa agir e obter alguma possibilidade de proveito, seus ganhos não são acumulados, ela está sempre atuando de acordo com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões que sejam favoráveis.

Ao considerar que o campo constitutivo atual e o recorte temporal contemporâneo fazem parte das características da história do presente, é preciso lembrar que o historiador também é contemporâneo ao seu objeto de estudo, e “as memórias sobre acontecimentos e processos são essenciais para a construção do conhecimento histórico” (DELGADO; FERREIRA, 2014. p. 8). O próprio pesquisador produz as fontes que ele e seus colegas utilizam nas pesquisas. Estimulados pelo historiador, os entrevistados relatam suas experiências de vida, que são registradas e convertidas em documentos passíveis de crítica e análise, afirmam as autoras. Os registros e as lembranças são constituídos a partir da realidade do tempo presente.

---

As autoras também lembram que: “São vozes múltiplas, que registram formas diferentes e até conflitantes de rememoração de acontecimentos e processos” (DELGADO; FERREIRA, 2014, p. 9). No caso da memória coletiva, ela também depende do poder social do grupo que a detém, pois, na rememoração, as imagens do passado não são lembradas como ocorreram, elas sofrem as influências das forças sociais que agem sobre nós no presente (FERREIRA, 2002, p. 314). Nesse sentido, a história do tempo presente tem como foco o estudo dos usos do passado. No caso dos carroceiros, essas memórias enfatizam a importância das carroças como meio de transporte de diversos utensílios do cotidiano no passado da cidade. Essas lembranças surgem a partir do momento que os trabalhadores narram as dificuldades enfrentadas por eles nos últimos anos no sentido de manter o direito de trabalhar na urbe. Lembrando Portelli, “a memória é uma questão política de primeira importância” (ALMEIDA; KOURY, 2014, p. 13). Assim sendo, nós a percebemos como um instrumento de resistência e luta desses sujeitos.

A origem dos trabalhadores é significativa no sentido de compreendermos a trajetória desses sujeitos e os valores construídos ao longo da vida. É importante compreender que “tempo, memória, espaço e história caminham juntos” (DELGADO 2010 p. 34). A autora também ressalta que “os valores, culturas, modos de vida, representações, hábitos, enfim, uma gama de variáveis são percebidas quando reconhecemos a essência de um tempo, pois estes “constituem a vida das comunidades humanas” (DELGADO 2010 p. 34). Os carroceiros são, na maioria, migrantes do campo. Alguns fatores contribuíram para que eles migrassem à urbe, como

a escassez de chuva na região e falta de investimentos dos governantes em políticas públicas para o campo. Outro fator foi o desenvolvimento industrial na cidade, pois esses trabalhadores foram atraídos no intuito de servirem de mão de obra. No caso de Montes Claros, a partir da década de 1960, ocorreu o início da implantação do polo industrial subsidiado com recurso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O crescimento urbano, o desenvolvimento, a industrialização, a imagem da cidade sedutora, a terra das oportunidades, sobretudo, no quesito trabalho, criaram a expectativa de que nesse espaço o trabalhador encontraria um lugar ideal para viver e exercer um labor, o que, na maioria das vezes, não ocorreu. Adaptar-se ao meio urbano foi desafiador para o migrante, inclusive, a cidade não estava preparada para recebê-los. A oferta de vagas de trabalho não era ampla como se propagava, além do preço alto dos terrenos urbanos. Foi preciso improvisar moradias nas regiões periféricas e sem infraestruturas ou pagar caro pelo aluguel. Muitos trabalhadores foram obrigados a atuar em atividades informais que os permitiram sobreviver na cidade. Nesse sentido, não compreendemos os valores urbanos e os costumes ligados ao meio rural de maneira isolada, mas sim amalgamados. A partir da interação entre o campo e a cidade é que o espaço urbano, nesse caso Montes Claros, foi sendo constituído (MEDEIROS, 2002).

Nas lembranças sobre o cotidiano de trabalho, os costumes ligados ao meio rural fazem parte constantemente das narrativas desses trabalhadores. Como lembra Delgado,

“o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual exclusivo dos depoentes, já que esses, inúmeras vezes, trazem gravados em si as histórias de família, as tradições culturais de sua região ou país” (DELGADO 2010 p. 63). O Sr. Juraci, ao narrar sobre o primeiro dia em que atuou como carroceiro, também recordou o seu passado no campo: “Eu comecei foi lá desde o carro de boi, inclusive eu não sabia nem por onde arriar um cavalo de carroça, eu sabia mexer era com carro de boi, mas a precisão faz sapo pular” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017). No final do trecho da entrevista, ficou evidente os desafios enfrentados pelo migrante na cidade. Ao dizer que “a precisão faz sapo pular”, o Sr. Juraci estava exatamente mencionando o momento em que ele trabalhava como vigilante no período noturno e durante o dia atuava como carroceiro. Essa foi a maneira encontrada para complementar a renda familiar que, só com salário de vigilante, não era suficiente nas décadas de 1970.

Embora não soubesse lidar com os arreios utilizados para atrelar o animal à carroça, o carroceiro ressalta que sua experiência com o carro de boi foi uma referência. Enfatiza ainda: “Com seis anos, eu comecei já carreando cana pros engenhos e tocando boi em roda de engenho de pau e acostumou desde seis anos, até com vinte cinco anos [quando] eu casei ai eu larguei pra lá e não mexi mais com carro de boi” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017). O momento que o trabalhador menciona que “eu larguei pra lá e não mexi mais” é justamente o período na qual ele migrou para cidade.

Os depoimentos evidenciam que os conhecimentos

adquiridos no campo fazem parte da memória de sua vida como trabalhador. E o fato de ter migrado para a cidade não significa que eles foram desprezados ou deram lugar a novos, ao contrário, as experiências ligadas aos animais são recordadas como fundamentais no momento em que foi preciso iniciar numa atividade profissional. A sua trajetória iniciada no campo dá continuidade na cidade, mas fica claro o processo criativo, no sentido de como sua experiência poderia ser empregada em outros afazeres, passando do carro de boi para a carroça.

Já para o Sr. Zuza, que também aprendeu a lidar com os animais ainda no campo, o trabalho com carroça atende a uma necessidade de ter um ofício remunerado, no entanto, vai, além disso, como ele afirma: “Eu guiava boi pra meu pai, ajudava amansar, então fui aprendendo a gostar de criação, veio do sangue, vem do sangue, como na cidade não tem carro de boi, não pode mais, é carroça, né?” (Zuza, 62 anos. Entrevista concedida em 2017). Ao dizer que “vem do sangue”, o trabalhador demonstra sua identidade constituída a partir de elementos ligados aos costumes do campo, destacando, inclusive, que ser carroceiro para ele é uma maneira de mantê-los vivos. O Sr. Gelson também compartilha da experiência de ter aprendido o manejo com os animais ainda no meio rural: “Eu comecei a mexer com carroça porque a gente já mexia lá na roça com animal, né? E deu certo, eu gostei e tô até hoje.” (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017). O trabalhador também atribui os motivos que o levaram à profissão de carroceiro ao conhecimento trazido do campo, sobretudo o manejo com os animais.

---

É muito comum também encontrarmos carroceiros que aprenderam a trabalhar com o pai ou o avô e optaram em dar continuidade ao ofício. Como podemos constatar no depoimento a seguir: “Eu vou te falar a verdade, eu aprendi a trabalhar com pai, porque eu me inspiro nele. É por isso que eu sou apaixonado, trabalho com minha carroça, não tenho vergonha, então eu me inspiro nele, porque é uma pessoa que eu vi toda a vida ali fazendo aquele serviço ali” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). O trabalhador deixa claro que sua escolha foi motivada pela convivência e aprendizado que recebeu do seu pai. É importante destacar que os costumes ligados ao meio rural contribuíram para que esses trabalhadores improvisassem uma alternativa de trabalho na cidade. Contudo, é preciso entender também que eles almejam, ao migrar à urbe, uma colocação no mercado de trabalho formal. Às vezes, o trabalho como carroceiro era para ser apenas uma alternativa temporária, contudo, devido às dificuldades de inserção no mercado formal ou mesmo de manter-se nele, acabaram permanecendo como carroceiros. Todos os trabalhadores entrevistados, em algum momento das suas vidas, atuaram com registro na carteira de trabalho. O problema que eles alegam é que nem sempre foi fácil se manter nessa modalidade, inclusive, devido à falta de vagas e a pouca escolaridade.

Ao analisar essas informações, a partir das memórias dos carroceiros, é possível identificar o lugar do ofício na vida desses sujeitos. Essa relação não se restringe apenas ao universo do trabalho, mas com a própria cultura do sujeito. Esse sentimento de pertencimento e identificação é percebido como fundamental na luta pelo direito de trabalhar para

sobreviver, mas também de manter um costume. E nem sempre a vida do carroceiro se restringe a lidar com o animal apenas na tração da carroça, mas também como lazer. Edilson, por exemplo, é peão de rodeio: “Além de eu ser carroceiro, eu sou peão de rodeio, montei mais de dez anos em rodeio, ganhei mais de trinta festas aqui no Norte de Minas, sou muito conhecido, graças a Deus, com várias fraturas pelo corpo e vivo trabalhando ainda” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). Para pensar a resistência desses sujeitos no espaço urbano, não devemos observar esses elementos de maneira isolada, ou seja, o trabalho e a vida.

Outros desafios também permeiam o cotidiano dos carroceiros, como a criação dos animais. Em Montes Claros, a legislação não permite criá-los no perímetro urbano, assim como mantê-los, mesmo que temporariamente, amarrados em postes, grades, árvores ou portas; e, no caso dos veículos de tração animal, é vetada a sua circulação na região central. Embora existam essas proibições, percebemos uma grande quantidade de animais soltos pastando pela cidade, assim como é possível encontrar carroças circulando no centro.

Os fiscais atuam constantemente, no entanto, os trabalhadores adotam táticas no sentido de evitar que os animais sejam capturados, mesmo não sendo uma tarefa fácil. Como é mencionado a seguir: “Trabalhar hoje, a gente trabalha na marra, porque eles não querem aceitar que a gente trabalha mais” (Moacir, 93 anos. Entrevista concedida em 2017). Podemos perceber, nesse trecho, que é utilizado o termo “na marra”, que em nossa interpretação pode ser traduzida por resistência, e “eles não querem aceitar”, uma

---

referência à atuação constante dos fiscais da prefeitura. É nítida, nesse sentido, a existência de um campo de disputas, que o trabalhador atribui à possibilidade de trabalhar a sua própria resistência.

Criar os cavalos e muares presos geralmente não é a primeira opção dos trabalhadores. Mantê-los encerrados torna-se dispendioso, pois, além da estrutura física que é preciso construir, também é necessário providenciar a alimentação, como o capim que é ceifado, feno, além de rações próprias para equinos. O Sr. Juraci nos conta qual é sua tática nesse sentido: “Ai outra coisa, a criação, ocê não pode criar na rua. O meu pelo menos é criado é dentro de um lote trancado, todo dia eu gasto, compro paia de milho com o povo que mexe com pamonha, é dez conto todo dia eu pego pra ele e não solto não” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017). As palhas retiradas das espigas de milho, utilizado na produção das pamonhas, têm um custo menor para o carroceiro se comparadas ao feno, por exemplo, apontando uma boa tática adotada na redução das despesas. E as fezes recolhidas e armazenadas também são uma fonte de renda, vendidas como adubo orgânico para plantas, jardins e hortas. O trabalhador também explica que os cavalos e muares utilizados nas carroças devem ser ferrados, mas somente nas patas dianteiras para não ocorrer acidentes, como escorregar no asfalto.

O que leva alguns carroceiros a manterem os animais presos são os riscos de perdê-los, seja em acidentes ou em furtos. Esse foi o caso do Sr. Filomeno, que só depois de ter seu animal furtado passou a criá-lo preso em baias

construídas no mesmo terreno da sua residência ou na rua em frente à sua casa. Ele lembra:

Logo quando eu comprei, eu tinha uns cavalo, né? Eu comprei uns três cavalos lá, deixei solto, aí, gente roubou um, eu falei assim, sabe de uma, e eu fiquei com dois, vendi e comprei um burro, vendi dois cavalos, não deu pra comprar o burro, eu inteirei, e agora eu crio no quintal aí, oh. Quando era aí, eu criava na frente, aí, fazia a baia assim, ligava na rede esgoto pra não feder, né?

Porque ô bicho que mija! Depois eu comprei aqui, ai lá no fundo também, fiz lá ligado na rede de esgoto (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017).

O depoimento evidencia a preocupação do carroceiro para evitar o mau cheiro provocado pelas fezes e urina dos animais. É preciso lembrar que essas construções são proibidas pelo Código de Posturas Municipal, no entanto, improvisar um local que evita pelo menos o odor dos excrementos, com certeza já evita problemas com a vizinhança, que poderia resultar em denúncias. Os cuidados com os animais de tração não ficam restritos apenas às diversas formas como eles podem ser criados, no caso do Sr. Edilson, ele conta que seguiu o exemplo do pai:

Tratava super bem, inclusive ele costumava levar um balde, pendurava no eixo da carroça, inclusive eu na época perguntava: - Pai, pra quê esse balde? - Esse aqui é o seguinte, o animal que

trabaia, ele precisa conter líquido, beber uma água, na hora que o serviço, a hora que a gente fazer um servicim, que não acha outro que tiver um tempim, é bom ocê ter uma ração pra dá um animal ali, tirar, dependendo do lugar ocê tira o animal da carroça pra dá uma relaxada (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017).

O depoimento deixa transparecer uma sensibilidade especial, o animal não é visto apenas como instrumento de trabalho, submetido à exploração, mas sim como um ser vivo que carece de cuidados. Fica evidente a atenção com a hidratação e a alimentação nos momentos em que surge uma breve folga durante o expediente. Além de demonstrar que esse foi um aprendizado que ele recebeu do seu pai, no final do trecho da entrevista, o carroceiro relaciona as necessidades dos animais na mesma medida daquelas que tem o ser humano: “porque às vezes a gente tá com calor, a gente precisa tirar a camisa também pra dá uma refrescada”. Esse comportamento realça a ideia defendida por alguns trabalhadores de que o labor como carroceiro também está ligado à relação de apreço com os animais, o que fica mais claro, quando o Sr. Edilson enfatiza novamente a questão da manutenção do animal:

O meu hoje é amarrado, entendeu, e vou chegando e dou um banzinho, compro uns dez reais de milho, dou a vontade, ali o que ele não comer, eu jogo o resto pra galinhas, porque eu crio umas galinhazinhas também. Mas dessa

maneira eu gosto de trabaaiar, mas eu gosto de tratar do meu cavalo (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017).

O costume de criar animais faz parte do cotidiano do trabalhador. Novamente percebemos que os costumes ligados ao campo continuam a ser praticados na cidade, mesmo sendo proibidos por lei. O Sr. Edilson inclusive aproveita o milho que sobrou da alimentação do cavalo para dar as galinhas. Essa é uma tática que ajuda na renda familiar, pois, além da carne das aves, também são consumidos os ovos. Nos bairros periféricos, esses hábitos são mantidos mais facilmente, como no caso citado, em que o trabalhador reside na Vila Atlântica.

Existem também os carroceiros que criam mais de um animal para poder revezá-los durante o expediente de trabalho. Esta também é uma preocupação que alguns trabalhadores têm, sobretudo para não submetê-los a uma rotina de serviço exaustiva. O Sr. Gelson nos diz que ele tem um cavalo e uma mula, o muar é muito apreciado pelo carroceiro devido a resistência e a força que ele possui “eu trabalho com um e com outro, com um e com outro, é dia sim, dia não, só eu que não descanso, né? É, tenho dois, agora mesmo tô com o cavalo a mula tá lá, se eu chegar lá agora e resolver sair de meio dia pra tarde eu posso pegar ela e pô e sair” (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017). É interessante observar que o trabalhador destaca que “só ele não descansa”, ou seja, ele tem a consciência de que o animal precisa desse descanso, exatamente pela exaustão a que são submetidos.

---

O carroceiro considera ideal possuir mais de um animal, e esse é o desejo da maioria dos trabalhadores. Alguns nos contaram que no passado possuíam até mais de dois, no entanto, a diminuição ocorreu exatamente devido às dificuldades enfrentadas na criação, sobretudo pelo fato de os vazios urbanos e lotes vagos terem diminuído na cidade. Nesse sentido, o senhor Filomeno faz uma ressalva importante: “Porque também é aquela questão também é parece que até por questão de criar o animal os carroceiros vão migrando pra essas regiões mais fora da cidade, né? Fica até mais fácil de criar, né?” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017). Na tentativa de manter o ofício e poder contar com algumas condições mínimas para criar seus animais, os carroceiros também utilizam de táticas, como ir residir em locais que possuem terrenos desabitados. O que não quer dizer que o trabalhador possa deixar os animais soltos, pois quase todo o entorno da cidade é ladeado por rodovias. E, nesses locais, até mesmo devido aos riscos de acidentes, os fiscais da prefeitura são atuantes. Dos carroceiros que entrevistamos para a pesquisa, com exceção apenas do Sr. Juraci, todos os outros moram em regiões periféricas, o que demonstra também o processo de apropriação do espaço urbano pelos trabalhadores.

Não é sempre que os trabalhadores encontram lugares com pastagem para os animais se alimentarem. Nas estações de seca, o capim verde desaparece e eles precisam ser mantidos com alimentação comprada, como afirma o carroceiro: “Eu não solto, porque agora não tem pasto porque não tá chovendo, né? Eu compro a ração, compro saco de ração e dou ele, aquela ração silagem, ocê já ouviu

falar, né?” (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017). Podemos perceber que o trabalhador afirma que não deixa seus animais soltos porque não tem pasto. O capim, que volta a ficar verde no período chuvoso, é fundamental, pois ele ajuda a reduzir as despesas com a criação. Entretanto, após as primeiras chuvas, quando o pasto começa a nascer e crescer, é a época que tem o maior número de animais pastando nas diversas partes da cidade. É muito difícil um carroceiro admitir que deixa seus cavalos e muares soltos. Devido até mesmo ao fato de essa ação ser realizada de maneira tática, como, por exemplo, fazer uso de locais onde o fluxo de pessoas é menor, geralmente no período da noite e nos fins de semana, fora do expediente dos fiscais, embora existam trabalhadores que ignorem todas essas questões. Insistimos e perguntamos ao carroceiro se ele arrisca deixar os animais na rua:

O caminhão pega moço, o caminhão da prefeitura pega, pega e é caro pra ocê tirar. Existe (fiscalização), prende e acabou se ocê não pagar, fica lá. A multa é quando prende é cem reais a apreensão, e cada dia vinte, igual o carro. É a taxa de manutenção. Se ficar muitos dias ocê tem que deixar o cavalo lá, ocê não dá conta de pagar, vai multando, cada dia vinte reais (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017).

O depoimento também demonstra que a fiscalização existe e ela é temida pelo trabalhador, sobretudo pelo valor da multa que é preciso ser paga pelo resgate do animal, uma

---

situação que o Sr. Antônio observa com grande indignação: “Problema, agora mesmo é a taxa de apreensão é muito caro, eu vou falar com ocê tem carroceiro que não tem condição de pagar não, cê quer tirar o carroceiro do ar é pegar o animal e prender lá e pô uma taxa dessa, caba com o carroceiro” (Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017).

Essa estratégia de aplicar penalidades severas é utilizada pela prefeitura no sentido de intimidar os trabalhadores, que sem seus animais ficam impossibilitados de trabalhar. E o Sr. Antônio chama atenção nesse sentido, pois o custo da alimentação comprada fica caro para o carroceiro, por isso muitos acabam soltando os animais. Na casa do Sr. Gelson, por exemplo, são treze pessoas<sup>85</sup> que dependem da renda obtida com a carroça para viver. Nem sempre sobra dinheiro para comprar a silagem ou milho, criar os animais soltos muitas vezes também pode ser a única opção. O mesmo se aplica no caso do valor gasto no pagamento das multas, nem todos os carroceiros atuam na atividade na mesma condição, para muitos que estão fora do mercado de trabalho formal, essa é a única fonte de renda. Para aqueles que se dedicam exclusivamente ao ofício, eles têm em seu favor pelo menos uma quantidade maior de clientes, o que pode ser um atenuante diante das dificuldades enfrentadas no dia a dia. O problema, segundo os carroceiros, é que as ações dos fiscais são muito mais no sentido de intimidar e puni-los com a detenção dos animais, o que pode ser confirmado quando analisamos o posicionamento do secretário Municipal de Serviços Urbanos, Agenor Ferreira:

---

<sup>85</sup> Na entrevista, o carroceiro afirmou que residem na sua casa 13 pessoas, entre eles: esposa, filhos, netos e genros(N.A).

Somente neste fim de semana apreendemos mais de 100 animais. Hoje alguns donos já foram ao curral para buscá-los. Estamos pensando em aumentar o valor da diária que em outras cidades do porte de Montes Claros é bem maior. Infelizmente falta conscientização para as pessoas, afirma Ferreira (G1 – Grande Minas – Inter TV, 2013).

O próprio Agenor Ferreira afirma que falta a conscientização dos trabalhadores, no entanto, a Secretaria de Serviços Urbanos não se empenha em realizar atividades que possam chamar atenção dos carroceiros nesse sentido. A situação passou a ser vista pelos trabalhadores e a secretaria como uma contenda sem efeitos positivos para ambas as partes. A cidade torna-se um espaço de disputas, e os carroceiros interpretam qualquer ato dos fiscais como perseguição, algo que os prejudica no dia a dia: “Porque eles não querem aceitar que a gente trabalha mais” (Moacir, 93 anos. Entrevista concedida em 2017). Percebemos que existem consequências negativas, tanto pra os carroceiros, como para a população, como os riscos de acidentes envolvendo animais. Contudo, também não foi possível constatar nenhuma iniciativa da parte do poder público, para dialogar e criar estratégias que possam amenizar esses problemas.

Para o Sr. Edilson, essa é uma luta desigual, pois, devido à realidade social e econômica, eles estão sempre em desvantagem: “Nós somos pessoas fracas, pé no chão, prende um cavalo nosso, aí, se pegar agora, em questão de uma hora, é oitenta reais pra tirar, cêta doido moço, é

---

complicado” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). Isso deixa evidente que, nessa relação de poder, os carroceiros entendem que estão em desvantagem no que se refere às ações do poder público. Nesse sentido, Samora (2010) chama a atenção para o fato de que não devemos esquecer que a luta social em disputa na cidade é: “Uma luta que se concretiza, de forma desigual, por meio de ações capazes de instituir projetos e campanhas voltadas para controlar, submeter, coibir e regulamentar o cotidiano destes trabalhadores menos favorecidos” (SAMORA, 2010, p. 107). E essa desigualdade, como tem sido ressaltado, torna-se perceptível nos próprios depoimentos dos carroceiros.

Na nossa concepção, a conjuntura que envolve os carroceiros e a prefeitura torna-se conflituosa, gerando tensões entre ambos. Justamente por se tratar de um grupo marginalizado, eles acabam sofrendo as maiores consequências, como a perda do animal, que é o meio de trabalho, “o ganha pão”, ou quando são onerados com multas. Eles reclamam da maneira como são tratados, sempre pelo viés da ameaça, e não do diálogo e do respeito: “Agora mesmo vem uma história que se pegar um carroceiro jogando lixo aí tem que pagar uma multa de mil reais. Não existe isso, moço” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). O que comprova que, no ambiente de trabalho, eles vivem em constante tensão.

O Sr. Olavo acredita que eles se tornaram uma espécie de “bode expiatório”, pois qualquer ação incorreta recai sobre eles. Dessa forma, o trabalhador se refere à questão do descarte irregular de lixo na cidade, como também os

delitos, furtos atribuídos a eles, o que potencializa a tensão no cotidiano de trabalho, como destaca outro carroceiro: “Oh, moço, tudo de ruim é o carroceiro que faz, né? Tudo de ruim é o carroceiro. O carroceiro, depois de sete horas, à noite, tudo é ladrão, fala que tudo é ladrão, é suspeito” (Daniel, 45 anos. Entrevista concedida em 2014). Isso evidencia que o trabalhador percebe que existe um (pré) conceito predominante sobre eles, que também funciona como uma forma de opressão, o que está diretamente relacionado ao fato de parte da população considerar o ofício arcaico e incompatível com a realidade urbana. Ignoram, por exemplo, os fatores que também são responsáveis pelo crescimento do número daqueles que atuam na informalidade, como o desemprego e a desigualdade social.

Outra questão que também os incomoda é a promessa de construção dos CASCOS, que não foi cumprida, além do apoio na criação dos animais com o acompanhamento de veterinários e o auxílio na alimentação. Tudo isso foi anunciado em 2013, na ocasião em que os veículos de tração animal foram emplacados. Segundo carroceiros, em 2017, quase cinco anos depois, os compromissos não foram levados adiante, o que contribui para criar uma desconfiança em relação à Prefeitura Municipal.

Infligir normas e leis passou a ser uma maneira de expressar revolta, como fica nítido no depoimento do Sr. Edilson, ao referir-se ao poder público: “Então, se eles não quer, se eles não cumpre com a lei com nós, nós não têm como cumprir com a lei com eles” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). É perceptível a ausência de

um canal de diálogo entre ambos, no entanto, para aqueles que estão na condição de marginalizados, nem sempre as estruturas de poder vigentes oportunizam o diálogo, uma condição que o Sr. Juraci resume em poucas palavras, mas adequadas à realidade: “Ocê sabe que a corda só arrebenta pro lado mais fraco, né?” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017). Resta a eles reagir com posicionamento crítico em relação à postura das autoridades públicas, alvo das críticas dos próprios trabalhadores, que os vê como incapazes de realizarem os serviços básicos: “Prefeito, não sei o que ele vai fazer não, nem lixo ele tá panhando, num quer trabaiar” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017). Diante dessas circunstâncias, e mesmo discordando do comportamento de alguns colegas e do poder público, o Sr. Jair destaca o que ele considera ser o mais importante reivindicar: “O carroceiro tem que ter o direito de trabalhar na cidade” (Jair, 52 anos. Entrevista concedida em 2017).

Andar pelas ruas da cidade, muito movimentadas, é outro desafio enfrentado cotidianamente pelos carroceiros. Esse ambiente é propício para que ocorram situações de tensão que requerem dos trabalhadores boas táticas, no sentido de defender o direito de circularem, previsto em lei, desde que observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro.<sup>86</sup>

Os carroceiros têm, garantido por lei, o direito de usufruir das vias urbanas, como qualquer condutor, entretanto, eles

---

<sup>86</sup> “Os veículos de tração animal serão conduzidos pela direita da pista, junto à guia da calçada (meio-fio) ou acostamento, sempre que não houver faixa especial a eles destinada, devendo seus condutores obedecer, no que couber, às normas de circulação previstas neste Código e às que vierem a ser fixadas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via” (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, 1997).

são constantemente hostilizados, especialmente pelo fato de o veículo de tração animal circular de maneira mais lenta e a estrutura das ruas também não comportar a quantidade de automóveis que transitam por elas. No caso específico de Montes Claros, além do número excessivo de carros e motos, as vias são estreitas, sobretudo na região central e nos bairros adjacentes.

O que mais incomoda os carroceiros é a postura dos motoristas que, na disputa pelo espaço, procuram intimidá-los com ofensas e ameaças: “Ninguém hoje quer ficar atrás, né? Não dá pra ir todo mundo na frente, só que quer ir todo mundo na frente, mas (...)” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017). Uma das causas das disputas é a impaciência daqueles que estão ao volante, o espaço da rua torna-se um campo de competição, onde o condutor da carroça estará sempre em desvantagem, pois comparado com o carro motorizado, a carroça é muito mais frágil. O animal, por exemplo, se não for bem treinado pode assustar-se com o barulho das buzinas, ocasionando acidentes graves, colocando inclusive a vida do condutor em risco de morte ou de lesões, assim como do animal, além dos prejuízos materiais.

Dessa maneira, a medida que a cidade se desenvolve, considerando as peculiaridades da vida urbana contemporânea dos cidadãos, cresce também a intolerância e o desrespeito com aqueles que compartilham do dia a dia de trabalho. Os sujeitos que atuam em diversos locais, exercendo algum tipo de trabalho informal, são indesejados e acusados de interferir no desenvolvimento do trânsito. Contudo, o

que nos chama a atenção é a tática de reação do carroceiro no trânsito quando é alvejado com algum impropério:

Isso não me incomoda mais, tá xingando, porque xingo não dói não, xingo, pode xinga o que quiser, eu não vou, eu já passei muito perigo quando era mais novo, era meio “espinhado”, [sic. nervoso] mais hoje pode xingar que eu, xinga “viado” eu não sou “viado”, “fio duma égua”, eu não sou “fio duma égua”, minha mãe é muito honesta, é eles que fica com vergonha. E assim por diante porque no trânsito eu falo com ocê, num tem respeito não, num tem, num tem, dentro de Montes Claros num tem, quando ocê acha que a pessoa é boa, até (...) (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017).

A resistência vem exatamente do conhecimento acumulado, ou seja, a experiência adquirida com os trinta anos de atuação. Nesse caso, não revidar foi a maneira de reagir adotada quando surgem as tensões no cotidiano do trânsito. Para o Sr. Moacir, as disputas mais tensas ocorrem com os motociclistas: “Quem imponhe a gente é os motoqueiros, motoqueiro passa por a gente e ainda xinga, quer passar por cima da gente, quer que a gente dá estrada a ele sem poder, a pessoa ignorante é motoqueiro” (Moacir, 93 anos. Entrevista concedida em 2017). O Sr. Filomeno também tem uma opinião parecida com a do colega sobre o trânsito, segundo ele, os maiores problemas devem-se à imperícia dos motociclistas: “Só motoqueiro que, ocê chega num sinal

desse aí oh, eles funda debaixo da cabeça do bicho e vai parar lá na frente, (...) *Avé Maria, irresponsável*” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017). O trabalhador também enfatiza a estrutura das ruas que são desfavoráveis: “Eu só não vou lá embaixo porque eu não gosto de ir não, lá no centro eu não vou não, mas complicado, e aquela ruas que é apertadinha demais” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017).

No depoimento, o Sr. Moacir deixa claro uma circunstância que novamente traz à tona a impaciência dos condutores com os carroceiros, que são pressionados a interromper o seu percurso para a ultrapassagem dos pilotos de motocicletas. Outra vez percebemos a tentativa de excluir o trabalhador do seu direito de fazer uso do trânsito na mesma condição de igualdade de outros condutores. Aos poucos, também, a própria infraestrutura da cidade foi expurgando os carroceiros de alguns locais, como, por exemplo, a região central e o seu entorno.

É perceptível que as tensões fazem parte do cotidiano dos trabalhadores. Contudo, eles também destacam a importância dos serviços prestados por eles, sobretudo no passado, quando o acesso aos veículos motorizados era mais restrito, além do preço alto dos fretes destes. Quando começou a trabalhar como carroceiro, na década de 1980, o Sr. Filomeno lembra que eram poucos os depósitos de construção que tinham veículo motorizado para realizar as entregas dos produtos, como areia, tijolo e cimento. Essa informação surgiu quando perguntamos a ele o que os colegas dele costumavam transportar: “Acho que era entulho,

---

era tudo dava, tudo que eles achava, eles enchia, depósito, eles trabalhava em depósito, porque muitos depósitos de material de construção tinha carroça, num tinha carro, num tinha nada, agora que num tem carroça mais, só carro, né?” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017).

Fica explícito que os próprios depósitos de construção mantinham as carroças especificamente para atender aos clientes que compravam material da construção civil. Assim, percebemos que os veículos de tração animal não eram utilizados apenas pelos trabalhadores desempregados que precisavam fazer um “bico” ou atuar informalmente para ter um emprego., elas desempenhavam funções fundamentais no comércio, sendo o meio de transporte disponível e acessível da época.

Com a expansão da cidade, diversificavam também as demandas pelos transportes realizados por esses profissionais. O Sr. Juraci lembra que atuou no centro da cidade recolhendo e transportando na sua carroça as caixas de papelão que eram descartadas pelas lojas. Outro detalhe era o horário que essa atividade tinha que ser realizada, devido ao movimento dos automóveis na região, como ele afirma: “Com a carroça, tinha que ir era de madrugada, porque eu tinha freguês ali de frente a Minas Brasil, aí eu ia de madrugadinha ou então 6 horas da tarde, o movimento era pouco” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017).

Quando a madeira era utilizada na combustão dos fornos das padarias – atualmente a maioria utiliza fornos a gás e elétrico –, os carroceiros também atuavam intensivamente, transportando a lenha que era vendida para os donos

desse tipo de comércio. Devido à grande demanda das panificadoras, o Sr. Gelson dedicava-se exclusivamente a esse serviço. Para o trabalhador, o transporte da lenha era uma atividade confortável e estável, pois ele tinha um contrato informal com as padarias, a freguesia era fixa e lidava sempre com o mesmo produto, como ele enfatiza em seu depoimento: “Constante, eu já tinha o lugar certo, né?” (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017). Além disso, ele podia atuar nos bairros próximos da sua residência, pois geralmente essa é uma preocupação unânime entre os carroceiros, de não forçar o animal a percorrer longas distâncias.

Nesse caso, sua área de atuação eram os bairros Maracanã, Joaquim Costa, Vargem Grande e Major Prates, que são próximos, confirmando que o espaço de atuação era pequeno, mas suficiente para manter um número de clientes satisfeitos. A rotina era entregar a lenha três vezes por semana em cada padaria; pelo número de estabelecimentos atendidos, o Sr. Gelson conseguia manter um ritmo de trabalho que o ocupava a semana inteira. Ele conta como era o dia a dia recolhendo a madeira: “Catava nas ruas, né? Tirava nesses matos aí também. Tem que ser lenha boa, não pode ser essa lenha tranqueira, esse trem assim não, mas tinha vez que eu não dava conta” (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017).

Ao dizer, no final do trecho citado, “Mas tinha vez que eu não dava conta”, fica evidente que a demanda era grande, a ponto de o trabalhador se ver na situação de não conseguir atender aos fregueses. Outro aspecto a ser observado

também é que o produto era adquirido através de coleta, não onerando nenhuma despesa para o carroceiro. O costume, segundo o trabalhador, era já andar com o machado na carroça, para não perder oportunidade de pegar as madeiras. Entretanto, atualmente, a ferramenta foi colocada de lado, ela não atende mais a essa finalidade:

De uns tempos pra cá, nunca mais eu apanhei lenha, até o machado de eu tirar lenha eu não tô carregando mais porque eu num tô vendendo lenha mais. Todo lugar que ocê oferece um cara uma lenha, ele fala: “Ah, não nós está usando, é forno a gás, por causa de fumaça, esses trem, né?”, ficou ruim demais o serviço por causa disso (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017).

O trabalhador atribui as causas do fim do comércio da lenha à fumaça provocada por sua queima. Percebemos que, com a chegada das novas tecnologias, algumas atividades realizadas pelos carroceiros chegaram ao fim. Os trabalhadores precisam recorrer ao transporte de outros produtos, em condições muitas vezes degradantes, como no caso dos resíduos da construção civil: “É outra atividade, fazendo carreto, apanhando entulho, esses negócio, pra fora, mas a lenha era o melhor que tinha, né?” (Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017). Embora carregar entulho seja uma forma do trabalhador manter-se na atividade, acaba sendo uma opção que exige do carroceiro o emprego de maior força física: encher a carroça com os resíduos e depois descarregar, a exposição ao sol e poluição, além do animal,

que também é submetido às mesmas condições, ao serviço pesado e aos arreios, que sofrem desgastes.

No cotidiano, os carroceiros atuam no transporte dos mais diversos tipos de produtos. No entanto, a medida que conhecemos mais detidamente a história desses trabalhadores, eles revelam, em seus depoimentos, que atuaram em atividades essenciais para o cotidiano da cidade. Não que estejamos desqualificando alguns serviços ou mesmo tentando criar uma escala de valores das funções; o que queremos é chamar a atenção para a presença dos trabalhadores nas mais diversas frentes de trabalho, por exemplo, como funcionários públicos contratados pela prefeitura para atuarem nos recolhimentos dos resíduos sólidos. Essa foi uma função que o Sr. Olavo desempenhou durante vinte e seis anos, como ele afirma: “Já trabalhei com a carroça coletando lixo, que antigamente, na época, não tinha caminhão, era a carroça que pegava os lixos nos bairros, só lá só eu trabalhei 26 anos” (Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017).

Esse serviço, de acordo com as informações do próprio trabalhador, foi criado no primeiro mandato do prefeito Luiz Tadeu Leite, político que alcançou o posto de chefe do executivo pela primeira vez em 1983. Por essa ocasião, os carroceiros foram contratados como funcionários da ESURB, empresa municipal responsável pelo serviço de coleta seletiva. Geralmente eram arregimentados para atuar nos bairros próximos de onde residiam, como lembra o trabalhador:

Era as carroças que pegava os lixos nos bairros onde caminhão não ia, de primeiro não era caminhão não, era carroça. Ia, colocava nessas caçambas que põem entulho, aí a gente saía com a carroça coletando o lixo, o lixo das casas e vinha e punha dentro das caçambas e vinha os mucos e levavam, era carroça, era carroça que coletava o lixo na época nos bairros (Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017).

Informação que também é confirmada pelo Sr. Edilson ao lembrar do seu pai que também atuou como funcionário da ESURB: “Inclusive, ele ajudou muito o pessoal da prefeitura, nos locais aí onde caminhão não ia, a carroça que recolhia o lixo antigamente, pra hoje a gente tá perseguido como nós estamos hoje, mais sempre foi com carroça” (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017). Ele também aproveitou para relacionar a relevância do carroceiro no passado com as condições atuais em que eles se encontram, que ele entende serem precárias. Na verdade, a crítica é a uma tentativa, no ano de 2016, de proibir o trabalho com carroça no perímetro urbano, na gestão do então prefeito Ruy Adriano Muniz.

Na visão do Sr. Olavo, o fato dos carroceiros terem sido contratados para essa função teve um significado importante: “Nós nunca teve ajuda, a última ajuda que nos teve foi na época que quando Tadeu foi prefeito a primeira vez, que foi ele que fundou esse serviço dos carroceiros pra trabalhar nos bairros pegando lixo, entendeu?” (Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017). A opinião do trabalhador também é direcionada no sentido de fazer uma crítica aos

gestores municipais, não apenas em relação à dispensa dos carroceiros do serviço de coleta. De maneira geral, surge uma indignação com os novos políticos: “Aí depois veio mudando de prefeito e eles foi mudando as coisas, entendeu? Mas, assim, nós nunca teve assim um apoio, assim da prefeitura, assim pra nós” (Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017). Os depoimentos evidenciam uma peculiaridade da cidade em relação à utilização das carroças nos serviços de transportes, o que em parte justifica a grande quantidade de trabalhadores atuando no ofício.

As carroças também eram contratadas, estrategicamente, para recolher o lixo de alguns bairros que possuem um alto índice de vulnerabilidade social. Os caminhões da ESURB não são permitidos ou evitam essas áreas, consideradas de risco para os funcionários da empresa de limpeza. Essa história foi relatada pelo Sr. Antônio, que é carroceiro, mas também atuou como funcionário da empresa que atua na coleta de lixo:

Tem bairro periférico que é favela e lá os caminhões não entra, então aconteceu do prefeito contratar os carroceiros pra coletar aquele lixo dentro da favela. Teve um colega meu que trabalhou, teve um colega meu que ele coletava no Feijão Semeado, lá é o bairro Cidade Conferência Cristo Rei, é uma comunidade muito violenta, o caminhão não pode entrar, aí o prefeito contrata o carroceiro da área mesmo, que conhece o pessoal da comunidade, pra fazer a coleta de lixo. Foi agora mesmo a pouco, 2015, 2016, lá o trefego de droga é muito

---

pesado (Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017).

Ao analisar as informações da entrevista, podemos perceber que os trabalhadores ainda são contratados pela prefeitura: o período citado é recente, 2016. Os carroceiros, mais uma vez, têm uma importância fundamental no serviço de coleta de lixo. Nesse sentido, a estratégia da prefeitura foi contratar um carroceiro morador do próprio bairro, Conferência Cristo Rei, para atuar no serviço. O depoimento do Sr. Antônio também nos chama a atenção para a questão dos problemas sociais da cidade, nesse caso, causados, sobretudo, pelo tráfico de drogas. Os moradores dessas regiões se tornam reféns da violência, na maioria das vezes, são privados dos serviços básicos a que têm direito. É comum também associar essas comunidades a imagens ligadas à violência e suas consequências, no entanto, são problemas sociais graves que o poder público se esquivava de enfrentar. Embora contratar um carroceiro do bairro para atuar no serviço de limpeza seja uma estratégia que resolve o problema do lixo, os problemas sociais continuam latentes.

Atualmente, tornou-se mais difícil realizar um mapeamento completo, especificando todos os tipos de serviços prestados pelos carroceiros, isto é, o que eles costumam transportar diariamente. O Sr. Edilson, por exemplo, cita que a demanda dos clientes costuma se diversificar: “A gente transporta um entulho, certo? A pessoa precisa de um material, uma areia, pra pegar num depósito, a gente vai e pega. No depósito, a gente costuma pegar cimento, areia, tijolo, entendeu? Pedra se precisar a gente pega, bloco” (Edilson, 36 anos. Entrevista

concedida em 2017).

O que percebemos, nas entrevistas, é que existe uma predominância relacionada ao transporte de materiais de construção e rejeitos da construção civil, como afirma o Sr. Moacir: “Hoje, entulho, tijolo, resto de pedreiro, né? Sem o resto de pedreiro, ninguém vive” (Moacir, 93 anos. Entrevista concedida em 2017). Para o carroceiro, esse tipo de rejeito é o que garante a sobrevivência deles. É interessante que a observação não é realizada na primeira pessoa, deixando entender que essa é uma realidade que abrange também seus colegas. Os entulhos são oriundos de pequenas a grandes reformas realizadas nos imóveis, assim como também aqueles provenientes das casas e apartamentos em processo de edificação. Outro elemento que também contribui para que os trabalhadores se dediquem à condução de entulho é o fato de que algumas atividades que eles atendiampassaram por um processo de modernização, ou mesmo entraram em desuso. Isso não significa que as carroças não continuem atendendo às mais variadas necessidades da população: “Acho que tem um mês, acho que não tem nem um mês que eu fui lá [Centro], buscar um sofá, sofá não, o que foi que eu busquei pro cara lá não lembro, uma estante, lá acima da Coronel Ribeiro, ali onde a lotação vira pra vir pra cá, rodoviária e pra Prefeitura” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017).

Até mesmo a distância percorrida nos chama a atenção: “Essa semana mesmo eu fui no Independência buscar um sofá pra mulher [risos]. Comprou, sabe onde eu levei? Lá no São Geraldo II” (Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em

---

2017). Realizamos o cálculo do trajeto realizado pelo carroceiro por meio de mapa, e a distância é de oito quilômetros. Para realizar esse percurso, com um veículo de tração animal, o tempo de viagem gasto foi de aproximadamente cinco horas, entre ida e o retorno para sua residência. Os depoimentos também evidenciam que as carroças acabam sendo uma alternativa para aqueles que não têm condição financeira de contratar um veículo motorizado: “Nós trabalha nos bairros, quando às vezes é preciso ir no centro pra pegar algum movi [sic, móvel], alguma coisa, pra uma pessoa que não tem muita condição de ter outro transporte, a gente vai com a carroça” (Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017).

Segundo o Sr. Antônio, o que ainda continua tendo grande procura pelos clientes é a terra preta, usada em jardins e hortas, assim como o esterco. Normalmente, os próprios carroceiros recolhem o material pela cidade onde tem uma maior concentração de animais ou criadouros particulares, haras e em frigoríficos. Alguns clientes, o trabalhador revela que são fixos: “Até hoje, tem uma japonesa mesmo, que ela mexe com floricultura, ela só compra terra na minha mão, porque levaram uma terra preta lá misturada com vermelha, com umas pedra, aí ela não gostou. Aí eu já levei a terra até misturada com esterco, aí ela gostou demais” (Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017).

As vantagens de atender a esse tipo de demanda é que a terra e o esterco são recolhidos pelos próprios carroceiros. O comércio da terra preta, mais o transporte, gera um lucro considerado satisfatório para eles, além do fato de o preço cobrado para esse tipo de serviço ser maior em relação a outras

atividades e estar entre os preferidos pelos trabalhadores. A valorização pode ser confirmada quando fazemos a comparação: o valor do transporte do entulho, por exemplo, pode variar entre R\$15,00 e R\$20,00 por viagem, enquanto uma carroça com terra preta pode chegar até a R\$50,00. E muitos desses trabalhadores já mantêm a mercadoria em suas casas, por isso existem carroceiros que dedicam a maior parte do seu tempo a esse trabalho específico. Percebemos também que o Sr. Antônio conhece a técnica de preparo da terra com os fertilizantes naturais e a utiliza para conquistar os clientes através da qualidade do produto comercializado por ele.

Em relação ao valor cobrado pelos serviços prestados pelos carroceiros, é difícil construir uma tabela com números e tê-la como referência para todo o grupo de trabalhadores. Isso porque, nas relações que são construídas no cotidiano, outros fatores acabam sendo relevantes, como, por exemplo, para os clientes fixos, costumeiramente, o preço cobrado tende a ser menor devido à relação de confiança desenvolvida entre o prestador de serviço e o cliente. Esses vínculos normalmente funcionam como táticas dos trabalhadores para manter uma clientela que garanta a manutenção dos serviços prestados. Também pode variar o tipo de material que vai ser transportado, inclusive as distâncias a serem percorridas, no caso dos entulhos, por exemplo, nem todos os bairros tem CASCOS próximos.

Um das nossas identificações foram que, nos serviços prestados no centro, o valor cobrado chega a ser até o dobro em relação aos bairros, como expõe o Sr. Juraci: “Porque lá é que

---

dá dinheiro, aqui não dá dinheiro não, aqui fica é lambendo, o carroto que ocê faz aqui de 20 conto, agora é vinte, né?, mas se ocê for lá pra baixo é 45 conto” (Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017). A valorização dos serviços nessa região se deve às dificuldades de circular nesse espaço, assim como a distância percorrida, por exemplo, até aos CASCOS. Outro fator também relevante é a condição financeira dos clientes. Entretanto, percebemos que, historicamente, essa prática sempre foi recorrente em relação ao centro. Por outro lado, também é preciso lembrar que é proibida a circulação das carroças nessa região. Contudo, a insistência deles em atuarem no centro se deve ao valor compensatório dos fretes.

Outra tática favorável aos carroceiros, que contribui para eles manterem ativa a prestação de serviços, é o fato de eles realizarem outras atividades, além dos serviços de transportes, um costume que também é confirmado no depoimento do Sr. Antônio. Ao afirmar a importância do carroceiro, questiona também: “Nós contribui para a limpeza urbana de Montes Claros, aí, se não tivesse o carroceiro, ocê acha que o prefeito ia mandar aqui pegar seu entulho aqui na sua porta, ia entrar dentro do seu quintal pra fazer a limpeza do seu quintal (...)? Seu quintal ia virar uma zona” (Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017). Em seguida, ele destaca outros serviços realizados, além do transporte: “Aí que está o papel do carroceiro, ocê me contrata aqui, – Antônio, oh, eu quero pegar essa terra, esse entulho dá uma capinada deixar tudo limpinho (...). Então, como é que vai acabar com o carroceiro?” (Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017).

O Sr. Juraci tem um comportamento que geralmente destoa dos colegas, ele diz que, em hipótese alguma, oferece seus serviços para os clientes, mesmo quando se depara com uma demanda:

Porque eu e vou falar com ocê, eu posso tá precisando do dinheiro, se eu passar na porta de sua casa, ocê tá com um monte de intuo lá eu passo é direto, (...) eu não peço não, vou embora. Falar: – Ocê vai panhar, aí?, ocê tem o direito de falar não. Então aí ocê fala: –Ele tá precisando! – Eu vou marretar [sic, pechinchar] (Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017).

Essa é uma tática adotada pelo trabalhador, afirmando que, quando o carroceiro toma iniciativa de oferecer para prestar o serviço, ele já se coloca em condição de desvantagem no processo de negociação. Pode ocorrer de transparecer que o trabalhador está implorando pelo carregamento e o freguês usar esse fato para conseguir vantagens na combinação do preço do trabalho a ser realizado.

É perceptível a existência de formas diversificadas dos trabalhadores se organizarem para exercer a atividade de carroceiro na cidade, e entendemos que é de suma importância ressaltar essa pluralidade, pois são exatamente essas diversas memórias sobre o viver e trabalhar na urbe que buscamos ressaltar nessa abordagem. Retomando a questão da relação que é estabelecida entre os trabalhadores e os clientes, também existem aqueles que defendem que o

---

grupo de trabalhadores deve se manter unido na maneira de trabalhar, para que os colegas não sejam prejudicados, inclusive essa preocupação ocorre em relação aos preços cobrados pelos serviços prestados. Nesse sentido, eles não contam com uma organização burocrática, como estrutura física, mas é estabelecida de maneira informal, por exemplo, uma tabela virtual dos preços cobrados. Mas alguns companheiros têm desrespeitado, como o Sr. Olavo afirma: “A gente já tem aquela tabela certa de trabalhar e chega um e já faz o serviço por menos, outro já pega o entulho daqui e não pega no lugar certo e joga em outro canto e vai, então, então outros que cria animal solto na rua aí” (Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017).

A afirmação em questão foi realizada quando perguntamos se existe alguma diferença em atuar na atividade no presente em relação ao passado. O primeiro aspecto a ser apontado pelo trabalhador foi a questão do número de carroceiros, que aumentou nos últimos anos; para ele, não é a demanda pelos serviços de transporte que tem diminuído, mas sim a concorrência que tem crescido significativamente. De acordo com o trabalhador, ao estipular um preço pelos serviços prestados, existe também um compromisso dos carroceiros de descartar os entulhos nos locais adequados, ou seja, nos CASCOS. Em sua opinião, ao pagar aquele determinado valor, o cliente está assegurado que os resíduos não serão jogados em locais inadequados, como lotes vagos e terrenos ermos.

Em alguns bairros, onde a maioria dos trabalhadores se conhece, são vizinhos ou até mesmo parentes, é notada

também uma relação de companheirismo e solidariedade. Observamos esse comportamento nos carroceiros do bairro Vila Atlântica. Foi possível perceber uma iniciativa por parte dos trabalhadores, mesmo que seja uma organização de maneira informal, no sentido de não permitir que as condutas daqueles que agem ilegalmente afetem o grupo como um todo, como relata Edilson:

Igual eu tô falando com você aqui, nós quer organizar tudo (...). Nós não aceita um carroceiro pegar um lixo e jogar na porta da casa dos outros não, nós chega e chama atenção, oh moço ocê tá errado, não enche a carroça também, ocê pega uma folha, o que for de folha solta, igual tá ali, (aponta para o monte de folha no quintal). Primeiro, ocê pegar as maior, o que for de pequenas ocê joga no fundo, em com aquelas folhas maior e coloca por cima, senão ocê vai sujar o bairro todo, ai não tem como ocê fazer isso, aqui não, nós trabalha duma certa forma, nós trabalha honestamente (...) (Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017).

A iniciativa exposta no depoimento mostra que os trabalhadores, no cotidiano, também encontram maneiras de resolver os problemas que eles sabem que afetam negativamente, não apenas o grupo, mas também a comunidade onde eles moram. Como colaboradores da limpeza urbana, eles sabem das consequências quando os resíduos são descartados de forma incorreta. O que o carroceiro Edilson expõe evidencia uma sensibilidade,

---

zelo que ele e seus colegas têm procurado demonstrar ao apropriar-se da cidade para viver e trabalhar. Essa é uma maneira também encontrada pelo trabalhador de rebater as críticas sofridas por eles, principalmente aquelas realizadas pela população, que os culpa de descartarem lixo em locais como lotes vagos e terrenos ermos.

Em meio à luta pela sobrevivência na cidade, a trajetória dos carroceiros é marcada por lutas e resistências, mas também pela precarização. São inúmeros os que atuam na informalidade, expostos aos riscos peculiares da profissão, como acidentes no trânsito, incidentes com os animais, além de terem que lidar com o entulho, o lixo que é descartado pela população, correndo o risco de contaminações com esses resíduos, pois eles não utilizam, por exemplo, equipamentos de proteção, além da constante exposição ao sol, a mercê das consequências, como câncer de pele. Quando perguntados, esses homens ignoram esses fatos, embora tenham consciência, eles sabem que trabalhar para manter a sobrevivência deles e da família é mais urgente.

Em suma, percebemos que o cotidiano dos carroceiros é permeado pelos desafios, que precisam ser enfrentados, para de manter o direito de viver e trabalhar na cidade. Embora seja um ambiente de trabalho que está em constante tensão e é preciso adotar estratégias que os permitam exercer seu ofício, esses sujeitos também procuram enxergar o trabalho como carroceiro de maneira positiva. Como exemplo, mencionam o fato de ser da atividade que provém o dinheiro que sustenta a família. Refletir sobre as questões que são apresentadas, a partir das informações obtidas por meio

de suas memórias, foi de fundamental importância, pois é possível perceber, nas narrativas, que os trabalhadores se reconhecem como sujeitos da sua própria história.

Outro aspecto importante foi a oportunidade de ter contato com outras histórias sobre a cidade de Montes Claros, história essa que os carroceiros participaram ativamente, como é o caso do desenvolvimento e a expansão urbana. As transformações ocorridas no espaço urbano interferem, de alguma maneira, na atividade dos trabalhadores. Contudo, a medida que percebem que a cidade é um espaço em constante mutação, eles agem para se adaptar a essas mudanças. É exatamente essa capacidade de adequação que nos chamou a atenção na pesquisa. Dessa forma, pensar a trajetória dos trabalhadores na perspectiva da história do tempo presente foi de fundamental importância, pois lidamos com as memórias que, a todo tempo, foram recordadas à luz da realidade atual dos trabalhadores, que tem se tornado mais desafiadora para eles.

É importante destacar também que os trabalhadores reivindicam o direito de trabalhar porque entendem que a função do carroceiro é essencial no cotidiano da cidade. Isto é, se eles atuam, é porque existem demandas, e não apenas porque eles dependem da atividade para sobreviver.

---

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. **História Oral e Memórias**: entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 1997-226, jan./jun. 2014. p. 18.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970- 2000. In: FENELON, Deia Ribeiro et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004. p. 140.

CERTAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Trad. Ephraim F. Alves e Lucia Endlich Ort. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL. 1970. Disponibilizado pelo Arquivo Municipal Ivan Lopes, 2017.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. Artigo 52 - capítulo III - **Das normas gerais de circulação e conduta**. Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/HG7XAK>> Acesso em: 23 out. 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História do tempo presente**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENTREVISTA COM O CARROCEIRO ROBERTO RUAS. Programa Na Corda Bamba. TV Gerais.12 de dezembro de 2015. 1 CD, digital, estéreo.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

GAZETA NORTE MINEIRA - **Placas proibindo a circulação das carroças, 06/02/2015**. Disponível em: <<https://goo.gl/WXNqaT>>. Acesso em: 10 set. 2017.

G1 - MG TV 1ª Edição. **Carroceiros denunciam maus-tratos no curral da prefeitura de Montes Claros, 14/08/2013**. Disponível em: <<https://goo.gl/jXfm6o>> Acesso em: 02 ago. 2017.

G1 - MG TV 2ª Edição. **Carroceiros reclamam falta de cuidado aos animais apreendidos em Montes Claros, 15/12/2015**. Disponível em: <<https://goo.gl/ohFFF8>> Acesso: 20 set. 2017.

G1 - GRANDE MINAS - INTER TV. **Carroceiros reivindicam por melhorias em frente a prefeitura de Montes Claros, 19/07/2013**. Disponível em: <<https://goo.gl/jQ4jt2>> Acesso em: 12 ago. 2017.

G1 - GRANDE MINAS - INTER TV. **Em Montes Claros, carroceiros fazem protesto contra Projeto de Lei Proposta pretende proibir trânsito de veículos de tração animal na cidade, 08/12/2015**. Disponível em: <<https://goo.gl/XBfvCa>> Acesso em: 16 fev. 2017.

G1 - GRANDE MINAS - INTER TV. **Animais soltos nas ruas causam transtornos em Montes Claros, 26/11/2012**. Disponível em: <<https://goo.gl/BSqye7>> Acesso em: 02 ago. 2017.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Protesto dos carroceiros, 2015.** Disponível em: <<https://goo.gl/YR8uUD>> Acesso: 10 de jun. 2017.

MEDEIROS, Eduardo Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia - 1970/2001.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

OLIVEIRA, Flavio Mario Alves. **O sistema de transporte urbano e reflexo da (in) segurança no trânsito.** Dissertação de (Mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS. 2013.

PAULA, Hermes A. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes.** 1979. In: Coleção Sesquicentenária / coordenadora Marta Verônica Vasconcelos. Part. I. Vol. VI, Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

SAMORA, Mariana. **Uma cidade se faz de sonho: entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia /MG (2000-2009).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915.** São Paulo: Annablume, 1998.

*Entrevistas:*

Antônio, 64 anos. Entrevista concedida em 2017.

Daniel, 45 anos. Entrevista concedida em 2014.

Edilson, 36 anos. Entrevista concedida em 2017.

Filomeno, 65 anos. Entrevista concedida em 2017.

Gelson, 49 anos. Entrevista concedida em 2017.

Juraci, 71 anos. Entrevista concedida em 2017.

Moacir, 93 anos. Entrevista concedida em 2017.

Olavo, 51 anos. Entrevista concedida em 2017.

Sebastião, 27 anos. Entrevista concedida em 2014.

Zuza, 62 anos. Entrevista concedida em 2017.

## SOBRE OS AUTORES/ORGANIZADORES

**Adriano Toledo Paiva** - Pós-doutorando - PNPd-CAPES/UFMG. Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Ana Lúcia da Silva Almeida** - Graduada em Ciências da Religião - Unimontes.

**Carla Cristina Barbosa** - Doutora em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é professora do Departamento de Estágios e Práticas Escolares (DEPE) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordenadora do Núcleo de História e Cultura Regional-NUHICRE/Unimontes. Organizadora desta obra.

**Cesar Henrique de Queiroz Porto** - Doutor em História Social pela Universidade Estadual de São Paulo (USP). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Integra o quadro docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em História-PPGH. Coordenador do Núcleo de História e Cultura Regional - NUHICRE/Unimontes. Organizador dessa obra.

**Denilson Meireles Barbosa**-Doutor em Ciências da Religião(PUC/SP). Atualmente é professor do Departamento de Filosofia. Membro do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais (CONEP/MG). Membro do Núcleo de História e Cultura Regional - NUHICRE/Unimontes. Organizador dessa obra.

**Edneila Rodrigues Chaves**-Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta I, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Coordenadora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais. É pesquisadora vinculada ao Laboratório de História Econômico-social (UFF/CNPq) e ao Núcleo de Fontes Históricas (UFVJM/CNPq).

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**-Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA- Unimontes). Vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**Gy Reis Gomes Brito** -Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

**HeiberleHirsgberg Horácio** - Pós-Doutor em Ciências Sociais (UFJF). Doutor em Ciência da Religião (UFJF). Professor do Departamento de Filosofia.

Laurindo Mékie Pereira - Pós-doutor pela Universidade Nova de Lisboa. Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História - PPGH e do Programa em Desenvolvimento Social - PPGDS, ambos da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

**Pedro Jardel Fonseca Pereira** - Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisador do Grupo de pesquisa Fronteiras do Sertão do Núcleo de História e Cultura Regional (NUHICRE) - Unimontes. Professor da Educação Básica na Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

**Tayne Pereira da Cruz** - Graduada em Geografia e Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários - Unimontes.

"E quantas histórias ficaram por contar? O quanto das memórias já se perdeu?  
A universidade cumpre importante papel ao dar voz e espaço para muitas das  
gentes que ocupam e fazem esse território."

Lawindo Mékie Pereira

A Coleção Sertão é composta por livros impressos e digitais, fazendo parte das  
atividades de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo de História e Cultura Regional  
(NUHCER), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Os livros da coleção  
apresentam parte da produção do Grupo de Pesquisa Fronteiras do Sertão/CNPQ e da  
participação colaborativa de professores e pesquisadores que tratam do eixo temático  
dessa coleção.

Carla Cristina Barbosa

ISBN: 978-65-86467-08-6

